

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 5 de Maio de 1994 • Preço: 150\$00 (IVA Incluído) • N.º 1064 • Director: Carlos Brito

UMA PODEROSA AFIRMAÇÃO 1.º MAIO



Nota da Comissão Política nas págs. 4 e 5. Reportagem nas centrais

Carlos Carvalhas
no Encontro do Ensino
Superior da JCP

CRESCEM DESIGUALDADES NO ACESSO

Págs. 8 e 9



ÁFRICA DO SUL

Págs. 14 e 15

A VITÓRIA



SECUNDÁRIO EM GREVE

Pág. 11

CRESCIMENTO INVESTIMENTO EMPREGO

• Octávio Teixeira

Pág. 18

CDU

no Parlamento Europeu

é melhor
para
Portugal!



PCP-PEV



ARRANCA A PRÉ-CAMPANHA

Pág. 32



Trabalhadores responderam ao apelo da CGTP-IN e comemoram em todo o País o 1º de Maio

RESUMO

27 Quarta-feira

Os partidos da oposição exigem na Assembleia da República o cabal esclarecimento do caso das escutas no gabinete do Procurador Geral da República ■ Os alunos do 10º ano anunciam uma greve nacional para o dia 5, com concentração junto ao Ministério da Educação, em protesto contra as provas globais ■ Uma greve de 24 horas dos trabalhadores das Instituições Privadas de Solidariedade Social leva ao encerramento de infantários, lares de idosos e centros de apoio a deficientes ■ Os sul-africanos afluem pelo segundo dia às mesas de voto para participarem nas primeiras eleições livres ■ Prosseguem no Ruanda os duelos entre as forças governamentais e os rebeldes da Frente Patriótica Ruandesa ■ Os deputados russos exigem por larga maioria a demissão do ministro do Interior.

28 Quinta-feira

Os partidos da oposição acusam o Governo, no decorrer de uma interpeleção sobre o estado da economia, na Assembleia da República, de ter uma política ruínoza de escudo caro e de taxas de juro elevadas e de ser insensível aos problemas sociais ■ É apresentado em Lisboa o Congresso "Portugal: que futuro?" ■ Escolas secundárias de Coimbra fecham em protesto contra as provas globais ■ A Associação Portuguesa de Hemofílicos defende uma pronta intervenção legislativa com vista a uma rápida indemnização do caso dos hemodializados de Évora ■ O Procurador Geral da República reúne-se com a comissão parlamentar de Assuntos Constitucionais para falar sobre o caso das escutas ao seu gabinete ■ Sob o patrocínio de Boris Ieltsin é assinado no Kremlin um "pacto de paz civil" que não subscreve o apoio de alguns dos principais partidos da oposição.

29 Sexta-feira

Estudantes do 10º ano manifestam-se um pouco por todo o País contra a realização das Provas Globais ■ Realizadas na véspera, as eleições no Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas dão a vitória à lista de convergência proposta pela anterior direcção ■ O ministro do Comércio e Turismo reconhece que as exportações portuguesas estagnaram em 1993 ■ Após seis meses de negociações, Israel e OLP firmam acordo económico sobre as futuras relações económicas nos territórios palestinos autónomos de Gaza e Jericó ■ Negociadores dos EUA, Rússia e União Europeia encontram-se com o líder dos sérvios bósnios Radovan Karadzic, numa iniciativa conjunta para estabelecer a paz na Bósnia.

30 Sábado

O ministro do interior espanhol, Antoni Assunción, apresenta o seu pedido de demissão ao presidente do governo, Felipe González, assumindo assim as suas "responsabilidades polí-

ticas" no caso do antigo do antigo director da Guarda Civil que desaparecera quando era alvo de um mandado de captura ■ Reunida em Encontro Nacional, a Juventude Comunista Portuguesa debate o ensino superior público e o seu funcionamento pelo Estado; idêntica agenda de trabalhos mobiliza a JS para um encontro regional em Lisboa ■ "Faz um gesto verde pela nossa terra" é o lema da campanha do Partido "Os Verdes" às eleições europeias, anunciam os seus dirigentes ■ A Indonésia ameaça abandonar as conversações com Portugal sobre a questão de Timor-Leste ■ O piloto, de fórmula 1, Roland Ratzenberg morre em consequência dos ferimentos sofridos na sessão de treinos para o Grande Prémio de San Marino.

1 Domingo

Respondendo ao apelo da CGTP-IN, milhares de trabalhadores comemoram o 1º de Maio um pouco por todo o País, participando em grandes manifestações onde exigem uma nova política, melhores salários, defesa do emprego e garantia dos seus direitos ■ Os primeiros resultados das eleições na África do Sul dão uma grande vitória ao ANC ■ Pela primeira vez nas negociações do processo de paz, Israel e OLP encontram-se em território do Estado Hebreu ■ A Assembleia Nacional do Poder Popular inicia em Havana uma sessão extraordinária para debater as próximas reformas económicas cubanas ■ Depois de Roland Ratzenberger, morre no circuito de Imola o tri-campeão mundial de fórmula 1, Ayrton Senna.

2 Segunda-feira

Trabalhadores dos seguros iniciam uma greve parcial, que regista uma adesão na ordem dos 80 por cento, em protesto contra o impasse nas negociações contratuais e as condições impostas pelo patronato ■ A GNR registou em 1993 um aumento de criminalidade de pelo menos cinco mil casos, segundo informação do seu comandante-geral ■ O Grupo Parlamentar do PCP promove na Assembleia da República um colóquio sobre a revisão do Código Penal ■ O ministro da Administração Interna pede um inquérito ao caso das escutas na Madeira ■ Aumenta o clima de tensão no Iémen entre forças rivais do Norte e do Sul.

3 Terça-feira

A Comissão Política do PCP considera, em conferência de imprensa, como inoportuno e lamentável o propósito anunciado pelo PS de proceder a uma rápida revisão constitucional ■ Os vários grupos parlamentares, à excepção do CDS, chegam a acordo quanto à lei da amnistia, que não abrangerá as facturas falsas e os crimes de tráfico de droga ■ O líder do Inkatha manifesta reservas em relação aos resultados eleitorais sul-africanos que dão mais de 62 por cento ao ANC de Nelson Mandela ■ 80 por cento dos holandeses acorrem às urnas para eleições legislativas de que sai vencedor o Partido Trabalhista ■ É festejado o Dia da Liberdade de Imprensa.

A luta, a demagogia e o eleitoralismo

1º de Maio confirmou o 25 de Abril.

Como no Dia da Liberdade, o Dia do Trabalhador foi celebrado com o povo nas ruas, reafirmando o repúdio pela ditadura fascista e o renovado apoio à Revolução de Abril e aos seus valores e referências fundamentais.

O 1º de Maio teve, no entanto, como não podia deixar de ser, as notas dominantes do protesto popular contra a política do Governo e do grande patronato, no nosso país, e a denúncia da brutal ofensiva do capitalismo, procurando, por todo o mundo, retirar aos trabalhadores direitos e conquistas alcançados em décadas de luta.

Estas notas de protesto e de denúncia adquiriram especial expressão tanto nas palavras de ordem que ecoaram pelas ruas e praças de Portugal, como nos discursos dos responsáveis da CGTP-IN.

Manuel Carvalho da Silva, discursando em nome da confederação na Alameda Afonso Henriques, assinalou em determinado passo:

"Esta ofensiva do capitalismo passa pelo endeusamento da competitividade, do lucro e da produtividade consumista, sem considerar que a sociedade na sua organização e nos seus objectivos, tem que ter como referência primeira e última a dimensão humana".

Falando mais concretamente da situação no nosso país, o mesmo dirigente sindical salientou, noutra passagem: "No momento presente, o Governo e o patronato surgem claramente sintonizados na tentativa de levar os trabalhadores e o seu movimento sindical à rendição incondicional...".

É esta situação que exige como resposta o prosseguimento e a intensificação da luta e a definição clara dos seus objectivos.

É a esta luz que devem ser avaliadas e valorizadas as "medidas imediatas" apontadas pela CGTP-IN para travar a destruição do aparelho produtivo e dinamizar a actividade económica.

É também a esta luz que deve ser considerada e apoiada a convocação de um "dia nacional de luta", a 19 de Maio, compreendendo greves, concentrações e manifestações, na perspectiva de uma crescente globalização da luta.

Para quem tenha tido ilusões acerca dos propósitos de luta da UGT, a sua anunciada recusa em participar na jornada de 19 de Maio é bastante esclarecedora.

Na retórica que usaram no 1º de Maio ainda os oradores da UGT asseveravam: "Se até à elaboração do Orçamento do Estado" ... "continuar esta política cega,

serão eles (o Governo) que vão assinar o pré-aviso de greve geral".

Parecia uma ameaça, mas o que é realmente é a informação ao Governo e ao patronato de que não vão fazer ondas e que se propõem esperar pelo Orçamento do Estado, isto até, lá para o final do ano.

A confirmação de que assim é aparece agora clara com a justificação da recusa de participarem na jornada de luta de 19 de Maio: "Este tipo de acções são neste momento inadequadas"...

Nada como a prática para demonstrar a distância que medeia entre a consequente defesa dos interesses dos trabalhadores e a pura demagogia que procura perturbá-la em benefício do patronato.

Só a luta consequente é que, como se sabe, poderá fazer recuar o Governo e o

O 1º de Maio teve, no entanto, como não podia deixar de ser, as notas dominantes do protesto popular contra a política do Governo e do grande patronato, no nosso país, e a denúncia da brutal ofensiva do capitalismo, procurando, por todo o mundo, retirar aos trabalhadores direitos e conquistas alcançados em décadas de luta.

grande patronato e até arrastar consigo os demagogos, como tantas vezes tem acontecido.

Insensibilidade do Governo em relação à situação dos trabalhadores e em geral à degradação da situação social no nosso país esteve mais uma vez em evidência neste 1º de Maio.

Cavaco, cujo nome foi especialmente verberado nas manifestações, escolheu a véspera do Dia do Trabalhador para teorizar sobre a fome, diante de uma audiência de escolhidos convidados estrangeiros, todos da direita cem por cento pura.

Não se julgue que lhe mereceu qualquer atenção as situações de fome que já se verificam e alastram em várias regiões do nosso país, ou o desemprego que atinge os mais altos ritmos de crescimento da Europa comunitária, ou as reivindicações que lhe têm sido apresentadas pelos trabalhadores e os sindicatos e a que deve resposta.

Nada disso Cavaco falou da fome como "um dos principais flagelos que atinge a humanidade" e do "desemprego", "fenómeno bem claro das economias abastadas", como se fossem realidades a que somos alheios e como se o seu governo e ele próprio, pessoalmente, não tivessem indeclináveis responsabilidades com na expressão particularmente dura que esses flagelos assumem no nosso país.

Assinale-se uma grande pirueta de Cavaco Silva em relação aos fundos comunitários.

Quem não se lembra dos elogios ditirâmicos ao "novo quadro comunitário de apoio", apresentado na carta "encarte" ao país, em Setembro, e em dois recentes programas de propaganda na televisão, como grande êxito do Governo e o verdadeiro penhor do nosso futuro desenvolvimento?

Pois Cavaco mudou repentinamente de opinião, num estilo que está a fazer moda entre os políticos do "bloco central". Agora, é ele que assevera: os fundos comunitários "não serão um dado fundamental no desenvolvimento português".

Prodígios das próximas eleições para o Parlamento Europeu e da reconversão que o PSD resolveu fazer das suas posições comunitárias por razões eleitorais?

As eleições para o Parlamento Europeu revestem uma grande importância para as forças populares e democráticas.

A sua importância ressalta tanto das questões específicas que nelas estão em jogo, como das implicações que terão em toda a situação política e ainda pelas manobras eleitoralistas que estão a ser desenvolvidas pelo PSD, PS e CDS para enganar o eleitorado.

A este respeito, é necessário esclarecer que a falsa postura do PS de se apresentar como o partido da "Europa social" (quando com a restante família socialista comunitária viabilizou todas as políticas anti-sociais decorrentes, nomeadamente, do Tratado de Maastricht), não é menos grave do que as tentativas do PSD para declinar as suas especiais responsabilidades nas piores consequências da integração nos domínios económico e social, ou a campanha anti-federalista do CDS, que fez parte até há pouco da família política mais ferrocamente europeísta.

As eleições para o Parlamento Europeu representam por tudo isto uma batalha duríssima cujo êxito reclama a plena mobilização das organizações e militantes do Partido.

A preparação das eleições para o Parlamento Europeu e a dinamização e participação na luta social, designadamente na jornada de 19 de Maio, são as grandes tarefas políticas em que se concentrarão nas próximas semanas as atenções e os esforços dos comunistas.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socio Pereira Gomes
1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socio Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial "Avante!", SA — Av. Almirante Reis — 90,
7º-A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO ADE'S
Editorial "Avante!" — Av. Almirante Reis, 90, 7º-A,
1100 Lisboa
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Linho — 2710 Sintra
Tel. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lx 227 — 4470 Maia
Tel. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7º-A 1100 Lisboa
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7º-A 1100 Lisboa
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS *

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)

50 números: 6 750\$00

25 números: 3 487\$50

ESPAÑA

50 números: 13 300\$00

EUROPA

50 números: 24 750\$00

GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU

50 números: 26 650\$00

EXTRA-EUROPA

50 números: 39 950\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____ Tel. _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial "Avante!" acompanhado de cheque ou vale de correio.

O estado-de-escuta

No dia 26 foi revelada a descoberta de um microfone de escuta no gabinete do Procurador Geral da República, depois deste ter manifestado a suspeita de ter o seu telefone sob escuta.

Passada uma semana, os dois mais altos magistrados em serviço na Madeira - o procurador da República e o Juiz-Presidente do círculo - queixaram-se publicamente de terem sido objecto de investigações secretas por parte do SIS (Serviço de Informações de Segurança).

Pelo meio, quatro ou cinco ministros também se declararam vítimas de escutas telefónicas, mas neste caso, tudo o indica, tratava-se de uma manobra de diversão governamental para disfarçar a extrema gravidade da ocorrência na Procuradoria Geral da República.

Não é um, são vários escândalos de espionagem institucional!

Episódios como estes não são, no entanto, totalmente novos no "estado laranja". Lembre-se que não há muito foi também descoberto que o mesmo Procurador Geral da República estava sob a vigilância da DINFO, um outro serviço secreto de informações, este militar.

As revelações da passada semana indiciam, contudo, um preocupante agravamento da situação que corre o risco de evoluir para um estado-de-escuta generalizado.

Tal é mais uma perigosa perversão do regime democrático que está a ser produzida nas condições da maioria absoluta do PSD e na área nevrálgica dos direitos, liberdades e garantias.

Se até os mais altos magistrados judiciais e do Ministério Público são objecto de devassa dos serviços secretos de informações, o que não acontecerá com os cidadãos comuns e com as comuns instituições democráticas, incluindo os partidos políticos da oposição?

Bem alertou o Juiz-Presidente do círculo da Madeira:

"As coisas começam sempre dessa maneira e acabam no que existia há 20 anos."

No grave episódio do microfone na Procuradoria, o Governo procedeu como se tivesse sido apanhado com a boca na botija. Já vimos a manobra de diversão da alegada escuta de que se queixaram os ministros.

Mais curiosa ainda foi a forma como o Ministro da Justiça, Laborinho Lúcio, trouxe a público este escândalo de espionagem institucional. Não podendo calá-lo, nem deixar de lhe atribuir gravidade, o ministro desdobrou-se em apelos à desdramatização do episódio invocando entre outros argumentos que o "microfone estava desactivado". Tudo normal...

O comprometimento do Governo é agravado pelas suas posições políticas em relação à

independência dos tribunais, da magistratura e do seu papel na fiscalização do Estado.

Como é que não há-de ser suspeito destas espionagens um Governo que contesta a legitimidade dos órgãos de fiscalização do Estado que não são produto do sufrágio - como o Tribunal de Contas e a Procuradoria Geral da República - e os arruma do lado das "forças do bloqueio"?

Reveladora da situação a que chegamos é a resposta de Montalvão Machado, presidente do Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informações, ao pedido do ministro Dias Loureiro, de um "rigoroso inquérito" ao SIS da Madeira. O Conselho "não tem nenhuns meios para investigar", declarou o antigo líder parlamentar do PSD. Não se percebe porque não se demitem.

Os serviços secretos de informações andam à rédea solta, insistimos.

O PCP alertou para estes perigos, em devido tempo, ao votar contra a lei que criou os serviços de informações. Hoje tornou-se claro que a democracia ou os consegue controlar eficazmente ou eles constituem uma permanente ameaça à democracia.

■ Carlos Brito

Ministra da Educação em Provas Globais

Com a greve nacional dos estudantes do ensino secundário contra as provas globais, marcada para o dia 5, e a manifestação nacional de professores, dia 6 em Lisboa, em defesa de um ensino público de qualidade, pela estabilidade profissional e por uma profissão digna e valorizada, convocada pelos Sindicatos de Professores que integram a Fenprof, o protesto contra a política educativa do Governo e a reclamação de uma nova política, de orientação democrática, para a educação, vão atingir um novo pico.

Avaliar, como pode ler-se em qualquer dicionário corrente, significa "determinar a valia ou o valor de", "apreciar o merecimento de, estimar". No domínio educativo, significa ainda que essa apreciação deve ser feita em função dos objectivos que a Lei de Bases do Sistema Educativo estabelece para os vários graus de ensino.

O que é grave é que, no léxico do Ministério da Educação, a avaliação dos alunos tenha adquirido um sentido completamente diverso. E que tenha sido transformada num instrumento particularmente perverso da sua política neoliberal. No ensino básico, o facilitismo do novo sistema de avaliação e o aberrante certificado de frequência previsto para os alunos que não tenham sucesso escolar (e que os irá estigmatizar toda a vida), mostram que a principal preocupação do Governo é a de empurrar os alunos o mais rapidamente possível para fora da escolaridade obrigatória de 9 anos, e, ao mesmo tempo, branquear as estatísticas de aproveitamento. No que respeita ao secundário e como (bem) analisa a Comissão para as Questões da Educação e do Ensino do PCP, numa nota da sua última reunião em

que reclama a suspensão imediata das provas globais, "a preocupação, mais uma vez, não é a qualidade do Ensino Secundário, mas sim uma selectividade que funcione como obstáculo à entrada dos alunos nas Universidades, resolvendo deste modo uma situação incómoda para o Governo, que é o número de candidatos ser muito superior ao número de vagas no Ensino Superior público".

De modo que estudantes do Secundário que justamente protestam porque não querem ser cobaias da "reforma" e vítimas das provas globais engendradas pelo Ministério da Educação; professores e escolas que enfrentam a deliberada degradação do ensino público e condições de trabalho cada vez mais difíceis, e que se vêem completamente marginalizados em-matérias como a reforma educativa e a própria avaliação, que tocam profundamente o seu foro profissional e a sua autonomia; pais que acompanham com crescente inquietação a degradação do ensino e as incertezas que pesam sobre os seus filhos; - convergem e estão unidos no protesto contra a política educativa do Governo e na reclamação de um novo rumo para a educação.

Vivas saudações, pois, para os estudantes e os professores em luta e para os pais pela sua intervenção.

Quanto à ministra Manuela Leite, sujeita a provas globais hoje e amanhã, ela vai sem dúvida ficar reprovada. Por que está isolada e por que vai prestar provas de uma política completamente desacreditada.

■ Edgar Correia

É evidente que sim!

No vastíssimo conjunto de materiais, entrevistas, memórias e testemunhos que têm sido dados à estampa em torno dos 20 anos do 25 de Abril, seria um grande desperdício político não destacar a importância e o significado das confirmações e revelações feitas quer pelo Marechal António de Spínola quer por muitos que, na área militar e na área político-partidária, foram executantes ou apoiantes dos seus projectos e manobras.

É certo que, em muitos casos, a novidade não está tanto no que dizem (porque isso, em parte essencial, já foi denunciado na época própria pelo PCP e por outros sectores progressistas) mas sim no facto de o dizerem e o dizerem com todas as letras.

Neste contexto, sem desvalorizar outras confissões (que, noutra ocasião política, importará referenciar), a entrevista de Spínola ao «Expresso-revista» do último sábado fala como um livro aberto.

Deixemos de lado coisas como António de Spínola ainda falar hoje da fantástica grande ligação, em 1970, das populações da Guiné à «Mãe-Pátria». Deixemos mesmo de lado o cuidado com que situa o momento e o contexto do seu apreço por Mário Soares ao afirmar que este «a partir do momento em que lidera a resistência do nosso país contra novas ditaduras de esquerda, é merecedor da nossa gratidão».

Registemos sim que este homem (que muitos ainda hoje pretendem apresentar com grande símbolo do 25 de Abril), à pergunta sobre se teria apoiado uma candidatura de Marcello Caetano às presidenciais de 1972 responde lesto que «sem dúvida!». Registemos que considera que, por volta de Fevereiro de 1974, «talvez eu tenha cometido o erro histórico de não ter assumido a liderança do processo de mudança de regime» com o que — calcule-se — «ter-se-ia evitado um 25

de Abril por via revolucionária uma vez que os seus objectivos teriam sido atingidos por via democrática» (!!!). Registemos que, renovando os seus laços e afectos com os oficiais envolvidos no 16 de Março de 1974, logo cuida de acentuar que «também é verdade que esses oficiais se opunham às correntes esquerdistas que emergiam no Movimento dos Capitães».

Depois de registarmos os nexos políticos deste conjunto de afirmações relativas ao seu posicionamento, preocupações e objectivos nas vésperas do 25 de Abril, registemos agora a sua defesa das vantagens da constituição, logo a seguir ao 25 de Abril, de «um governo militar» (obviamente, sob o seu pingalim) que «teria evitado muitos desvios à democracia (!!!), pois não seria tão grande o poder da esquerda do MFA» e registemos também a sua confissão de que, antes do 28 de Setembro «impunha-se manter a ordem mediante a tomada de medi-

das de excepção» que terminariam «com as actividades políticas do MFA» (!!!) e com «as actividades conspiratórias do PC no seio das Forças Armadas» (!!!).

Mas registemos sobretudo que, perguntado sobre se estaria disposto a ilegalizar o PCP caso não acatasse as suas condições, o bastante antigo oficial de cavalaria que andou pela frente leste da ofensiva militar do nazismo responde tranquilamente que «é evidente que sim!».

E é por tudo isto e pelo muito mais que fica por dizer que, se alguém perguntar ao PCP e aos comunistas se, passados vinte anos, ainda se sentem seguros da sua razão e orgulhosos do combate que corajosamente moveram às conspirações, aos golpes e ao projecto político reaccionário e visceralmente antidemocrático que Spínola protagonizou, a resposta só pode ser: «É EVIDENTE QUE SIM!!!»

■ Vítor Dias

JAPÃO

Crise, corrupção, perigos

O Japão tem vivido nos últimos anos uma situação de quase permanente instabilidade governamental. O governo de Tsutomu Hata, que acaba de ser formado, é nada mais nada menos que o 6º nos últimos 6 anos e já se fala em novas eleições. Paradoxalmente porém tal instabilidade, que expressa uma profunda crise do sistema político assente no monopólio do poder do PLD (quase 40 anos), não parece inquietar nem os poderosos "círculos de negócios" nipónicos nem o imperialismo internacional.

Se algo é claro na confusa evolução da situação japonesa é a onda de escândalos e corrupção que tem varrido este país e de que são exemplos os casos Lookheed (1976 - queda de Kakuei Tanaka), Recruit (1989 - queda de Nobaru Takeshita), e Sagawa-Kyubin (1993 - queda de Miyasawa). Com a recessão económica, o crescente descontentamento popular e a visível erosão da base de apoio do PLD, este último escândalo conduziu a uma intensa luta de clãs, a importantes defecções, à derrota eleitoral do PLD nas eleições antecipadas de Junho de 1993 e à formação do governo Hosokawa, que, dizendo querer combater a corrupção acabou também ele por cair devido a graves acusações de suborno e tráfico de influências. É bem verdade - e pensando também na Itália e noutros países como a Espanha - que a corrupção tem natureza sistémica, é inerente ao próprio capitalismo monopolista de Estado.

Fim da "era do PLD"? Não. Mudança de fachada e complexo processo de recomposição do sistema de partidos no sentido de assegurar a continuação da hegemonia do grande capital na vida política japonesa e fechar a porta, como na Itália, a uma verdadeira alternativa democrática de progresso social. Há riscos de regressão reaccionária. As expectativas de "reforma política" criadas pela derrota do PLD foram rapidamente aproveitadas para aprovar uma nova lei eleitoral que - tal como na Itália e se pretende também em Portugal - distorce ainda mais o sentido do voto do eleitorado. E a pretexto de "competitividade", a tendência é para o agravamento das condições de trabalho e de vida das massas populares; isto apesar do famoso "milagre económico" japonês assentar em formas de exploração tão sofisticadas que cada ano mais de 10 000 trabalhadores morrem de exaustão.

O Japão é a segunda grande potência económica mundial. Os seus tentaculares grupos económicos ocupam a posição cimeira entre as 200 maiores sociedades multinacionais. A Bolsa de Tóquio é uma das três principais praças financeiras. O Japão é membro particularmente influente do "Grupo dos 7" mais ricos e reivindica um lugar permanente no Conselho de Segurança da ONU. Rivalizando com os EUA (com o qual mantém uma aliança militar estratégica) exerce uma influência determinante na região Ásia/Pacífico. Causa por isso particular inquietação que apesar de isso lhe estar vedado pelo célebre artigo 9º da sua Constituição, o Japão disponha já hoje de um poderoso exército e pretenda dotar-se da arma nuclear e da possibilidade "legal" de intervir militarmente no estrangeiro. O grande capital japonês não esconde as suas pretensões imperialistas e tanto o PLD como os "novos" partidos de direita que dele saíram colocam na ordem do dia a revisão da Constituição. Trata-se de um perigo que a instabilidade e incertezas da vida política japonesa não podem fazer esquecer.

A.N.

CGTP anuncia nova jornada para dia 19, com greves, concentrações e manifestações 1º de Maio reafirma disponibilidade para a



A CGTP-IN, valorizando a acção de 24 de Março («aviso» dos trabalhadores) como um êxito assinalável e uma experiência que é necessário aprofundar, anunciou nas comemorações do 1º de Maio (ver páginas centrais) que vai realizar no próximo dia 19, quinta-feira, um dia nacional de luta, que passará pela realização de greves, concentrações e manifestações e em cuja preparação o movimento sindical unitário está já fortemente empenhado.

Na intervenção que fez durante o comício na Alameda Afonso Henriques, o coordenador da CGTP lembrou também as recentes comemorações do 25 de Abril, que «confirmaram, de forma expressiva, o apego do povo português aos valores da liberdade e da democracia e aos ideais que inspiraram a revolução dos cravos, e constituíram,

simultaneamente, uma forte manifestação de protesto face à actual política». Para Carvalho da Silva, «o 25 de Abril e este grande 1º de Maio de protesto e luta mostram que temos condições e forças para prosseguir os caminhos da liberdade e da democracia que queremos construir com as novas gerações a quem o futuro pertence».

PCP

Nota da Comissão Política do CC do PCP Preparar as eleições para o Parlamento

A Comissão Política do Comité Central do PCP, após a sua reunião de segunda-feira, promoveu anteontem uma conferência de imprensa, inaugurando as novas instalações, na Soeiro Pereira Gomes, dedicadas aos encontros com a Comunicação Social. O camarada Domingos Abrantes, membro do Secretariado e da Comissão Política, deu conta aos jornalistas das conclusões da reunião e da nota que hoje publicamos.

As comemorações do 25 de Abril e do 1º de Maio

A Comissão Política considera que as comemorações populares do 25 de Abril e do 1º de Maio, pela amplitude e diversidade de que se revestiram as realizações, pela natureza dos objectivos e pela participação massiva, constituíram uma poderosa afirmação da adesão dos trabalhadores, das massas populares e de amplos sectores democráticos aos ideais e valores de Abril.

As acções de massas que tiveram lugar no 25 de Abril e no 1º de Maio, tendo sido uma vigorosa resposta às múltiplas operações de branqueamento e reabilitação da ditadura fascista e de desvalorização e denegrimiento das conquistas políticas, sociais e económicas alcançadas com a Revolução e constituído uma inequívoca demonstração de repúdio pela política de direita, abrem perspectivas para o necessário e imprescindível prosseguimento e intensificação da luta popular e democrática, por uma política de desenvolvimento e progresso social.

A situação social

A Comissão Política decidiu manifestar o apoio do PCP à jornada convocada pela CGTP-IN para o dia 19 de Maio e apela a todos os simpatizantes e militantes do Partido e a todos os trabalhadores para terem uma participação activa e combativa na sua preparação e organização, de modo a assegurar que esta iniciativa constitua uma importante demonstração da determinação do movimento sindical e dos trabalhadores em responderem aos ataques aos seus direitos e condições de vida, a demonstração de que os trabalhadores exigem uma nova política capaz de dar solução aos graves problemas do país, cuja gravidade só o Governo continua a não ver.

O desemprego cresce aceleradamente. Anunciam-se novos e volumosos despedimentos colectivos. Aumentam as rescisões forçadas e as pré-reformas. Portugal tem neste momento o mais elevado índice de crescimento do desemprego e o Comissário Flynn declarou recentemente que Portugal, em matéria de desemprego, se tornou um país de alto risco. A criação de 100 000 postos de trabalho, prometida pelo PSD, tornou-se numa verdadeira miragem.

A destruição de empresas no interior do país e a decadência da agricultura acentuam a desertificação de vastas regiões, fazendo aumentar a migração e os graves problemas sociais nos grandes centros urbanos, onde também se assiste à desactivação de grandes unidades produtivas e ao leilão do Sector Empresarial do Estado.

O Governo prossegue e intensifica toda uma política (directa e indirecta) de desvalorização dos salários e de redução das funções sociais do Estado, desrespeitando afrontosamente compromissos assumidos e obrigações legais. Recusa-se a adoptar medidas que concretizem a obrigação da redução progressiva do horário de trabalho, continua sem actualizar as prestações familiares (abono de família, subsídio de aleitação, prestações às crianças e jovens deficientes e outras prestações sociais), cujos novos valores deveriam já ter entrado em vigor em 1 de Janeiro.

Esta política comprova quanto é hipócrita e demagógica a propaganda governamental acerca do papel da família e de combate à pobreza.

A pobreza e as exclusões sociais são o resultado de uma política anti-social que tem como principais responsáveis o Governo PSD/Cavaco Silva e o prosseguimento das políticas de Maastricht ao serviço do grande capital.

A luta dos estudantes do Secundário

A Comissão Política analisou os últimos desenvolvimentos da luta dos estudantes do ensino secundário contra as provas globais que representam o estabelecimento de sucessivas barreiras que, deixando milhares de estudantes pelo caminho, limitam o acesso ao ensino superior.

As provas globais inserem-se numa perspectiva contrária ao espírito da reforma educativa e à lei de bases do sistema educativo, numa lógica que, como a Ministra da Educação revelou na passada 6ª feira em declarações à RTP, reduz a função do ensino à criação de uma pretensa "mão-de-obra" eficaz, ao mesmo tempo que despreza a dimensão do desenvolvimento pessoal e cultural.

O PCP, que reclamou já a realização duma reunião urgente da Comissão da Educação da Assembleia da República para avaliar este problema, condena a falta de diálogo do Governo e reafirma a necessidade da suspensão imediata das provas globais e da realização dum amplo debate com todos os intervenientes (estudantes, professores e pais), de modo a que seja encontrada uma solução para um sistema de avaliação, pedagogicamente fundamentado e que responda à necessidade de elevação da qualidade do ensino, aos interesses dos estudantes e do país.

A Comissão Política do PCP saúda os estudantes do ensino secundário, na sua luta por uma reforma educativa democrática e contra um

sistema de avaliação extremamente selectivo e injusto, saúda os militantes da JCP pela sua intervenção combativa e mobilizadora no quadro da unidade estudantil e sublinha que a luta dos estudantes do ensino secundário, defendendo interesses próprios e contribuindo para uma nova política de ensino exige a solidariedade de todos aqueles que são vítimas da política do Governo PSD e que lutam por um novo rumo para a política nacional.

Contra a centralização do Quadro Comunitário de Apoio

A Comissão Política salienta que no Decreto-Lei nº 99/94, de 19 de Abril que estabelece nova regulamentação do funcionamento do sistema de gestão, acompanhamento, avaliação e controlo de execução das intervenções comunitárias, inscritas no Quadro Comunitário de Apoio (QCA) para Portugal, relativas aos anos de 1994/99, embora proclamando o propósito de introduzir alguns aperfeiçoamentos em relação ao sistema anterior prevalecem critérios de centralização administrativa, completo afastamento das autarquias e agentes sociais, além de que são introduzidos mecanismos que subvertem princípios gerais e regras democráticas de procedimento na formação das decisões dos órgãos colegiais.

Pode afirmar-se, com verdade,

dece a feroz centralização, dominada pela preocupação manifesta de distribuição do poder burocrático em relação à execução do QCA e do Fundo de Coesão pelos diversos escalões da Administração Central, submetidos aos grandes eixos de decisão política do Ministério do Planeamento e Administração do Território, Ministério do Emprego e Segurança Social, Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e Ministério da Agricultura.

A Comissão Política considera importante e oportuno o pedido de ratificação deste decreto-lei que acaba de ser apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP.

O PS e a revisão da Constituição

A Comissão Política considera que o anúncio do propósito de proceder a uma rápida revisão constitucional pelo Secretário-geral do PS na sessão solene da Assembleia da República comemorativa do



As comemorações de Abril e Maio, a actual situação social, a luta dos estudantes do Secundário, o propósito anunciado pelo PS de proceder a uma rápida revisão constitucional e as próximas eleições para o Parlamento Europeu foram alguns dos temas tratados na nota da Comissão Política que o camarada Domingos Abrantes apresentou à imprensa

TRABALHADORES

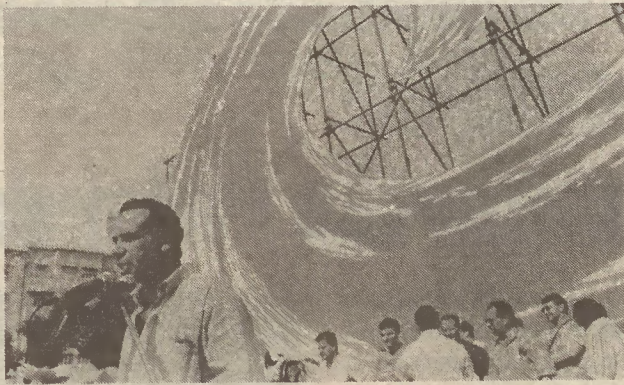
lutas e manifestações

Considerando que «vivemos um momento histórico difícil, no qual o capitalismo desenvolve uma grande ofensiva à escala mundial e em cada país contra as conquistas sociais e os direitos dos trabalhadores», Carvalho da Silva denunciou a «situação profundamente degradante e injusta» que se vive em Portugal, onde «Governo e patronato surgem claramente sintonizados na tentativa de levar os trabalhadores e o seu movimento sindical à rendição incondicional e não estão interessados em procurar soluções nem compromissos sérios para enfrentar com êxito os problemas do País».

Objectivos

Depois de adiantar alguns traços da nova política que a CGTP

entende necessária e que deve ter «dimensão e preocupações sociais» e «assumir os direitos dos trabalhadores como parte integrante da própria democracia», o



coordenador da central afirmou que os objectivos que levam os trabalhadores à luta devem estar presentes na intervenção que vão ter nas próximas eleições para o Parlamento Europeu.

Havendo, contudo, situações que exigem respostas imediatas, a *Inter* aponta uma série de objectivos pelos quais assume o compromisso de lutar, «procurando sempre ganhar todos os trabalhadores e todas as organizações para a acção, criando o máximo de unidade em cada momento». Entre esses objectivos figuram:

- medidas imediatas que travem a destruição do aparelho produtivo e dinamizem a actividade económica,
- a defesa do sector empresarial do Estado,
- a utilização dos fundos públicos e comunitários para o desenvolvimento económico e social,
- uma política que vise o pleno emprego, pondo termo aos despedimentos em massa e criando novos postos de trabalho,
- medidas de emergência para as regiões em crise, de forma a impedir a desertificação e o aumento do desemprego e da emigração,

- a redução dos horários de trabalho e a fixação legal do horário máximo de 40 horas semanais, conforme compromissos assumidos pelo Governo,

- o combate à desregulamentação e flexibilização dos horários de trabalho,

- a revogação da norma legal que possibilita a contratação a

prazo dos jovens que procuram o primeiro emprego,

- a revisão dos salários em todas as empresas e sectores em que se tenha verificado perda de poder de compra,

- o urgente desbloqueamento da contratação colectiva,

- a correcção dos salários dos trabalhadores da administração pública,

- um aumento intercalar imediato de 5 contos no valor do salário mínimo nacional,

- a correcção em 3 contos das pensões de reforma inferiores ao salário mínimo nacional,

- a actualização imediata das prestações familiares, com efeitos a 1 de Janeiro,

- um sistema fiscal que assegure a justa repartição da riqueza e dos rendimentos e o combate firme à evasão e fraude fiscais,

- o fim da política de privatização da saúde e o aumento da capacidade de resposta dos serviços públicos de saúde,

- o respeito pelo exercício dos direitos individuais e colectivos dos trabalhadores, nomeadamente o direito à greve e à livre actividade sindical nas empresas.

Sublinhando que as reivindicações da CGTP são «justas, possíveis e aglutinadoras da luta de todos os trabalhadores», Carvalho da Silva reafirmou que «o caminho a seguir» é «reforçar a mobilização nas empresas e regiões, adaptar as formas de luta às condições concretas existentes, sem perder a perspectiva, cada vez mais necessária, da globalização da luta».

Europeu

25 de Abril constituiu uma lamentável e inoportuna iniciativa política que se salda pelo relançamento de um tema que o PSD tem usado como manobra de diversão e distração em relação aos aspectos centrais da sua política e da sua governação.

Esta declaração do Secretário-geral do PS bem como as declarações feitas por Almeida Santos em 29/04/94 põem ainda em evidência a inconsistência e as flutuações das orientações do PS, tendo em conta que, em 15/04, em entrevista a um semanário, o Presidente do PS e do seu Grupo Parlamentar tinha afirmado que "seria um indício de pouca responsabilidade por parte dos partidos políticos se se consentissem ou até se empenhassem para que a revisão se fizesse antes das legislativas, ou mesmo das presidenciais".

A afirmação de que houve um entendimento na Conferência de Presidentes dos Grupos Parlamentares no sentido de que a revisão se deveria fazer até ao final do ano é completamente falsa e não tem qualquer fundamento.

O PS só pode pretender, com tal calendário político, distanciar mais um entendimento com o PSD das eleições para a Assembleia da República, para não sofrer os efeitos da indignação popular.

A experiência das anteriores revisões comprova, aliás, que as declarações do PS de que não fará entendimentos preferenciais com o PSD se transformaram sistematicamente em entendimentos bilaterais com este partido e que se saldaram sempre em limitações à democraticidade das instituições e amputar o carácter progressista da Lei Fundamental.

O PCP entende que, não se verificando qualquer questão que imponha uma revisão constitucional urgente, esta se deveria fazer apenas após as eleições legislativas, de modo a permitir que o tema da revisão constitucional possa ser debatido na campanha eleitoral para a Assembleia da República.

Sobre as actividades do SIS

A Comissão Política considera que o Governo, face às graves ocorrências (descoberta de um microfone de escuta no gabinete do Procurador Geral da República, acusações de acções de fiscalização sobre vários outros magistrados e organizações sociais, ex-agentes da PIDE ao serviço do SIS) que chamam a atenção para as actividades inconstitucionais e ilegais a que se entregam os serviços secretos de informações e para os perigos e ameaças que cercam os direitos, liberdades e garantias no nosso país, está obrigado a prestar cabais e urgentes esclarecimentos sobre as actividades e responsabilidades do SIS.

O anúncio pelo ministro Dias Loureiro de um pedido à AR para que o Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informações promova um inquérito é uma pura manobra demagógica destinada a que nada seja realmente inquirido ou clarificado.

Com efeito, aquele Conselho de Fiscalização, constituído exclusivamente por 2 membros do PS e um do PSD, não só tem competências muitíssimo limitadas como, apesar das confissões públicas de responsáveis do SIS sobre a vigilância de movimentações e organizações sociais, tem dado sucessivos pareceres em que se pronuncia pela conformidade de acção do SIS "com os preceitos constitucionais e legais estabelecidos".

A situação põe em evidência a justeza e oportunidade de um inquérito parlamentar ao SIS conforme proposto pelo PCP e que foi inviabilizado pela recusa do PSD e que a fiscalização eficaz e idónea dos serviços de informações, transformados cada vez mais num instrumento político-partidário do Governo, se transformou num verdadeiro imperativo do regime democrático.

As eleições para o Parlamento Europeu

A Comissão Política analisou o desenvolvimento do debate político em torno das próximas eleições para o Parlamento Europeu e discutiu orientações e medidas com vista a uma vigorosa e dinâmica intervenção da CDU na pré-campanha e na campanha eleitoral.

A Comissão Política sublinha como traços fundamentais desse debate:

- a confirmação dos esforços desesperados do PSD e do PS para escamotear as suas reais orientações e as suas patentes responsabilidades no apoio a uma evolução da Comunidade Europeia num sentido federalista lesivo dos interesses e da soberania nacionais e do PSD, do PS e do CDS para fazerem esquecer o seu apoio e cumplicidade com as principais orientações económicas e sociais que estão na origem da crise actual e dos duros golpes lançados contra os interesses dos trabalhadores e da população laboriosa;

- confirmação de que, entre as principais forças concorrentes, só o PCP e a CDU assumem com tranquilidade e frontalidade as orientações anteriormente defendidas e não temem a avaliação concreta da forma como os seus deputados exerceram o mandato para o PE que em 1989 receberam do eleitorado.

A Comissão Política apela a todas as organizações, militantes e simpatizantes do Partido para que, garantindo um firme apoio ao desenvolvimento da luta no plano social, concentrem a partir de agora o melhor dos seus esforços, generosidade e capacidade de intervenção no arranque e rápido desenvolvimento da intervenção eleitoral da CDU que, no quadro das orientações programáticas já definidas, deverá ser marcada por um amplo e audacioso contacto directo com as populações e ser centrada sobre os problemas mais vivos do povo e de Portugal.

A Comissão Política salienta que, apesar de patentes discriminações contra a CDU e do ostensivo favorecimento de outras candidaturas, está plenamente ao alcance do PCP e da CDU alcançarem uma grande votação em 12 de Junho, factor essencial para o combate à política de direita e a satisfação de prementes reivindicações populares e para o avanço da luta por uma nova política e por uma alternativa democrática.

A vitória eleitoral do ANC

A Comissão Política analisou o significado da extraordinária vitória do ANC para a luta libertadora do povo sul-africano, assim como para a luta dos povos da África e do mundo, tendo aprovado um comunicado específico sobre esse histórico acontecimento.



Eleições no Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas PSD estatela-se e listas unitárias reforçam-se

Agora, há mais condições para reforçar a acção nos locais de trabalho, mobilizando os bancários para a luta em defesa de uma revisão justa da contratação colectiva - defendem Alexandrino Saldanha e Sebastião Fagundes

A lista de convergência, apoiada pela anterior direcção, venceu por larga margem as eleições para a direcção do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas. Na votação do passado dia 28, a tendência social-democrata sofreu uma pesada quebra, enquanto as listas unitárias reforçaram as suas posições.

Concorreram à direcção e à Mecodec (Mesa Coordenadora

Reconhecimento

«Houve um agravamento dos problemas dos bancários, fruto da política que os governos e as administrações têm seguido. As listas unitárias têm enfrentado esse agravamento das situações e têm agido em defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores. O resultado destas eleições reflecte o reconheci-

mento, menos margem de manobra têm os socialistas para poderem tomar decisões contra os interesses dos bancários».

Empenhamento

Nos dois mandatos passados desde a primeira eleição de uma lista de convergência das correntes socialista e unitária para a direcção do SBSI, «apesar de termos formas diferentes de entender a acção sindical e a luta dos trabalhadores», foi possível que bancários socialistas, comunistas e sem filiação partidária se entendessem e desenvolvessem um trabalho positivo em muitos aspectos, o que nestas eleições também foi valorizado pelo voto.

Para Sebastião Fagundes, «é essencial o reforço do trabalho nas empresas, nos secretariados de secção sindical, junto dos trabalhadores, reforçando a rede de delegados sindicais (que melhorou nos últimos anos, por nossa intervenção)».

Alexandrino Saldanha recorda que, «também fruto da nossa pertinácia e da dinâmica que conseguimos impor, o sindicato travou importantes batalhas, por exemplo, denunciando o abuso do trabalho extraordinário não remunerado e a discriminação de mulheres no BCP. Iguamente na actividade dos SAMS (e na defesa dos Serviços



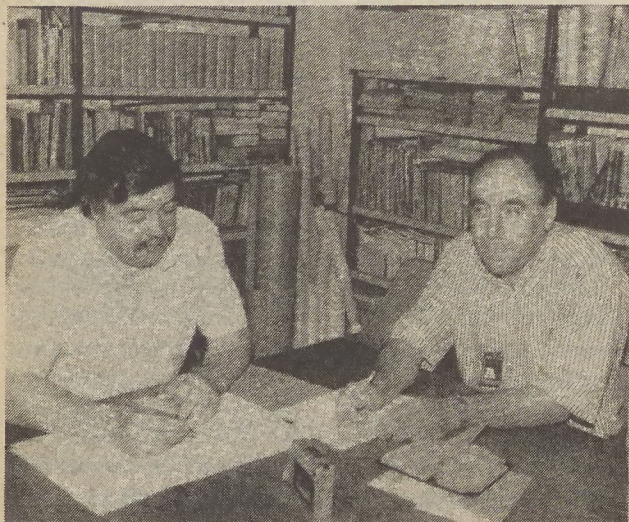
A manifestação de 23 de Março, inserida no «aviso dos trabalhadores» e acompanhada do pré-aviso de greve, seria «impensável» sem a persistência dos eleitos unitários

de Acção Médico Social contra os ataques recentes da Associação Nacional de Farmácias e do Governo) temos tido resultados muito positivos. E até no estilo de funcionamento do sindicato, com reuniões mais frequentes e mais participadas envolvendo delegados sindicais e trabalhadores, tivemos avanços significativos. Dirigentes do SBSI que, há poucos anos, diziam que as manifestações eram folclore ou quase acções de arruaça, foram obrigados a reconhecer a importância, por exemplo, da manifestação de 23 de Março, incluída no «aviso dos trabalhadores», foram obrigados a dinamizar a

realização da manifestação, que foi acompanhada de um pré-aviso de greve. Isto seria impensável com direcções PS-PSD, ou mesmo só de socialistas.»

Os sindicalistas da corrente unitária prevêem que, «tal como no ano passado, um ponto quente de discussão e, possivelmente, de divergência entre nós e os socialistas vai ser a revisão da tabela salarial e do contrato colectivo. Nós defendemos que deve ser reivindicada a recuperação do poder de compra perdido na revisão de 1993, mas não se vê que a tendência socialista esteja empenhada nesse objectivo.»

Além dos salários, na revisão deste ano irão certamente estar em causa direitos conquistados pelos bancários, como noutros sectores de actividade, devido à ofensiva do patronato e do Governo. «A mobilidade, a polivalência, as transferências, o exercício de direitos legais e contratuais, a desregulamentação e desmantelamento do que existe relativamente à carreira profissional - tudo isto vai estar na ordem do dia, e vai ser necessário todo o empenhamento dos bancários e dos sindicatos para evitar que as instituições de crédito imponham as suas posições em prejuízo dos trabalhadores».



Sebastião Fagundes e Alexandrino Saldanha na Redacção do «Avante!»

dos Órgãos Deliberativos Centrais) três listas. No total, registaram-se 23 559 votantes (em 1991 foram 27 413). A lista A (de convergência entre a tendência socialista e a corrente unitária) recolheu 15 225 votos (obtivera 14 310 nas eleições de 1991). Na lista B (identificada com o MRPP) votaram 2589 bancários (3235 na anterior eleição). A lista C (afecta ao PSD) obteve 4658 votos (contra 8174 nas eleições de há três anos, em que também teve o apoio de uma facção socialista desavinda).

Na passada quinta-feira, os 48 208 sócios do SBSI (45 359 nas eleições de 1991) foram ainda chamados a escolher os delegados ao congresso e ao conselho geral, e os secretariados das secções sindicais. As listas unitárias e socialistas concorreram separadamente e, além dos TSD e do MRPP, foram ainda apresentadas listas que não aceitaram a conotação formal com qualquer tendência. Também segundo resultados provisórios, para os secretariados das secções (e depois de feitos os acertos exigidos pelas tomadas de posição e pela composição das listas não conotadas) a corrente unitária somou 8426 votos (7171 no anterior mandato), a tendência socialista obteve 8717 votos (8875 há três anos) e na tendência social-democrata votaram 4707 eleitores (7089 nas últimas eleições).

mento deste trabalho, aumentando a votação nas listas unitárias e na lista de convergência para a direcção do sindicato.» É assim que Alexandrino Saldanha, que passou de vice-presidente da direcção para vice-presidente da Mecodec, novamente eleito pelas listas unitárias, interpreta o resultado de dia 28. Mas, acrescenta, estas eleições evidenciam também «o descontentamento dos bancários em relação à política do Governo e das administrações, que leva à grande quebra de votos nas listas do PSD».

A opinião é partilhada por Sebastião Fagundes, antes vice-presidente da Mecodec e agora eleito, também pelas listas unitárias, vice-presidente da direcção, e para quem «isto mostra que, quando nós tomamos posição e nos demarcamos de posições da direcção que não consideramos correctas - como sucedeu com a última revisão da tabela salarial -, obtemos resultados positivos». «Devemos continuar o trabalho na direcção, para cumprir o programa da lista de convergência, mas sem abdicar dos nossos princípios e, em questões de fundo, devemos manter o comportamento que tivemos, principalmente, no último ano, defendendo as nossas posições convictamente e enfrentando, se necessário, posições da tendência socialista», afirma, uma vez que «quanto maior for a nossa força e a nossa influência nos locais de traba-

Jornalistas contra penalização do direito de informar

A «penalização do direito de informar» é a principal consequência das alterações propostas pelo Governo ao Código Penal e à Lei de Imprensa e que mereceram a condenação unânime no debate que o Sindicato dos Jornalistas promoveu sábado passado em Lisboa.

Além dos profissionais da informação, participaram na iniciativa magistrados do Ministério Público, juizes e advogados. Além das críticas à ausência de deputados (apenas compareceram Odete Santos, do PCP, e Narana Coissoró, do CDS), o presidente do SJ lamentou também que não tenham comparecido representantes das associações patronais, que «estão a dormir na forma», apesar de algumas pretendem introduzir implicarem directamente com as empresas de comunicação social.

Após as intervenções iniciais de Adelino Cardoso (em nome do Sindicato dos Jornalistas), Maia Costa (do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público) e Eduardo Lobo, da

Associação Sindical dos Juizes Portugueses, foi aberto por Daniel Reis, presidente do Conselho Deontológico do SJ, um animado período de debate.

Sem que uma voz se levantasse para o defender, o Governo foi acusado de, com as alterações que propõe, passar ao lado das questões de fundo que têm a ver com a relação entre os media e o funcionamento do regime democrático, e pretender sobretudo proteger, não a privacidade dos cidadãos, mas apenas de alguns cidadãos, precisamente aqueles que gravitam na órbita do poder.

As propostas agora divulgadas pelo Governo, como foi recordado no debate, fazem parte de uma ofensiva contra a liberdade de informar que vem

de trás, somando-se a medidas como a criação de regimes especiais para julgar jornalistas e de dispositivos para os tentar obrigar a revelar as fontes de informação, a extinção do Conselho de Imprensa, a retirada de poderes aos conselhos de redacção, a aprovação de uma lei do Segredo de Estado que faz do segredo a regra geral, a tentativa de imposição de um apertado regime de segredo de justiça.

Das modificações propostas pelo Governo ao Código Penal mereceram especial condenação as que dizem respeito a crimes de difamação e devassa da vida privada (deixa de ser admitida a divulgação de factos da vida privada de alguém por interesse público legítimo ou qualquer outra justa causa; incorre em crime não só o autor de declarações, ainda que identificando a fonte; a pena será agravada quando o visado desempenhar cargos oficiais, desde os membros de órgãos de soberania a

agentes de forças ou serviços de segurança e funcionários públicos; enquanto actualmente apenas é punido o registo de imagens de pessoas sem consentimento, o novo texto abrangerá também imagens de objectos e espaços íntimos), bem como o generalizado agravamento das penas.

Relativamente à Lei de Imprensa, os participantes no debate insurgiram-se contra o agravamento das penas e outras alterações, nomeadamente quanto ao direito de resposta (forçando a publicação, em espaço mínimo alargado para o dobro, de textos que traduzam abuso daquele direito e que actualmente o director poderia devolver depois de ouvido o conselho de redacção; ameaçando com multas de 500 a 5 mil contos por cada edição que saia sem inclusão da resposta) e à ainda maior celeridade que, por decreto, o Governo pretende impor aos processos movidos ao abrigo da Lei de Imprensa.

Têxteis, metalúrgicos, Função Pública, IPSS, Portucel, EDP, carteiros

Os trabalhadores não baixam os braços

Salários, emprego e direitos são as principais reivindicações que estão na origem das lutas dos últimos dias de Abril e desta primeira semana de Maio

Mais de 500 trabalhadores, vindos dos vários centros fabris da **Portucel**, concentraram-se na passada quinta-feira frente à sede da empresa, em Lisboa, durante uma greve que teve uma adesão superior a 70 por cento e paralisou completamente as unidades produtivas, informou a Federação dos Sindicatos da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás. A luta na Portucel, que se desenrola há 4 meses e levou já à realização de várias greves de 24 horas, é contra a imposição unilateral de uma actualização salarial de 2,5 por cento e pela defesa dos direitos e regalias consagrados no acordo de empresa. Enquanto decorria a concentração de dia 28, a administração recebeu uma delegação dos trabalhadores e, depois de 2 meses de suspensão das negociações, aceitou marcar nova reunião com os sindicatos, que deveria ter-se realizado ontem. A federação admite a marcação de novas lutas, inclusive greves, caso o Governo e o seu «homem de mão» na administração da Portucel, Jorge Godinho, não apresentem «novas posições que correspondam às reivindicações dos trabalhadores».

O recurso à greve iria ser debatido, também ontem, num plenário de representantes dos trabalhadores da EDP, que se segue a reuniões promovidas pela CT com todas as estruturas sindicais da empresa onde foi reafirmado «o grande impacto da jornada de luta de 24 de Março, excedendo todas as expectativas a participação na concentração nacional e a adesão à greve em muitos locais de trabalho», como afirma uma nota da federação das Indústrias Eléctricas. Observando que «o conselho de administração e o Governo, embora insistindo nas linhas fundamentais da sua política para o sector eléctrico, anunciaram à FSTIEP, cinco dias depois

do "aviso", que afinal o processo de desmembramento da EDP foi mais uma vez adiado».

Afastada ficou também a possibilidade de falência da **Almagre**, cuja assembleia de credores aprovou segunda-feira um plano de viabilização. Na próxima segunda-feira, dia 9, reúne a assembleia de credores da **Arrancar**. A ameaça de falência destas empresas têxteis levou os sindicatos a realizar no dia 27 de Abril uma marcha

para o quadro efectivo, utiliza em média mais de 100 trabalhadores contratados, e prepara-se para recorrer a fundos comunitários.

Para reclamar o fim dos despedimentos e da destruição do aparelho produtivo, uma delegação de representantes dos trabalhadores da metalomecânica pesada concentrou-se no dia 28 frente à administração da **Senete**, a *holding* encabeçada pela multinacional **ABB** que controla o sector,

A **FNSFP** acusa a União das **IPSS**, chefiada pelo padre José Maia, e o Ministério do Emprego e Segurança Social de fugirem ao diálogo, não respeitarem os direitos dos trabalhadores e quererem regras de privilégio, à margem do quadro legal existente. Recordando que o Provedor de Justiça e Turgão Ferreira, bispo-auxiliar da Conferência Episcopal, reconheceram razão ao pessoal e aos sindicatos, a federação afirma que,



contra o desemprego, de Valongo do Vouga até Águeda. A esta marcha juntaram-se também trabalhadores da **Famel** e da **Sachs**, bem como dirigentes sindicais dos Têxteis e dos Metalúrgicos de Aveiro.

Para protestar contra o despedimento colectivo de 35 trabalhadores na **SMM** e decidir formas de luta contra esta medida, estão a decorrer naquela empresa metalomecânica plenários promovidos pelo sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa, que considera não haver fundamento para a eliminação dos postos de trabalho, uma vez que a **SMM** teve lucros de 8 mil contos em 1993, admitiu em Janeiro último 50 trabalhadores

informou a federação dos Metalúrgicos.

Com uma adesão, a nível nacional, de 65 por cento, segundo a federação da Função Pública, estiveram em greve no dia 27 os trabalhadores das **Instituições Particulares de Solidariedade Social**, em luta pelo direito à negociação colectiva (actualmente é-lhes aplicada uma portaria regulamentadora de trabalho datada de 1985; em Novembro de 1991 os sindicatos requereram oficialmente o início do processo de negociação de um contrato colectivo). Exigem ainda a actualização dos salários, a melhoria das carreiras e a redução dos horários de trabalho.

«caso a situação se mantenha, os trabalhadores das **IPSS** irão recorrer de novo a formas de luta, ainda no mês de Maio».

Carteiros manifestaram-se sexta-feira em Aveiro para pedir à administração dos **CTT** a admissão, a nível nacional, de mais 800 profissionais e a reclassificação profissional. Só no concelho de Aveiro, onde existem 469 carteiros, faltam outros 68. Em vários locais o ritmo de trabalho obriga os carteiros a fazer muitas horas extraordinárias que não lhes são pagas. A luta dos carteiros levou já à realização de uma greve nacional, decorrendo agora diversas acções a nível regional.

ÉVORA PELA DEFESA DO DIREITO AO EMPREGO

Um grupo de cidadãos do distrito de Évora, entre os quais se encontram autarcas, sindicalistas e cooperativistas, preocupados com os gravíssimos problemas dos trabalhadores da região e, particularmente, o direito ao emprego, decidiram constituir uma comissão de defesa do direito ao emprego, que na passada sexta-feira afirmou, em conferência de imprensa, a sua recusa permanente do conformismo e da apatia perante um processo de desertificação que «não estanca e parece mesmo querer tornar-se irreversível». A comissão de defesa do direito ao trabalho alertou, na ocasião, para alguns factos: nos últimos 40 anos, o Alentejo perdeu cerca de 240 mil habitantes, enquanto o distrito de Évora perdeu cerca de 10 mil só nos últimos dez anos; no período de 1981 a 1991, o Alentejo registou a maior diminuição de população no grupo etário entre os 15 e os 24 anos e foi a única região onde diminuiu a população na faixa dos 25 aos 64 anos; dados oficiais referiam a existência de 40 969 desempregados no Alentejo, dos quais 27 mil não recebiam subsídio de desemprego.

1.º DE MAIO É FERIADO

Na **Siderurgia Nacional** foram convocadas para ontem reuniões de trabalhadores com o objectivo de discutir a resposta à situação criada pela administração nas vésperas do 1º de Maio. Uma nota dos organismos representativos dos trabalhadores da empresa acusa a administração de, pela primeira vez desde o 25 de Abril de 1974 e ao contrário do que está consagrado na contratação, ter tentado impedir que o 1º de Maio fosse feriado para todo o pessoal, incluindo o trabalho de turno. «Como provocação, a administração não criou as condições para a paragem técnica das principais instalações produtivas, pretendendo transferir as responsabilidades para os trabalhadores», denunciam os **ORTs** da Siderurgia. Recentemente, a comissão intersindical da empresa e o sindicato dos Metalúrgicos do Porto tinham denunciado, em nota à imprensa, o facto de estar parado desde 14 de Janeiro o transformador da Siderurgia Nacional adquirido em Espanha, em segunda mão e com dez anos de antiguidade, através da **ABB**, que se comprometera a montá-lo e pô-lo a funcionar em Março. Nesse documento, distribuído a 18 de Abril, eram levantadas algumas perguntas pertinentes, como «de quem é a responsabilidade por tanta incompetência», «quantos mais trabalhadores terão que ser despedidos em nome da viabilidade» e «o interesse de afundar a empresa será motivo justificativo para depois a privatizar».

ENFERMEIROS OBTÊM ESTATUTO

No dia 26 de Abril o Ministério da Saúde entregou, finalmente, aos sindicatos dos enfermeiros Portugueses e da RA da Madeira o projecto de Estatuto Profissional, revelou o **SEP**. Conjuntamente, foi também entregue o projecto relativo à Ordem dos Enfermeiros. «Estes dois documentos são a base para perspectivar a abertura negocial sobre esta matéria», afirma a direcção do **SEP** numa nota de imprensa em que dá conta dos contactos e reuniões que já encetou com outras estruturas representativas da classe.

CASINOS DO ALGARVE

A aparente indefinição quanto à manutenção dos postos de trabalho nos casinos do Algarve levou o Sindicato dos Profissionais de Banca dos Casinos a manifestar à agência **Lusa**, na passada sexta-feira, a sua preocupação e sublinhar que «seria inadmissível» que o Estado, ao assumir a exploração dos três casinos algarvios depois de rescindir o contrato de concessão da zona de jogo de fortuna e azar do Algarve, efectuasse um «verdadeiro despedimento colectivo massivo». O sindicato frisou que «defenderá intransigentemente» a manutenção do funcionamento dos casinos (**Vilamoura**, **Monte Gordo** e **Rocha**), pelo seu impacto em termos económicos (turismo), sociais (postos de trabalho) e de boa-fé (o prazo de concessão, até ao ano 2003).

AÇOS TOMÉ FETEIRA AINDA SEM SOLUÇÃO

Continua a acentuar-se a situação crítica da Fábrica de Aços Tomé Feteira, em Vieira de Leiria, sem que se vislumbre uma saída para a empresa, paralisada desde 17 de Fevereiro por falta de matéria-prima. Em comunicado difundido sexta-feira e citado pela agência **Lusa**, o sindicato dos Metalúrgicos do distrito de Leiria afirma que «os 20 trabalhadores que ainda permanecem na empresa continuam a apresentar-se pontualmente e a cumprir o seu horário, sem que lhes seja distribuído qualquer trabalho». Os trabalhadores «fazem este sacrifício com uma única contrapartida: por 150 escudos têm acesso a uma refeição diária, com que iludem a fome para o resto do dia», situação que só se manterá «até que a empresa de restauração que, há anos, abastece a Fábrica de Aços, deixe de prestar este serviço».

O administrador-judicial, Vasco Fraga, recentemente nomeado para a empresa, já terá comunicado que as receitas que for obtendo com a venda de *stocks* de aço se destinam «a pagar aos advogados e ao Tribunal», nada se destinando aos trabalhadores.

A situação da Fábrica de Aços está a colocar em risco, a curto prazo, a laboração das empresas de limas existentes na freguesia, uma vez que é a sua principal fornecedora de aço.

Professores de todo o País manifestam-se amanhã em Lisboa

Professores e educadores, respondendo ao apelo da **Fenprof** e dos seus sindicatos, concentram-se amanhã, a partir das 15 horas, no Parque Eduardo VII, junto ao Pavilhão Carlos Lopes, desfilando depois até ao Ministério da Educação, protestando contra a política de educação de Cavaco Silva e Manuela Pinto Leite, a qual «não serve os desígnios educativos e tem-se revelado incapaz de resolver os graves problemas que afectam a Educação, a vida dos alunos e

dos professores», e exigindo «uma política educativa que dignifique a profissão docente», como refere uma nota de imprensa da federação.

Hoje, dia em que os estudantes do secundário estão em luta contra as provas globais (ver página 11), os trabalhadores não docentes contratados a prazo concentram-se, a partir das 14.30, junto ao Ministério da Educação, para exigir o fim da precariedade, através da integração do pessoal com mais de

um ano de serviço e aprovação em concurso externo e da integração automática de todos os que exercem funções nas escolas há mais de três anos.

Greve nos Seguros

Convocada por todos os sindicatos do sector, decorre desde segunda-feira e até amanhã uma série de greves parciais dos trabalhadores dos Seguros, em pro-

testo contra a tentativa de imposição, pelo Governo e as entidades patronais, de uma actualização salarial de 3 ou mesmo 2,5 por cento, apesar dos bons resultados que as seguradoras continuam a apresentar; além da redução salarial, pretendem ainda que os sindicatos aceitem alterações ao regime das pensões complementares de reforma e ao complemento do subsídio de doença. A nova tabela salarial já deveria ter entrado em vigor em Janeiro.

Encontro Nacional do Ensino Superior da JCP Igualdade no acesso e qualidade de ensino

A análise da actual situação do Ensino Superior, com destaque para a política educativa governamental, o Movimento Associativo e as lutas estudantis, foi um dos temas principais do debate que no passado sábado ocorreu num anfiteatro da Faculdade de Letras de Lisboa no âmbito do Encontro Nacional do Ensino Superior promovido pela Juventude Comunista Portuguesa, onde também se discutiu a intervenção dos estudantes comunistas nas escolas e as propostas para uma «Nova Política para o Ensino Superior», tema este que resultaria num documento onde a questão das propinas, acção social escolar, o ensino superior particular e cooperativo e a avaliação dos estabelecimentos de ensino são profundamente historiados e analisados, dando possibilidade à JCP de apresentação de numerosas propostas concretas que detalhamos em peça incluída nestas páginas.

Este documento bem como diversas moções apresentadas no Encontro foram aprovadas por unanimidade pela centena

e meia de jovens — muitos deles sem filiação partidária — que participaram na iniciativa, vindos de universidades

de todo o país. De entre essas moções o destaque vai para a saudação à luta dos estudantes do Secundário contra as provas globais, tendo também sido aprovadas moções sobre o 1º de Maio, 25 de Abril e eleições para o Parlamento Europeu.

Sobre o Movimento Associativo estudantil e as linhas de trabalho para os jovens comunistas, o Encontro apontou as seguintes linhas de trabalho:

— Continuar a defesa de um movimento associativo assente em critérios de ampla unidade estudantil.

— A dinamização de grupos de estudantes com uma acção própria na escola nomeadamente em torno dos problemas do Ensino Superior visando nomeadamente a eventual participação em processos associativos futuros.



Intervenção de Carlos Carvalhas

«Que futuro se está a preparar ao País com tais desperdícios»

A fechar o Encontro Nacional do Ensino Superior da JCP, proferiu uma intervenção o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, que diria serem «as questões da educação e do ensino essenciais para o desenvolvimento económico» e como tal «objecto de um grande debate nacional». Por isso, Carlos Carvalhas adiantou que o PCP e a CDU pretendem levantar estas questões para a campanha ao Parlamento Europeu, «procurando dar voz às esperanças e aspirações da juventude, à realização profissional e humana» levando também a esta campanha «a aspiração que cresce na sociedade portuguesa de uma nova política que faça sair o País da crise, e que promova o desenvolvimento e o bem-estar das populações». Dessa intervenção do secretário-geral do Partido, publicamos seguidamente alguns dos mais significativos excertos:

As responsabilidades do PSD

(...)

O PSD detém a pasta da educação há 15 anos e Cavaco Silva está no Governo há mais de uma década.

O PSD não pode pois fugir às suas pesadas responsabilidades.

Que perspectivas, que horizontes é que se abrem hoje a um jovem, nomeadamente se oriundo de camadas mais desfavorecidas, quando este está sujeito cada vez mais a um sistema de ensino selectivo e elitista, a uma escola degradada e desmotivadora, a uma acção social escolar das mais baixas da Europa e a níveis crescentes de desempregos ou de empregos precários? Que perspectivas é que se rasgam a um jovem estudante do secundário, sujeito à surpresa de avaliações, como a que agora se quer impor ao 10º ano - que está a motivar o vivo protesto dos alunos da secundária e que merece a nossa solidariedade activa. E exige a suspensão da aplicação deste sistema de avaliação e um amplo e profundo debate sobre ele. Que perspectivas quando crescem as desigualdades no acesso ao Ensino Superior e são cada vez mais em maior número os estudantes que, tendo capacidades, não o irão frequentar pelo simples facto do seu agregado familiar não ter suficiênciã financeira.

Que futuro é que se está a preparar ao País, num quadro de crescentes exigências do saber e de concorrência, com tais desperdícios de capacidades e quando Portugal detém um nível educacional dos mais baixos da Europa? Sem dúvida que uma posição cada vez mais subalterna, desvalorizada e dependente no quadro da divisão internacional do trabalho.

Esta é a consequência de uma política crescentemente desresponsabilizadora em relação ao ensino e crescentemente desvalorizadora do ensino superior público.

Depois é sabido que uma boa parte dos estabelecimentos e cursos privados que por aí têm proliferado não têm nem condições nem requisitos de qualidade. E esta é também uma questão que nos preocupa.

As restrições qualitativas globais no acesso ao Ensino Superior Público, o injusto regime de acesso e a crescente desresponsabilização do Estado tem já como consequência que o número de vagas de acesso ao ensino privado ultrapassou o número de vagas do ensino público, o que a manter-se significa que por volta de 1995/96 o ensino superior será maioritariamente privado no nosso país.

Esta direcção desresponsabilizadora e antidemocrática tem também as suas expressões quer em relação ao financiamento através das tentativas dos significativos aumentos das propinas, com o objectivo de chegar gradualmente ao chamado custo real do ensino; quer em relação às diversas acções do Governo visando a autonomia das Universidades, sobretudo quando estas tomam posições discordantes das do Governo.

E quanto às propinas, sempre apresentadas como um instrumento de justiça social, vale a pena recordar que estas assentam nas declarações fiscais cuja verdade pode ser avaliada pelo facto de, em 1992, só 5750 famílias terem declarado rendimentos superiores a 10 mil contos... E quanto à equidade e justiça fiscal basta atentar que os trabalhadores recebem 40% do Rendimento Nacional e contribuem com 60 a 70% do IRS!

Mas as orientações anti-sociais e antidemocráticas nas áreas do ensino não se ficam por aqui como o evidencia a política de desrespeito e de surdez que o Governo, e o Ministério da Educação em particular, têm levado a cabo relativamente aos estudantes e às suas estruturas associativas.

As lutas juvenis

Face a esta ofensiva os estudantes têm dado uma importante resposta quer através de propostas quer com importantes e amplas acções de protesto e de luta. De facto temos assistido nos últimos anos a uma reacção viva e determinada dos estudantes portugueses, tanto no ensino secundário como no ensino superior. Este último com particular destaque para a luta contra o aumento das propinas e também por melhores condições no ensino superior, nomeadamente quanto à exigência de financiamento adequado que permita ao ensino superior desenvolver-se e melhorar significativamente a sua qualidade.

Nos últimos anos revelou-se um forte e dinâmico, movimento associativo, ligado aos estudantes, com a sua autonomia e independência, essencial para a defesa dos interesses dos estudantes, mas constituindo também um elemento de grande importância para a evolução política do nosso país.

Nós valorizamos a juventude, como importante força social, valorizamos a reflexão e a intervenção própria da juventude em relação aos seus problemas específicos, mas também em torno de todas as questões que se colocam ao presente e ao futuro do nosso país.

As lutas juvenis, o movimento estudantil tem sido uma importante e valiosa afirmação dessa força, actividade e intervenção própria que é preciso desenvolver e que o PCP daqui saúda e realça.

A hipocrisia do Governo

E nestas justas lutas estudantis que sempre tiveram o apoio da JCP e do PCP contra a PGA, as propinas, por melhores condições de ensino e agora contra as provas globais de avaliação, estudantes, professores e encarregados de educação e individualidades como o Presidente do Tribunal de Contas têm sido vigiados, fotografados e as estruturas académicas infiltradas por agentes do SIS, tudo à margem da lei...

E tudo isto com o conhecimento do Governo e do Sr. Primeiro-Ministro que agora vem declarar pudicamente: «gravíssimo, gravíssimo» sobre as escutas no gabinete do Procurador Cunha Rodrigues, em tempos também considerado uma força de bloqueio!

A hipocrisia deste Governo não tem limites!

(...)

Mas a questão do ensino e da realização pessoal está ligada também ao futuro profissional.

E que saídas profissionais, que garantias de emprego quando se leva à prática uma política de debilitação do aparelho produtivo e de



NOVA POLÍTICA para o ENSINO SUPERIOR

e o Encontro
NACIONAL
ENSINO
SUPERIOR



— Encarar igualmente como prioritário o trabalho nos órgãos de gestão e de governo das universidades, tal como a valorização destes.

— Fazer um acompanhamento e uma efectiva coordenação nacional e de academia dos comunistas dirigentes associativos de forma a que se consiga uma maior coordenação da luta.

— A riqueza da argumentação e o sentido de oportunidade no encontro de soluções consensuais que reforcem a unidade na luta são posturas que caracterizam os comunistas no seu trabalho.

Deste modo, e porque interessa à direita isolar em «pequenas ilhas» a contestação à política educativa do governo PSD, os estudantes comunistas têm que estar conscientes que, sem pôr em causa as suas posições, devem procurar a convergência na luta.

— A participação dos estudantes comunistas nas federações da AAEE já criadas (FAP, AAL) deve ser mantida e reforçada de modo a que estas desempenhem o papel que lhes cabe na luta e não sirvam à JSD e ao governo como barreiras aos interesses e reivindicações estudantis.

— Reafirmando o que já foi conclusão da VI CNES, os ENDA's são o local de debate e coordenação nacional que melhor se enquadra no actual movimento associativo. Desta forma, o reforço da participação, a melhoria da sua preparação e a necessidade de no quadro do ENDA encontrar formas de uma coordenação mais regular são essenciais.

— A criação de novas federações de AAEE, quer ao nível das academias, quer em termos nacionais, é uma barreira ao actual movimento associativo.

A criação destas novas estruturas, não só põe em causa as já existentes, como são um meio da direita afastar o poder de decisão dos estudantes atribuindo-o a estruturas altamente burocratizadas e cuja eleição é cada vez mais indirecta.

— Contrariamente ao que as outras juventudes partidárias sempre procuraram, a JCP sempre defendeu e continua a defender um movimento associativo despartidarizado, mas cuja consciência e intervenção política seja uma preocupação constante deste.

«...dícios de capacidades?»

promoção das actividades especulativas e parasitárias, quando o domínio da economia pelas transnacionais e a substituição da produção nacional pelo estrangeiro se vai ampliando.

Que pecados mortais?

O ministro das Finanças bem pode dizer para efeitos propagandísticos que já há sinais de recuperação e bem pode afirmar, a contar com o período eleitoral, que em 1995 a recuperação ainda será mais forte, com os sacos azuis e as prebendas do Orçamento. Mas o que a realidade nos mostra é uma economia cada vez mais subcontratada, dependente e com desemprego crescente. Para efeitos eleitorais pode-se dar a ilusão de recuperação, aumentando o défice orçamental e aumentando, nesse ano, os trabalhadores da Administração Pública e alargando assim o consumo. Mas isso não significa que tenha havido alteração da estrutura da economia e que o investimento produtivo tenha uma retoma firme e sustentada.

Passado o período eleitoral lá virá a factura e redobrada, em que uma das suas principais parcelas acabará por ser paga pela juventude que já hoje paga um elevado tributo ao monstro do desemprego.

Na verdade, os jovens detêm a maior taxa de desemprego e uma muito diminuta taxa de protecção social. Em 1992, cerca de 65% dos desempregados não receberam qualquer tipo de subsídio no desemprego e esta percentagem sobe para 95% para os desempregados abaixo dos 25 anos.

Face a esta situação e à crise, há quem ande por aí a afirmar que o Governo cometeu **quatro pecados mortais!** Mas quem o diz esconde deliberadamente dois outros nos quais está directamente implicado e que são causa dos restantes:

- as políticas de Maastricht e a política de concentração de riqueza em que as privatizações são uma das peças essenciais. Políticas de Maastricht cujas consequências económicas e sociais levaram, por exemplo, à hecatombe do governo e o Partido Socialista Francês e cujos resultados sociais são bem conhecidos na Espanha de Felipe Gonzalez!

É que a experiência o que nos mostra é que a ideologia da concorrência, da desregulamentação e da liberalização completa da circulação de capitais e a

ortodoxia neoliberal têm tido, nos socialistas europeus, fieis seguidores e executores. Por isso, quando o PS diz que é o partido mais identificado com a Europa temos de nos interrogar de que Europa se trata: se a Europa da desregulação, das políticas de Maastricht cujo Tratado aplaudiu e aprova, ou se numa Europa de efectiva dimensão social e não formal, uma Europa de paz e cooperação, de desenvolvimento económico e social, que não é a de Maastricht e das suas receitas.

Com tais receitas, não é de estranhar que a opulenta Europa caminhe para os 30 milhões de desempregados e para os 55 milhões de pobres, uma autêntica fábrica de «exclusões sociais».

Mas o desemprego e o desemprego de longa duração não é o único factor de exclusão. A escola desempenha também um factor essencial. A ausência de um diploma de habilitações e o insucesso escolar são também factores de desestabilização e de dificuldades muitas vezes acrescidas «no mercado de trabalho». Mercado de trabalho, difícil para os licenciados e não licenciados, com o domínio das multinacionais.

Como já foi afirmado não existe nenhuma «Terra prometida» baptizada de «Europa». A Europa de Maastricht a concretizar-se será a Europa das oligarquias financeiras e do directório das grandes potências.

Por isso, reafirmamos que é necessário um novo rumo para a integração Europeia e uma nova política para o nosso país.

(...)

Pela nossa parte, cientes de que a educação deve ocupar nas sociedades contemporâneas um lugar de primeiro plano, temos estado empenhados na apresentação de propostas e soluções de que é exemplo o recente Encontro Nacional do Partido realizado com o objectivo de valorizar a escola e democratizar o ensino.

E, quanto a esta última questão, é nossa convicção que a democratização do ensino implica que seja fortemente expandido o ensino superior público, que seja liquidado o sistema de restrições quantitativas de carácter global no acesso (numerus clausus) e que seja estabelecido um novo regime de acesso ao ensino superior, mais justo que o actual e em que não tenham lugar provas discriminatórias e injustas. Depois é necessário ter em conta que uma verdadeira reforma acarreta também a reforma dos currículos no ensino superior, de modo a adequá-los à realidade actual, tendo em conta as necessidades da sociedade, os recursos humanos e materiais existentes e perspectivando-a em termos do necessário planeamento.

As questões da educação e do ensino, essenciais para o desenvolvimento económico, devem ser objecto de um grande debate nacional. O PCP e a CDU pretendem levantar estas questões na campanha para o Parlamento Europeu procurando dar voz às esperanças e aspirações da juventude, à realização profissional e humana. Levaremos também a esta campanha para o Parlamento Europeu a aspiração que cresce na sociedade portuguesa de uma nova política que faça sair o País da crise, e que promova o desenvolvimento e o bem-estar das populações.

A CDU é a grande e consequente força de esquerda capaz de dar voz às reivindicações e aspirações dos portugueses e de lutar sem transigências pela defesa dos interesses nacionais, pela defesa dos interesses de Portugal e dos Portugueses na Comunidade Europeia (...).

Algumas propostas da JCP

Sobre o aumento das Propinas

A JCP, desde o início do processo, sempre denunciou a gravidade desta medida e intervir tanto no plano da luta estudantil, como nos espaços de participação institucional (nomeadamente na Assembleia da República, através da apresentação de Projectos de Lei), exigindo a revogação da Lei 20/92 e posteriormente da lei que a regulamentava.

A JCP reafirma as exigências anteriores e considera de grande importância a aplicação de medidas que contrariem as graves consequências negativas desta lei sobre os estudantes e sobre todo o ES Público português.

Ação Social Escolar

A JCP defende:

— Promoção de igualdade no acesso e frequência no ES, mediante a prestação de serviços e atribuição de apoios aos estudantes.

— Cabe ao Governo, através do ME, garantir às instituições de ensino público as verbas necessárias ao financiamento da política de acção social.

— Considera-se candidato a bolsheiro todo o estudante que se inscreva no ES Público. O montante da bolsa é determinado pela diferença entre o custo médio de frequência nessa instituição e o rendimento médio *per capita* do agregado familiar, tendo em conta a situação de deslocado ou não.

— Os empréstimos, não podendo ser considerados como um substituto à bolsa de estudo, deverão ser atribuídos a todos os estudantes que os requeiram, independentemente do rendimento médio *per capita* do agregado familiar.

— Os preços praticados na alimentação devem ser socialmente suportados e únicos, não podendo exercer os 50% do custo nacional médio.

— Incumbe ao Estado construir uma rede de residências que assegure a cobertura total dos estudantes deslocados, a preços socialmente suportados.

— Deverão ser criados serviços médico-sociais em todas as regiões onde existam instituições de ES Público, adequados às necessidades locais. Todo o estudante que frequente o ES Público poderá beneficiar destes serviços, a preços socialmente suportados.

Um cada vez maior número de estudantes vê-se obrigado a optar pelo Ensino Superior Privado, sem que isso implique uma escolha da sua parte como alternativa deliberada, mas sim um recurso obrigatório para ingressar no ES.

(...)

Desta forma propomos medidas de carácter transitório, até à abolição do «Numerus Clausus»:

1 — A atribuição de bolsas por parte do estudante e não à instituição. O seu cálculo deve ser análogo ao proposto para o ES Público.

2 — A definição de escalões de isenção ou redução de propinas obrigatoriamente concedidas pela instituição privada ao estudante, com fiscalização do Estado.

3 — Cabe às instituições privadas garantir estruturas e pessoal para a existência de cantinas e cabe ao Estado suportar preços de alimentação socialmente garantidos.

4 — Incumbe ao Estado assegurar que todos os estudantes do ES particular e cooperativo sejam incluídos na rede geral de residências e nível nacional, sempre que a sua situação o justifique.

5 — Deverão ser celebrados protocolos entre o órgão social da instituição privada e os SM sociais das instituições públicas.

A avaliação dos estabelecimentos

A avaliação dos estabelecimentos deve servir para a promoção da qualidade do ensino superior e o seu ajustamento às necessidades do país, para o autoconhecimento e conhecimento recíproco das instituições, e não para servir de desresponsabilização do financiamento do ES Público e promoção de grupos de interesses que hoje proliferam no ES e nas universidades privadas.

Pensamos assim que é necessária a criação de uma ampla estrutura de avaliação não governamentalizada, a ter nos seus órgãos um número adequado de representantes das instituições de Ensino Superior Público, Privado e Cooperativo, das associações de profissionais docentes, investigadores e não docentes, das associações de estudantes e de outros agentes sociais directamente interessados no processo educativo. Esta estrutura deverá dispor de auto-suficiência financeira e ser independente em relação aos órgãos e mecanismos de financiamento; devem ser definidos os critérios de avaliação e ainda a clarificação do impacto da avaliação sobre o financiamento do ES Público, designadamente a relação entre os resultados da avaliação e a concessão de estímulos positivos.

Pensamos que a avaliação não deve ser contra as universidades, mas sim um processo de avaliação permanente que, nomeadamente em relação às Universidades Públicas, ajude o Ministério a pensar em novas formas de financiar e novos estímulos à Educação.

O sistema de avaliação e acompanhamento deve ter aplicação universal, abrangendo assim a totalidade das instituições de ensino superior do país, públicas e particulares.

«A descoberta de microfones e/ou escutas telefónicas no Gabinete do Procurador-Geral da República», afirma uma nota do Gabinete de imprensa do PCP, divulgada em 26 de Abril, «constitui um facto de extraordinária gravidade que não pode deixar de causar uma séria indignação e de vir confirmar persistentes inquietações existentes na sociedade portuguesa a respeito deste tipo de procedimentos ilegais.

«O PCP, que tem chamado a atenção e reclamado prontas medidas contra diversas actividades ilegais de vigilância de cidadãos e de organizações sociais, reclama um pronto apuramento dos factos e das correspondentes responsabilidades em torno deste caso e acompanhará atentamente a forma como for dado cumprimento às promessas formuladas pelo Ministro da Justiça e pelo Ministro da Administração Interna».

A vigorosa manifestação realizada pelos trabalhadores da Almagre e da Arrancar, a que se juntaram outros sectores do concelho de Águeda, foi um importante protesto em defesa dos postos de trabalho. Segundo a Comissão Concelhia de Águeda do PCP, vive-se um clima de grande «instabilidade e insegurança» no concelho, onde o desemprego aumentou 50 por cento num ano. Os comunistas alertam para a falta de alternativas de emprego e reclama a intervenção do Governo de forma a manter os postos de trabalho, recorrendo se necessário a medidas de emergência semelhantes às já decididas para outras regiões do País.

O PCP realça a iniciativa de Sérgio Ribeiro que formulou uma pergunta escrita prioritária à Comissão Europeia, em defesa da indústria das duas rodas, bem como o requerimento apresentado por Paulo Trindade na AR, sobre a situação das empresas Arrancar e Almagre, solicitando informação sobre as medidas que o Governo tenciona adoptar.

O despedimento colectivo ameaça mais 302 trabalhadores da Indelma, empresa ligada ao sector automóvel do distrito de Setúbal. Um comunicado da DORS chama a atenção para o facto de a Indelma, em 1992, empregar 2875 trabalhadores, número que descesceu para 2311, em Março deste ano. Ao mesmo tempo, a empresa, que anuncia despedir mais de três centenas de trabalhadores, mantém 700 contratados a prazo, intensifica os ritmos de produção, recorre a empreiteiros e está a transferir encomendas para outras empresas do ramo.

Na Landeira, a população organizou-se para exigir a vinda de um médico para os serviços de saúde, realizando um reunião em 15 de Abril que definiu formas concretas de luta. Ao fim três dias, o protesto foi ouvido pelas entidades competentes que colocaram o médico na Freguesia. Reagindo à situação da saúde no concelho de Vendas Novas, o PCP considera que a população, em particular, das freguesias de Afeiteira, Bombel e Piçarras devem seguir o exemplo do povo de Landeira e organizar-se de forma a contrariarem o encerramento dos postos médicos e a diminuição de pessoal médico e de enfermagem.

O 25 de Abril foi o tema de um encontro realizado, no passado dia 28 de Abril, na Escola Secundária de Rio de Mouro, em que participou Jaime Serra, da Comissão de Controlo do CC do PCP. A iniciativa contou com cerca de 200 alunos que interrogaram aquele dirigente comunista acerca do que foi o regime fascista, o 25 de Abril e o seu desenvolvimento até aos nossos dias. O programa das comemorações promovido pela escola incluiu ainda uma exposição sobre a Revolução dos Cravos.

Pouco tempo se manteve a faixa negra sobre a estátua de Santos Cunha (na foto), figura importante do fascismo e colaborador destacado da PIDE, ao qual a CM de Braga, de maioria PS, mandou erguer o monumento. Assim que o grupo de democratas bracarenses, autores do protesto, abandonou o local, na manhã de 24 de Abril, prontamente apareceram polícia e bombeiros para retirar o pano com as inscrições «Não ao branqueamento do fascismo. Viva o 25 de Abril». Recorde-se que Santos da Cunha foi responsável por várias acções desencadeadas pela PIDE contra os democratas opositores, tendo levado à prisão muitos deles.



Carta à RTP

PCP exige pedido de desculpas

Reagindo com indignação a uma notícia dada pelo «TV2 Jornal» que acusava o PCP de ter pedido ajuda militar à URSS logo após ao 25 de Abril, Vítor Dias, membro da Comissão Política do PCP, enviou uma carta ao director de Informação e Programação da RTP, que aqui reproduzimos:

1. No dia 25 de Abril, ao introduzir uma peça do «TV2 Jornal», a jornalista Márcia Rodrigues afirmou: «Quase sem perder tempo, poucos dias depois do 25 de Abril, o Partido Comunista iniciou a sua estratégia de tomada do poder. Nela se incluíram as nacionalizações, e claro, a reforma agrária. Mas era preciso muito mais para alcançar a ditadura do proletariado. Com esse fim, o PCP chegou mesmo a pedir a Moscovo que enviasse uma esquadra para as águas portuguesas e a União Soviética respondeu através de um homem que o Carlos Fino hoje entrevistou».

2. Tem esta carta como principal finalidade dizer-lhe, com toda a frontalidade, que tais afirmações lidas por uma jornalista da RTP investida na condução de um serviço noticioso projectam inevitavelmente sobre a

própria RTP a gravíssima responsabilidade de acusações caluniosas a um partido representado na Assembleia da República por força do voto popular e constituem uma clamorosa violação do dever de isenção e objectividade que impende sobre o serviço público de televisão.

3. Para além disso, a citada afirmação lida por Márcia Rodrigues integra ainda uma grosseira manipulação de informação e uma flagrante desonestidade.

Com efeito, sendo afirmado na introdução da peça que «o PCP chegou mesmo a pedir a Moscovo que enviasse uma esquadra para as águas portuguesas», a verdade é que na peça montada pelo correspondente da RTP em Moscovo nada é invocado ou incluído que autorize ou legitime uma tal afirma-



ção. De facto, o que a voz de Carlos Fino atribui a Vadim Zagladine é que «militares portugueses sugeriram que Moscovo deslocasse a esquadra soviética no Mediterrâneo para Lisboa». De salientar ainda que, em entrevista feita por José Milhazes (curiosamente também interveniente na peça do «TV2 Jornal») e publicada no «Público» de 23/4/94, V. Zagladine se refere, quanto a este assunto, não a «militares» mas a «um militar, cujo nome não recorde» e que «sei que não era um militar de alta patente».

Assim sendo, a RTP deve ao PCP e aos telespectadores uma clara explicação sobre a que título e com que intuítos é que

uma pergunta ou uma sugestão feita a Zagladine por «militares» ou por «um militar» foi fraudulenta e desonestamente convertida num pedido feito pelo PCP.

4. A extrema gravidade do que acabamos de expor legitimamente que, sem prejuízo de outras iniciativas e diligências, reclamemos de V.Exa. uma pronta rectificação e desmentido no «TV2 Jornal» da atribuição ao PCP de um pedido de envio de uma esquadra soviética para as águas portuguesas, bem como que, pelo conjunto das afirmações lidas por Márcia Rodrigues, a RTP apresente publicamente o seu pedido de desculpas ao PCP.

Homenagem a Catarina

No ano em que se comemoram os 20 anos da Revolução dos Cravos, a evocação de Catarina Eufémia, assassinada à 40 anos pela ditadura, é igualmente uma homenagem a todos aqueles que como ela enfrentaram corajosamente a violência do regime fascista e fundaram à custa da sua liberdade e da própria vida os sólidos alicerces sobre os quais

se ergueu vitoriosa a libertadora madrugada de 25 de Abril de 1974.

O programa da homenagem inicia-se no dia 19, às 14 horas, com a abertura da exposição sobre a reforma agrária, que ficará patente no centro de trabalho do PCP em Baleizão, seguindo-se pelas 14.30 um desfile de grupos corais, a partir do Largo Catarina

Eufémia. Às 16 horas começa a romagem ao cemitério, após o que tem lugar, no Largo Catarina Eufémia, o comício com a participação de Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP. Uma nota da Direcção da Organização Regional de Beja do PCP sublinha que a homenagem a Catarina deve ser «uma grande jornada de homenagem ao Trabalhador Agrícola Alentejano que, com a sua luta firme e determinada, em resposta à sabotagem e às manobras dos grandes agrários contra a jovem democracia portuguesa, deu corpo a uma das mais belas conquistas da Revolução dos Cravos - a reforma agrária».

Salientando os postos de trabalho então criados - «50 mil» - a DORBE refere os grandes avanços sociais registados no mundo rural alentejano e o aumento da produção e da pro-

ductividade do trabalho e da terra, que «rasgou novos e seguros caminhos para uma agricultura moderna, racional e rentável».

Em contrapartida, hoje com a destruição da reforma agrária voltou o desemprego, forçando milhares de pessoas a emigrarem: «só nos últimos 10 anos 40 mil alentejanos foram obrigados a abandonar a sua terra. 41 mil estão no desemprego e destes mais de 25 mil não recebem subsídio de desemprego. As aldeias envelhecem e desertificam-se. Há situações de carência extrema».

Neste contexto, a DORBE quer fazer da homenagem a Catarina Eufémia «uma grande jornada de solidariedade para com os alentejanos desempregados e famílias carentes. Uma jornada de luta pelo direito ao trabalho, pelo desenvolvimento e o progresso do Alentejo».

DORP debate programas comunitários

Por iniciativa da Direcção Regional do Porto, decorreu no passado sábado, em Matosinhos, um debate sobre o «Desenvolvimento da Área Metropolitana do Porto e os programas e fundos comunitários».

Moderado por Valdemar Madureira, da DORP e do CC do PCP, intervieram no debate, entre outros, Ilda Figueiredo, Honório Novo e o eurodeputado Joaquim Miranda, presidente do Grupo Coligação de Esquerda.

Ilda Figueiredo, depois de denunciar que não existe uma verdadeira política de desenvolvimento integrado da AMP, criticou profundamente o 2º QCA já aprovado, quer pelo fraco investimento, que ainda por cima depende da decisão do Governo, quer por menosprezar áreas especiais para a qualidade de vida da população, como o ambiente e a habitação.

Honório Novo, considerando demagógico o Plano de Erradicação de Barracas, comentou que não é possível acabar com as barracas no prazo de seis anos, quando ainda não está feito o seu levantamento total nem das habitações degradadas, ao mesmo tempo que as autarquias não têm meios necessários para impedir que continuem a implantar-se.

Na base destes problemas está, segundo Joaquim Miranda, a falta de diálogo do Governo e a falta de uma estratégia nacional de desenvolvimento. Joaquim Miranda salientou ainda a acção dos deputados comunistas no PE para o reforço dos fundos e para a sua diversificação.

Critérios da «Ousar»

A propósito do número de Maio da revista «Ousar», publicada pela Secretaria de Estado da Juventude, o Gabinete de Imprensa do PCP considera que é «particularmente chocante» que, «sendo dedicado a evocar o 20º aniversário do 25 de Abril e sendo publicado no momento do arranque da campanha para as eleições europeias, incorpora apenas depoimentos de uma destacada militante da JSD e do cabeça de lista da Política XXI e entrevistas a Carlos Pimenta, do PSD, e José Lamego, do PS, sem que publique qualquer depoimento ou entrevista com um jovem comunista ou com um dirigente ou candidato do PCP.

«Registando como muito elucidativo o espírito de «bloco central» que manifestamente inspira as orientações e critérios de discriminação anticomunista desta revista editada pela Secretaria de Estado da Juventude do Governo do PSD, o PCP protesta vigorosamente contra esta escandalosa instrumentalização partidária de uma revista editada e distribuída à custa dos dinheiros públicos e exige que, no número a distribuir no final de Maio, seja dada voz à opinião e ao testemunho de comunistas».

Estudantes em luta Ensino Secundário está hoje em greve às aulas

Os estudantes do Ensino Secundário têm hoje marcada uma greve às aulas e logo, às 15 horas, vão concentrar-se junto ao Ministério da Educação, numa escalada da luta contra as provas globais que na semana passada motivou manifestações pelas ruas de Lisboa e três concentrações consecutivas frente ao Parlamento, onde só seriam recebidos por deputados do PCP e PS. A contestação teve início sexta-feira de manhã, quando centenas de estudantes, vindos de Algés, Linda-a-Velha, Carnaxide e Miraflores, desfilaram pelas ruas de Lisboa. "Reformar esta reforma educativa" é um dos lemas dos estudantes, que entretanto têm recebido o apoio de entidades representantes dos professores para além de uma infundável lista de Associações de Estudantes de um elevado número de escolas secundárias.

Durante todo o dia, as movimentações proliferaram pela cidade de Lisboa, num vai-e-vem de estudantes que seguiam, ora para o Ministério da Educação, ora para a porta do Parlamento.

Os alunos tentaram, em vão, ser recebidos pelos grupos parlamentares do PSD e CDS, mas nenhum deputado destas formações se encontrava já no edifício, alegadamente por não haver sessão plenária.

António Filipe, do PCP, anunciou que o seu partido já pediu a presença da ministra no Parlamento e prometeu que os comunistas farão tudo o que puderem para que "estes jovens não sejam utilizados como cobaias de experiências mal sucedidas do sistema educativo".

Também a JCP se solidarizou com a luta dos estudantes, e no sábado, durante o Encontro

sobre o Ensino Superior realizado por aquela estrutura, os colegas mais velhos aprovaram por unanimidade uma moção de apoio à luta dos jovens do secundário.

Professores apoiam estudantes

O Ministério da Educação reagiu às contestações, referindo que as escolas já tinham conhecimento da realização das provas globais no final do 10.º ano de escolaridade desde Outubro, dizendo "não compreender", como é que os alunos desconheciam este facto. Mais tarde reconheceria que "em alguns locais" a "comunicação deficiente entre os diversos agentes" poderia ter provocado tal situação.

A suspensão das provas foi, entretanto, pedida pelo Sindicato

dos Professores da Grande Lisboa. Em conferência de imprensa, o SPGL exigiu que o Ministério "reequacione a aplicação, no presente ano lectivo, do regulamento das provas globais", adiantando que "o repúdio dos estudantes face à realização das provas merece não só a compreensão dos professores como também a sua solidariedade".

O sindicato diria que o novo sistema de avaliação "expressa uma enorme desconfiança na qualidade do ensino, ao não prever qualquer dispensa de exames" e que a realização das provas irá pôr em causa o normal funcionamento das aulas.

"Só uma forte dose de ousadia poderá permitir vislumbrar, em escolas com grande percentagem de turmas de secundário ou escolas sobrelotadas (e são muitas), um funcionamento normal neste período", referiu.

Responsabilizando o Ministério pelas consequências do "infeliz documento", o SPGL lembrou que a Secretaria Regional da Madeira apercebeu-se das consequências de imediato, "razão por que se decidiu pela sua não aplicação".

Neste sentido, o SPGL considerou que "as escolas deverão, através dos órgãos pedagógicos e tendo por fundamento as suas condições reais de funcionamento, tomar posição relativamente à viabilidade e consequências da realização das provas globais".

Também a Associação Nacional dos Professores do Ensino Secundário se pronunciara no mesmo sentido.



Já na manifestação do Dia do Estudante, no passado 24 de Março, a Reforma era posta em causa

Ministra irreduzível

Sexta à noite, na televisão, a ministra da Educação, Manuela Ferreira Leite, garantiu ser "absolutamente impensável" acabar com as provas globais aos alunos do 10.º ano de escolaridade. Em entrevista à RTP, Manuela Ferreira Leite frisou que o futuro será dos estudantes "que trabalham muito, estudam muito".

A sua missão, enquanto ministra da tutela, consiste em "dar credibilidade" ao sistema educativo e permitir aos alunos a obtenção de "instrumentos credíveis" para competirem no mercado de trabalho.

Ironicamente sublinhou que os alunos do 10.º ano "tiveram uma boa surpresa", no final do 2.º período, na medida em que as provas serão ao nível da escola.

A "tendência aponta para que a prova seja nacional", ame-

çou Manuela Ferreira Leite. Considerações que seriam repudiadas por estudantes e professores. Também o PCP, através de uma nota da sua comissão para as questões do sector, diria na nota que publicamos nesta página, que consideraria "ridículo considerar que basta uma prova global para validar o Ensino Secundário no exterior" e tornar "pretensamente credível no mercado de trabalho os diplomas do ensino secundário".

Luta em todo o País

Já na terça-feira, cerca de 20 mil alunos das 25 escolas secundárias da Área Educativa de Viseu realizaram uma greve contra as provas globais, acompanhada de concentração no centro da cidade. Para além de tentar pressionar o Ministério da Educação para que volte atrás relativamente à realização das provas globais, aquela manifes-

tação visava também, segundo os estudantes, "manifestar solidariedade para com as escolas que iniciaram no ano lectivo de 93/94 a reforma do ensino secundário".

Entretanto, sobre a situação criada na Madeira, o secretário de Estado da Educação e do Desporto considerou na segunda-feira que o seu Ministério "não vai julgar da legalidade ou ilegalidade" do despacho do secretário Regional e ameaçaria que se o caso persistir "não vai ser bom para os alunos da Madeira".

Questionado sobre quem poderá resolver a contradição entre o Continente e a Região Autónoma, Castro Almeida respondeu que o problema será resolvido "ou nos tribunais ou por outra instância do Governo Regional". De lá, um responsável governamental madeirense negaria qualquer hipótese de revogação da decisão.

Comissão para as Questões da Educação e do Ensino do PCP Pela suspensão das Provas Globais no presente ano lectivo

1. A Comissão para as Questões da Educação e do Ensino do PCP, a propósito da contestação agora vinda a público sobre o sistema de avaliação dos alunos do Ensino Secundário e designadamente sobre as provas globais, considera necessário lembrar as posições que sobre esta mesma matéria tem vindo a tomar.

Assim, em nota saída em Novembro de 1993, salientava-se que o novo sistema de avaliação para o Ensino Secundário era "mais uma peça das orientações políticas do Governo para aumentar a selectividade, sem melhorar as condições de aprendizagem dos alunos, e de fazer crer que o trabalho dos professores, supostamente deficiente, é a razão, a única razão do estado catastrófico a que, em muitos aspectos, a actual política conduziu as escolas e o ensino que nelas se faz".

Também se chamava a atenção para a irresponsabilidade manifestada pelo Ministério da Educação ao generalizar, sem um prévio período de experimentação, um novo sistema de avaliação, sujeitando os alunos a uma "experiência" de consequências imprevisíveis.

Por outro lado, constatava-se a "manifesta incongruência entre os objectivos, conteúdos e métodos de ensino e de aprendizagem aprovados em 1989 e o novo sistema de avaliação". O peso atribuído à prova global e a fórmula meramente aritmética de que depende a nota final põem em causa os princípios de avaliação contínua.

2. O objectivo de selectividade da avaliação é acentuado e reforçado pelo regulamento das provas globais, tardiamente elaborado e divulgado às escolas. A própria ministra da Educação, em declarações à televisão, confirma como objectivo fundamental da sua acção não melhorar efectivamente as condições de ensino/aprendizagem nas escolas, mas sim tornar pretensamente credível no mercado de trabalho os diplomas do ensino secundário (processo de validação pelo exterior) o que passaria obrigatoriamente, do seu ponto de vista, pela realização das provas globais.

É preocupante verificarmos que a responsável máxima pela educação reduz a função principal do ensino à criação de uma pretensa "mão-de-obra" eficaz, desprezando a importante dimensão de desenvolvimento pessoal e cultural que ele deve promover. E é ridículo considerar que basta uma prova global para "validar" o Ensino Secundário no exterior.

A intervenção da ministra na televisão confirma ainda outra crítica já apresentada pela Comissão para as Questões da Educação e do Ensino do PCP em Julho de 1993 relativamente ao desfasamento entre o Ensino Básico, marcado por um facilitismo determinado apenas pela preocupação do Governo de empurrar os alunos para fora da escolaridade obrigatória, e o Ensino Secundário, onde se acentuam os mecanismos de selecção.

A preocupação, mais uma vez, não é a qualidade do Ensino Secundário, mas sim uma selectividade

que funcione como obstáculo à entrada dos alunos nas Universidades, resolvendo deste modo uma situação incómoda para o Governo, que é o número de candidaturas ser muito superior ao número de vagas no Ensino Superior público.

3. Neste contexto, é justo o descontentamento de alunos, professores e pais, pelo modo como foi imposta a regulamentação das provas globais, num total desrespeito pela autonomia das escolas, gerando desorganização a todos os níveis da vida escolar de que são exemplo a diminuição de programas, o clima de inquietação nos próprios alunos.

As provas globais, tal como foram regulamentadas e por si só, não contribuem em nada para melhorar as condições de ensino/aprendizagem (e por isso não credibilizam o sistema); é impossível que os responsáveis pela educação disto não sejam conscientes. E se o objectivo destas provas é também o de controlar o trabalho dos professores, para além de ser discutível o processo, ele é principalmente "imoral" por utilizar os alunos como instrumentos, não importando quais as consequências negativas que recaem sobre os jovens.

A avaliação é uma questão séria e complexa. Por isso qualquer alteração neste domínio não é compatível com regulamentações imediatistas, exigindo, sim, previamente um profundo debate envolvendo os sectores directamente intervenientes e especialistas nesta matéria, bem como um período de experimentação.

As críticas generalizadas dos vários sectores, as implicações profundamente negativas dos alunos, são, por si só, suficientes para justificar a alteração da política do Ministério da Educação neste domínio. Só uma actuação política que se baseia no autoritarismo e dogmatismo pode ignorar esta realidade.

Por isso, exige-se:

- a anulação do regulamento das provas globais, no respeito pela autonomia das escolas;

- a suspensão da obrigação das provas globais no presente ano lectivo, deixando às escolas - através do diálogo entre professores, estudantes e pais - o poder de decisão sobre a forma de completar a avaliação escolar;

- e a promoção de um debate sério, baseado em estudos exaustivos, que sustente a elaboração de um projecto de avaliação dos alunos consentâneo com a Lei de Bases do Sistema Educativo.

4. A Comissão para as Questões da Educação e do Ensino do PCP, numa semana em que estão anunciadas uma greve nacional dos estudantes do secundário no dia 5 e uma manifestação nacional de professores no dia 6, manifesta a sua inteira solidariedade e apoio às lutas em curso. E junta a sua voz ao protesto contra a continuação da política educativa do Governo, responsável pela profunda degradação da situação nesta área, e à generalizada reclamação de uma nova política, de orientação democrática, para a educação.

Revisão constitucional sem prazos fixados

A conferência de líderes abordou informalmente na sua reunião da passada semana a revisão constitucional, mas "não foi tomada qualquer deliberação", esclareceu o Gabinete do Presidente da Assembleia da República. A questão da revisão constitucional foi abordada informalmente pelos líderes parlamentares, tendo havido uma troca de pontos de vista, incluindo sobre os prazos da sua realização. "Apesar da troca de pontos de vista havida, não foi tomada qualquer deliberação sobre esta questão; designadamente no que concerne aos limites temporais do processo referente à próxima revisão constitucional", lê-se numa nota do Gabinete de Barbosa de Melo.

Expo'98

O PSD "chumbou", contra a vontade de todas as restantes formações parlamentares, faz hoje oito dias, um projecto de lei que previa a fiscalização da Sociedade Parque EXPO'98 pelo Tribunal de Contas. Para o PS, autor do diploma, "é ao Tribunal de Contas que, no sistema de fiscalização do uso de dinheiros públicos, deve competir o controlo financeiro independente de entidades como a EXPO'98". No mesmo sentido se pronunciou o Grupo comunista, com o deputado Lino de Carvalho a lembrar que esta matéria assume a maior relevância, não apenas por se tratar de uma "questão de princípio", mas também por estarem em causa "elevados montantes", avaliados em mais de 200 milhões de contos.

Os erros da política económica

Embora ausente - a missão de defesa esteve confiada ao seu ministro das Finanças, Eduardo Catroga, um estreante no Parlamento -, Cavaco Silva polarizou faz hoje uma semana as atenções do hemiciclo. Não por boas razões, bem entendido. Em debate, sob a forma de interpeleção, a política económica do Governo, sua evolução recente e perspectivas, com a iniciativa da agenda a pertencer ao PS. Para este, de acordo com as palavras de António Guterres, o Governo cometeu "quatro pecados mortais", a saber: uma política de escudo caro e de elevadas taxas de juro; destruição da credibilidade do Estado; eleitoralismo a presidir à definição da política económica; insensibilidade aos problemas sociais. Não menos duras, pela voz do seu deputado Lino de Carvalho, foram as críticas oriundas da bancada comunista. Fazendo a síntese das consequências dos erros estratégicos da política económica do Governo, e socorrendo-se para o efeito de vários indicadores do banco de Portugal relativos ao primeiro trimestre do ano em curso, lembrou o parlamentar comunista: "continuação do abrandamento da procura interna; quebra do emprego em todos os sectores de actividade; diminuição do ritmo das actualizações salariais; deterioração do investimento em construção; variação negativa do índice de produção industrial de bens e equipamento e da indústria transformadora no seu conjunto; estagnação das exportações, etc., etc".

Escândalo das escutas ao PGR

Impõe-se o completo esclarecimento do caso

"De uma gravidade sem limites", assim classificou o deputado comunista João Amaral o caso das escutas sobre o gabinete do Procurador Geral da República, um dia depois de o escândalo "rebentar" e vir a público através dos órgãos de comunicação social. Em declaração política inteiramente dedicada ao assunto, e com este ainda a "quente", o parlamentar do PCP reclamou urgência no processo de investigações, bem como os inerentes os meios à sua prossecução, "sem quaisquer entraves e sejam eles quem forem", reiterando simultaneamente a vontade da sua bancada em não permitir que "as investigações e consequente atribuição de responsabilidades" possam "cair em aparentes impasses dilatatórios com vista ao seu esquecimento".

Com o despoletar deste caso, que só vem confirmar aquilo "que há muito se denunciava andar a ser feito", segundo as palavras de João Amaral, pela base caem sem apelo os argumentos aduzidos por aqueles que "pretendiam responder às denúncias sobre escutas, dizendo que era preciso que os acusadores provassem as suas acusações".

"Agora, a existência de escu-

tas está provada", garantiu João Amaral, que exigiu, em nome do seu partido, "um completo exame", pelo Departamento de Telecomunicações da Polícia Judiciária, às instalações e rede da Assembleia da República, incluindo grupos parlamentares, exame este que em sua opinião "deve ser feito com toda a urgência e deve ser estendido a outros órgãos e instituições".

Atentado às regras democráticas

Mas não se esgotaram no caso das escutas as preocupações evidenciadas pela bancada comunista. Igualmente preocupante, de acordo com a exposição de João Amaral, é o que se passa no nosso país em matéria de criminalidade e segurança dos portugueses.

A este respeito, socorrendo-se de recentes elementos e relatórios vindos a público, lembrou três traços distintivos: agravamento dos índices da criminalidade violenta e de criminalidade associada à droga; interferência crescente das Forças de Segurança na esfera das questões sociais e nas acções legítimas dos grupos sociais que se opõem à política do Governo; estagnação, com consequente degradação, do aparelho técnico-logístico e da capacidade operacional das Forças de Segurança.

Neste capítulo, uma atenção particular dedicou ainda João Amaral ao que considerou a "cada vez maior inserção das Forças de

Segurança nas questões políticas e sociais", um facto que classificou de "escândalo inqualificável" e de "atentado às regras democráticas que pautam as estruturas e missões daquelas forças".

"Não bastava já o facto de o Governo ter colocado os Serviços de Informações a actuar como um Serviço de Informações Políticas, a vigiar e a infiltrar-se nos movimentos sociais de oposição às políticas governamentais. Agora também Forças de Segurança como a PSP e a GNR dedicam boa parte da sua actividade e do seu tempo ao que chamam a conflitualidade social", concluiu o deputado comunista, antes de recordar passagens do último Relatório sobre Segurança Interna, onde o comando da PSP, para além de tecer considerações de natureza marcadamente política, utiliza uma linguagem a fazer lembrar outros tempos.

Aumento da criminalidade

Uma interferência e um envolvimento nas questões soci-

ais que contrasta de forma flagrante, foi ainda João Amaral a lembrá-lo, com o empenho e com os esforços desenvolvidos pelas Forças de Segurança no combate à alta criminalidade. Neste domínio, realçou, a situação é "totalmente diferente", verificando-se um aumento significativo de todos os tipos de crime que mais preocupam os cidadãos e mais os atingem na sua tranqüilidade e segurança.

São disso testemunho, lembrou, o aumento em mais de 30 por cento dos casos de delinquência juvenil, o alarmante crescimento dos casos relacionados com tráfico de droga (mais de 100% nos registos da GNR; na PSP, mais 34%; na PJ, mais 15%), o acréscimo dos crimes violentos (a PSP regista mais 20% de roubos armados a pessoas), e o surgimento de novos crimes violentos na sociedade portuguesa, como o rapto e o sequestro de pessoas, incluindo menores.

"São estes números que demonstram com clareza a completa mistificação com que o Governo apresenta a situação da segurança dos cidadãos", rematou João Amaral.

Pela revogação da Lei das Propinas

Subscrita por 18 mil estudantes, a petição entregue há cerca de dois anos requerendo a revogação da Lei das Propinas foi apreciada na passada semana na Assembleia da República.

No essencial, assistiu-se ao reiterar dos argumentos aduzidos pelos diferentes partidos, com a oposição a defender a oportunidade da petição - "continua actual", ouviu-se -, a garantir que a lei é injusta, por relacionar as propinas com o IRS, afirmando simultaneamente que é inoportuna por não

se pronunciar sobre o tema, sem que sejam analisadas quaisquer iniciativas legislativas, o que, depois de uma tramitação morosa em comissão, acaba por reduzir bastante a eficácia da petição.

Provenientes das bancadas do PCP e do PS, várias críticas foram entretanto dirigidas ao Governo por ter feito um "simulacro de debate" sobre as questões das propinas e do financiamento do Ensino Superior.

Guilherme D'Oliveira Martins (PS) e António Filipe, do PCP,



se ter feito um debate mais profundo sobre o financiamento do Ensino Superior.

Nogueira de Brito, do CDS-PP, notou a pouca participação de deputados e de estudantes nas galerias, mas atribuiu esse desinteresse à forma como são discutidas as petições.

O regulamento da Assembleia da República, recorde-se, estabelece um tempo a cada partido para

citaram a Constituição no artigo que estabelece como "progressiva a gratuidade de todos os graus de ensino" para mais uma vez criticarem o Governo.

Em defesa do pombo-correio

Em debate esteve ainda uma outra petição, da iniciativa da

Associação Columbófila do Distrito de Aveiro, solicitando medidas do Governo no sentido de impedir que sejam mortos milhares de pombos-correio, como todos os anos sucede, designadamente aos sábados do mês de Fevereiro, mês de arranque no calendário desportivo columbófilo.

Lembrado pelo deputado José Manuel Maia, que interveio em nome da bancada comunista, foi, por exemplo, o sucedido o ano passado, no decorrer de uma largada em Évora, em que mais de seis mil pombos desapareceram, sem qualquer explicação natural, de um total de 65 mil que haviam partido.

Daí a importância da recomendação ao Governo, aprovada por unanimidade no relatório da Comissão de Petições, com vista à adopção de disposições legais e ao reforço de fiscalização que defendam a população columbófila, estimada em cerca de dois milhões e quinhentos mil pombos.

A Columbofilia, registe-se, para além da sua forte inserção no movimento associativo, ocupa um lugar destacado no panorama desportivo português - é a segunda modalidade mais praticada, com 16 mil praticantes -, um lugar que é igualmente extensivo ao panorama internacional, onde é reconhecida, como lembrou o deputado do PCP, como uma "grande potência nacional".

Revisão do Código Penal

A revisão do Código Penal foi o tema de um colóquio realizado, na passada segunda-feira, por iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP, na Assembleia da República. Em debate, para além das questões relacionadas com a filosofia geral da revisão do Código Penal, estiveram as matérias associadas aos crimes sexuais, aos crimes contra a intimidade da vida privada e ao Direito Penal Laboral.

Muito participado, o debate recebeu os contributos do Prof. Dr. Figueiredo Dias, da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e Presidente da Comissão de Revisão do Código Penal, do Dr. Ferreira Ramos, Procurador Geral Adjunto e membro da Comissão Revisora do Código Penal, do Prof. Dr. Faria Costa, professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, e do Dr. João Rato, Delegado do Procurador da República e professor do Centro de Estudos Judiciários.

Entre as entidades e individualidades a quem foram dirigidos convites para estar presentes, contavam-se o Conselho Superior de Magistratura, o Conselho Superior do Ministério Público, o Director Geral da Polícia Judiciária, a Associação Sindical dos Juizes Portugueses, o Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, o Sindicato dos Jornalistas, a Comissão Executiva da CGTP-IN, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, a Associação de Planeamento da Família, o MDM, o Forum Justiça e Liberdade, a Associação Sindical dos Funcionários de Investigação Criminal, o Sindicato dos Funcionários Judiciais, a Associação de Defesa e Promoção dos Direitos dos Cidadãos e a Associação Portuguesa dos Direitos dos Cidadãos.



OBSERVATÓRIO DA DROGA

A Comissão Europeia afirma estar "activamente empenhada em consultas com as autoridades portuguesas" para a instalação, em Portugal, tão rápido quanto possível, do Observatório Europeu da Droga e da Toxicoddependência (OEDT). Em resposta a uma questão sobre o assunto apresentada (na falta de informações públicas) pelo eurodeputado Sérgio Ribeiro, o comissário Flynn esclareceu que a sede do referido Centro ficará localizada na "área de Lisboa" e que o respectivo quadro de pessoal "será determinado por decisão do Conselho de Administração e do Director". Sem referir o montante do orçamento previsto para 1994, afirma o comissário que o mesmo se destinava "a um quadro de cerca de 30 efectivos, metade dos quais seriam funcionários ou agentes temporários e a outra metade peritos nacionais", cabendo a responsabilidade ao Director do Centro e obedecendo os processos de selecção "ao disposto no Estatuto do Pessoal".

Tanto quanto se pode perceber no já tradicional hermético discurso da Comissão, para além do dito "empenho", nada mais há de concreto sobre o Observatório da Droga. Isso mesmo foi confirmado dia 26, em Lisboa, na reunião que marcou o arranque oficial do OEDT. Levantou-se uma ponta do véu quanto ao orçamento deste ano (906 mil contos, dos quais apenas metade foi disponibilizada) e anunciou-se nova reunião lá para Julho, enquanto se vai pensando no perfil do director, localização da sede, regulamento interno, programa de trabalho. O combate à droga é urgente, mas parece que nem todos têm pressa.

ABONOS DE FAMÍLIA

Os emigrantes portugueses no Luxemburgo têm direito a receber abonos de família, como em qualquer outro Estado-membro da Comunidade e a Comissão Europeia já solicitou às autoridades luxemburguesas que solucionem os casos em situação irregular. A informação foi dada há dias pelo comissário Flynn, em resposta a Sérgio Ribeiro, que a propósito interpelou a Comissão. Desta vez parece não haver dúvidas. No seguimento da jurisprudência do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias sobre a matéria e outras alterações entretanto aprovadas, foi estabelecido que "o trabalhador assalariado ou não assalariado sujeito à legislação de um Estado-membro tem direito, para os membros da sua família que residam no território de outro Estado-membro, às prestações familiares previstas pela legislação do primeiro Estado, como se residissem no território deste". Aguarda-se que o direito seja cumprido sem que seja necessário, como disse o eurodeputado comunista, o "sempre indesejável recurso individual a tribunais".

JUVENTUDE

Na última sessão do Parlamento Europeu, o plenário debateu o Programa "Juventude para a Europa III", com base no relatório apresentado pela deputada Nicole Fontaine, cujas propostas de alteração o enriqueceram e completaram. Segundo o eurodeputado comunista Barata-Moura, são de realçar três aspectos que potenciam o programa em causa:

- a sua vocação integradora de um esquema de formação alargado com repercussões no que toca à competência linguística, à compreensão das culturas, ao exercício da tolerância, à sedimentação de uma cidadania informada;
 - o apelo e a inclusão de um envolvimento directo dos jovens e das suas organizações nas próprias iniciativas, o que, para além de corresponder a expectativas de intervenção, promove activamente a partilha de responsabilidades e apela ao cultivo da imaginação e da solidariedade;
 - o cuidado na introdução de dispositivos de discriminação positiva relativamente a camadas mais desfavorecidas do ponto de vista socioeconómico e de localização geográfica, o que certamente contribuirá para combater assimetrias crónicas, para dissipar tentações xenófobas e marginalizantes, para promover uma vivenciada dinâmica de coesão.
- Razões, se outras não houvesse, que por si justificam o voto favorável do relatório.

PREÇOS AGRÍCOLAS

Os preços agrícolas caíram, em termos reais, 1,4 por cento entre o quarto trimestre de 1992 e os últimos três meses de 1993, divulgou há dias o departamento de estatísticas da Comunidade (Eurostat). As quedas mais acentuadas registaram-se na Alemanha, França e Dinamarca. Estes dados prometem tornar ainda mais difícil as negociações em curso para o estabelecimento dos preços agrícolas do período 1994/95. Recordar-se que as propostas da Comissão estiveram já em debate no Parlamento Europeu, tendo sido consideradas inaceitáveis pelos eurodeputados comunistas portugueses.

Programa Sócrates Uma política de Educação

Não queremos um "cidadão europeu" apenas de aparência, rebaixado à tripla condição homogeneizada de executor destre e diligente das instruções que lhe são dadas, de periódico eleitor litúrgico que meramente reproduz consignas mediatizadas, de consumidor padronizado nos seus gostos e níveis de exigência. Queremos um cidadão capaz de uma existência esclarecida e interveniente, exercendo responsabilmente a crítica e o diálogo, aberto à convivência, à solidariedade, à cooperação.

As palavras são do eurodeputado Barata-Moura, ao intervir no debate sobre o Programa Sócrates, respeitante à política educativa comunitária. A questão, analisada na sessão plenária de Abril do Parlamento Europeu, veio uma vez mais evidenciar o insubstituível papel da Educação, enquanto vector estruturante da comunidade, na própria construção europeia, entendida numa perspectiva enraizada no quotidiano dos povos e dos cidadãos, e a importância de uma política educativa considerada e desenvolvida à luz de objectivos de enriquecimento e promoção da coesão económica e social, e de formação multilateral e generalizada dos cidadãos.

Para o eurodeputado comunista, a questão educativa não pode nem deve restringir-se à chamada "qualificação de recursos humanos" para o desempenho utilista das actividades económicas julgadas mais rentáveis, antes deve alargar-se a um projecto engloban-

te de formação integral e integrada. Justamente por isso, e face às tentações ultraliberalistas de desresponsabilização dos Estados e das colectividades, defende Barata-Moura, é urgente lembrar a responsabilidade das sociedades no processo educativo dos seus membros, e insistir no carácter de adicionalidade de que os fundos consignados ao Programa Sócrates se revestem.

Por outro lado, e para contrariar as tendências hipercentralizadoras de imposição de um formato abstractamente nivelador, importa promover o diálogo das culturas e das línguas, bem como avançar decisivamente na correcção das assimetrias entre Estados, entre regiões, entre camadas sociais, entre instituições, entre as diferentes áreas do saber.

Como sublinhou o deputado comunista, quando falamos de Educação falamos da "qualidade humana do viver dos nossos cidadãos, no presente e no porvir", na perspectiva de um



"cidadão europeu" não apenas de aparência, rebaixado à tripla condição homogeneizada de executor destre e diligente das instruções que lhe são dadas, de periódico eleitor litúrgico que meramente reproduz consignas mediatizadas, de consumidor padronizado nos seus gostos e níveis de exigência, mas "capaz de uma existência esclarecida e interveniente, exercendo responsabilmente a crítica e o diá-

logo, aberto à convivência, à solidariedade, à cooperação".

Recordando que o homem sócrático é um homem que não abdica do pensar, da intervenção e de uma dialogia enriquecedora, Barata-Moura fez votos para que "o significado universal do legado da nossa tradição cultural que associamos ao nome de Sócrates possa marcar desde o fundo o programa educativo comunitário".

Perguntas à Comissão

O governo francês adoptou recentemente medidas restritivas relativamente à permanência de cidadãos europeus que se encontrem no desemprego ou "atentem" ou sejam "suspeitos de atentar" contra a "ordem pública". Face à gravidade desta situação e tendo em conta que, só no respeitante a portugueses, ascendem a 80 000 os emigrantes sem emprego há mais de um ano, o eurodeputado Joaquim Miranda solicitou à Comissão uma informação urgente sobre a apreciação que faz das referidas disposições legislativas do governo francês, nomeadamente à luz do estabelecido no Tratado da União Europeia sobre "livre circulação de pessoas" e "cidadania europeia", bem como quais as medidas que pretende adoptar com vista à salvaguarda dos direitos dos cidadãos visados e lesados por tal legislação.

Plano hidrológico

Depois de uma visita ao "vale do Tejo" na parte portuguesa, em que reuniram e contactaram autarcas e outras forças sociais, políticas e económicas, para informação recíproca sobre o Plano Hidrológico Nacional Espanhol (PHNE), os eurodeputados Laura Alvarez e Sérgio Ribeiro questionaram a Comissão sobre o assunto. Pretendem saber, designadamente, como virá a ser promovida "a necessária discussão das consequências, ao nível da gestão de recursos hídricos transfronteiriços, do impacto ambiental, da regularização e navegabilidade, de um tal projecto". Uma questão tanto mais pertinente quando o plano em causa ultrapassa o âmbito bilateral e envolve, necessariamente, fundos comunitários.

Duas rodas

No concelho de Águeda, distrito de Aveiro, a fabricação de bicicletas, ciclomotores e motocicletas - as chamadas "duas rodas" -, que constitui uma actividade industrial de grande importância, está ameaçada. A concretizar-se o projecto de instalação de uma fábrica no distrito, por um grupo transnacional, com a finalidade de importar componentes da Ásia e de montar veículos de duas rodas com um irrisório valor acrescentado, beneficiando dos baixos níveis salariais, a indústria de Águeda corre mesmo o risco de não sobreviver.

Considerando que uma tal situação seria "perfeitamente ruinosa" para a economia regional, coloca-se a questão de saber se a Comissão "não encara a possibilidade - e a necessidade - da salvaguarda anti-dumping para as bicicletas montadas provenientes da China ser estendida aos acessórios de bicicletas importados de países extracomunitários para serem montados no espaço comunitário". Aguarda-se resposta.

Faltam recursos sobram carências

A Comunidade debate-se com falta de meios para fazer face às exigências e carências actuais que se lhe colocam. Esta realidade, evidenciada no relatório sobre um novo sistema de recursos próprios para a União Europeia, recentemente apreciado pelo Parlamento Europeu, coloca algumas preocupações, designadamente quanto às medidas a adoptar.

Segundo o eurodeputado comunista Joaquim Miranda, importa antes do mais garantir que as soluções do problema não se traduzam "numa sobrecarga adicional para os contribuintes" e tenham em conta "a capacidade de resposta das empresas e, em geral, das diferentes economias".

Por outro lado, é necessário que o futuro sistema de recursos próprios da União resulte numa maior transparência, bem como no estabelecimento efectivo de um vínculo perceptível entre os cidadãos e as receitas comunitárias, de forma a assegurar um nível de equidade satisfatório,

garantindo uma correspondência tão elevada quanto possível entre, por um lado, os níveis de vida dos contribuintes e a riqueza dos Estados e, por outro lado, as respectivas participações para as receitas comunitárias.

Para Joaquim Miranda, nunca é de mais sublinhar a indispensabilidade de uma maior correspondência, directa ou indirecta, com os níveis do Produto Interno Bruto (PIB) de cada Estado-membro e, desde logo, da supressão das actuais distorções neste campo, nem a necessidade de se ter em devida conta - para além das diferentes taxas do IVA - o facto deste, como qualquer outro imposto sobre o consumo, assumir nos países de menor desenvolvimento um peso relativo mais significativo e penalizador.

Foi justamente esta questão que levou os deputados comunistas a colocarem reservas quanto à adopção do IVA como base de um novo terceiro recurso próprio da Comunidade.

Itália

O movimento neofascista italiano Aliança Nacional (MSI), uma das três forças que integram a maioria parlamentar, quer ser "o motor do governo de Itália", declarou em Roma o dirigente do MSI, Gianfranco Fini.

Gianfranco Fini não reivindicou qualquer pasta no novo executivo, mas exigiu que a escolha dos programas seja decidida em colégio no seio da maioria que inclui ainda a Forza Italia, de Silvio Berlusconi, e a Liga do Norte, de Umberto Bossi. Entretanto, um magistrado de Milão solicitou que o empresário Paolo Berlusconi, irmão do indigitado primeiro-ministro italiano, e o ex-líder socialista Bettino Craxi sejam julgados por implicação num caso de corrupção.

O caso prende-se com o alegado pagamento de comissões ilegais pelo Fundo de Pensões da Caixa de Poupança "Cariplo" e envolve, além de Paolo Berlusconi e Craxi, outras 27 pessoas, cuja comparência em tribunal foi também pedida pelo magistrado Raffaele Tito.

Este escândalo deu já que falar em Itália quando foi pedida a prisão preventiva de Paolo Berlusconi em vésperas de abertura da campanha para as eleições de Março.

Após um protesto de Silvio Berlusconi junto do Presidente da República, Paolo acabou por ficar sob prisão domiciliária, de que já foi libertado.

Também por alegado envolvimento num caso de corrupção, o antigo primeiro-ministro Giulio Andreotti recebeu nova notificação judiciária. Andreotti é acusado de corrupção agravada num caso de venda de imóveis pertencentes à INA, uma sociedade seguradora de Asti, norte de Itália.

Haiti

O bispo da cidade de Gonaves, Emmanuel Constant, denunciou a repressão dos militares haitianos sobre a população e pediu o desmantelamento de grupos paramilitares que qualificou de "Incontroláveis".

Em carta enviada aos padres católicos, datada de 25 de Abril, o prelado denunciou que os haitianos "foram e são tratados como gado, sem quaisquer direitos".

Há uma semana, Gonaves foi cenário de confrontos violentos que mataram 20 pessoas, matança já confirmada pelos Estados Unidos e organismos humanitários.

Por outro lado, a missão internacional de observadores dos direitos do homem divulgou que, desde Janeiro, foram raptados 53 militantes políticos e sindicalistas que se opõem à junta militar que domina o país.

PCP no IX Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores do Brasil

Octávio Pato, membro do Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português, partiu para o Brasil onde representou o PCP no IX Encontro do Partido dos Trabalhadores (PT), que decorreu entre 29 de Abril e 1 de Maio, em Brasília.

Neste Encontro, o PT aprovou o seu Programa de governo para as próximas eleições e proclamou a candidatura de José Inácio Lula da Silva à Presidência da República. O CC do PCP dirigiu ao Encontro do PT a seguinte saudação.

Queridos companheiros,

Transmitimo-vos as calorosas e fraternais saudações dos comunistas portugueses e formulamos os melhores votos de sucesso ao P.T. na sua luta em defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo brasileiro e por uma viragem democrática e progressista na vida do Brasil. A perspectiva de vitória do PT, em aliança com outras forças democráticas, nas eleições presidenciais do próximo mês de Outubro reveste-se de uma importância que ultrapassa em muito as fronteiras do Brasil. Nesta difícil batalha, podeis estar certos da solidariedade dos comunistas de Portugal.

No plano internacional, vivemos tempos que não são fáceis para as forças identificadas com os interesses da classe operária e dos trabalhadores, que lutam pelo progresso social e o socialismo. As tempestades que abalaram o mundo neste final de século permitiram um novo fôlego ao imperialismo que procura estender a todo o mundo o seu domínio. A soberania dos povos e o direito à livre escolha do seu próprio destino estão a ser violentamente postos em causa, como em Cuba. As agudas contradições e dramáticos problemas que dilaceram a sociedade brasileira são inseparáveis das políticas de brutal exploração conduzidas pelo capital transnacional. Políticas que sufocam o desenvolvimento do chamado Terceiro Mundo, e em particular da América Latina, e que atingem também duramente os trabalhadores dos países capitalistas desenvolvidos. Na Europa, o processo de integração consagrado no Tratado de Maastricht, representa uma generalizada e brutal ofensiva contra os direitos e conquistas dos trabalhadores, contra a soberania e independência de países como Portugal, contra a própria democracia.

Numa tal situação, o nosso Partido considera de vital importância o fortalecimento dos laços de amizade e solidariedade internacionalistas entre as forças democráticas e progressistas de todo o mundo,

entre todos os que se opõem aos propósitos hegemónicos do imperialismo e combatem pela causa emancipadora dos trabalhadores e dos povos. Por isso prezamos tanto as relações de amizade entre os nossos dois partidos. Por isso valorizamos a cooperação de partidos progressistas no quadro do Fórum de S. Paulo no qual o PT tem tido activa participação.

A vida comprova cada dia que o capitalismo, atravessando aliás uma crise profunda, é incapaz de dar solução aos problemas dos trabalhadores e da Humanidade e que a existência de partidos e forças que lutam pela transformação da sociedade, pelo socialismo, corresponde a exigências profundas do desenvolvimento social. Por isso em Portugal o PCP, afirmando com convicção a sua identidade comunista, combatendo com determinação a política antipopular e antinacional do governo de direita, lutando por uma viragem democrática na vida nacional e apontando ao povo português a perspectiva de uma sociedade socialista, continua a disfrutar da confiança dos trabalhadores e de inegável influência na vida nacional.

Neste ano em que o povo português celebra o 20º aniversário da sua revolução libertadora com grandes manifestações populares é para nós motivo de profunda alegria verificar que as realizações, valores e ideais de Abril, inseparáveis da existência e da luta do PCP, continuam bem vivos no coração e na vontade do nosso povo.

Queridos companheiros,

Desejando os maiores êxitos à acção do PT, confirmamos a nossa vontade de fortalecer os laços de amizade e solidariedade entre os nossos dois partidos, contribuindo assim também para o desenvolvimento dos laços históricos entre os povos brasileiro e português e entre o Brasil e Portugal.

África do Sul Vitória esmagadora do

Amandla ngawethu. O poder ao povo. Palavra de ordem do ANC que as primeiras eleições multi-raciais tornaram mais próxima da realidade, num momento em que o hino do Congresso Nacional Africano - Nkosi Sikelel (Que Deus proteja a África) - passa a ser também hino nacional. Factos que, no seu simbolismo, traduzem muito do espírito do que se está a viver. Não é o poder do ANC. É um governo de compromisso, uma política que se deverá basear em consensos. Não é o fim do apartheid em toda a sua dimensão - pois o seu estigma por longos anos continuará a marcar uma realidade socioeconómica profundamente inigualitária. Mas é sem dúvida uma nova era que se abre. Para a África do Sul e para toda a região, uma verdadeira mutação está em curso. Nada será como dantes.

Com alguns milhões de votos ainda por contar, os resultados eleitorais surgiam já bem definidos. Restava apenas a

Eleições

As primeiras eleições multi-raciais na África do Sul, agora realizadas, levarão à constituição de um Senado e de uma Assembleia nacional, eleitas a dois níveis: 200 deputados pela lista nacional, 200 pelas listas regionais (nove regiões). O eleitorado abrangeu toda a população maior de 18 anos (22,7 milhões).

Deverá agora ser formado um governo de unidade nacional, com a participação - de forma proporcional - dos partidos mais representados no Parlamento.

A nova Constituição terá que ser aprovada por 67% dos deputados.

O presidente da República é eleito pelo Parlamento. Os partidos que disponham de um mínimo de 80 lugares terão direito a uma vice-presidência.

A nível das regiões, a actual votação levou à criação de assembleias. Segundo a Constituição provisória, adoptada em Dezembro último, as regiões dispõem de largas prerrogativas e poderão promulgar a sua própria Constituição.

dúvida de o ANC conseguir ou não os 66% da votação - correspondendo aos dois terços dos votos - factor de peso na elaboração da nova Constituição.

Definida estava entretanto a esmagadora vitória do ANC, e a agantia de que a presidência da África do Sul pertence a Nelson Mandela.

No discurso da vitória, a mensagem de Mandela foi clara - "Peço a todos que se juntem a nós (...) Temos de começar a construir sem demora uma melhor vida para todos na África do Sul". E o novo presidente da África do Sul sublinhou ainda que o executivo será o mais abrangente possível. Para que haja paz. Em vésperas do

acto eleitoral reafirmara: "Mesmo que se verifique que temos uma vitória esmagadora, é preciso ter todo o cuidado para que não se receie que a maioria possa ser utilizada com o objectivo de esmagar as minorias". É a aposta no mesmo espírito que enformou - por parte do Congresso Nacional Africano - o processo conducente ao fim do apartheid.

Garantida a vitória do ANC, são múltiplos os problemas que agora se perfilam.

Antes do mais, quanto à própria constituição e funcionamento de um governo, que deverá ter, lado a lado, ministros das listas do ANC, do Partido Nacional de De Klerk, e eventualmente do Inkatha e mesmo da Frente da Liberdade (movimento da direita).

Mas sobretudo no plano socioeconómico, onde os problemas e os desequilíbrios são imensos. E as respostas tão urgentes quanto difíceis, tendo em conta que as alavancas do poder económico não estão nas mãos de quem arrebatou tão esmagadora vitória.

O ANC adoptou um Programa de reconstrução e desenvolvimento, que tem em conta as imensas necessidades e as numerosas urgências nesta área.

Prioridade ao emprego: metade da população activa está no desemprego. Habitação:

Ao Presidente Nelson Mandela

Querido camarada

Em nome dos comunistas portugueses, transmitimos as calorosas felicitações pelo resultado eleitoral alcançado pelo ANC que culmina uma longa e heróica luta do povo sul-africano contra o apartheid e pela liberdade.

Desejamos-lhe os maiores sucessos na sua actividade como Presidente da nova África do Sul não racial, unida e democrática.

Álvaro Cunhal e Carlos Carvalhas
Lisboa, 3 de Maio 1994



Encontro PCP-MPLA

Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, encontrou-se no dia 28 de Abril, no Centro de Trabalho da Soeiro Pereira Gomes, com Lopo de Nascimento, secretário-geral do MPLA, que se encontrava de passagem por Portugal.

O encontro é expressão das relações de amizade, cooperação e solidariedade existentes entre o PCP e o MPLA.

ANC

8 milhões de pessoas a viver em condições desumanas. Será necessário construir 330 000 habitações por ano, durante dez anos. Educação: 1,7 milhões de crianças não escolarizadas; 50% de analfabetos; uma imensa falta de trabalhadores negros qualificados. Saúde: 3,5 milhões de brancos dispõem de cobertura de segurança social contra apenas 1,5 milhões de negros (que constituem, entretanto, 75% da população); mortalidade infantil 52,8 por mil entre os africanos, 7,3 por mil entre os brancos; calcula-se que - a não haver uma intervenção séria - um em cada 5 sul-africanos estará atingido pela Sida no ano 2000. Rendimentos: rendimento médio de uma família negra - 779 rands por mês; 4679 para uma família branca; 18 milhões de pobres.

Nas palavras de Jeremy Cronin, porta-voz do Partido Comunista sul-africano, em recente entrevista a "L'Humanité", o programa adoptado pelo ANC é "um projecto muito ambicioso", que visa "resolver os problemas da África do Sul: o desemprego, a violência, a falta de habitação". Um "plano a longo prazo", pois "nem tudo será necessariamente concretizado nos próximos cinco anos".

Um programa coerente, com a sua filosofia própria.

"O liberalismo defende um desenvolvimento capitalista assente num pequeno número de indústrias viradas para a exportação, como é o caso de Singapura - diz Jeremy Cronin. - Dese-



Mandela. Confirmou-se a "escolha do povo"

jariam fazer o mesmo no nosso país, mas nós não estamos interessados em competir com Taiwan ou a Coreia do Sul.

"O nosso projecto liga crescimento económico e desenvolvimento. Nele não pode haver desenvolvimento sem emprego, sem habitação, sem educação e sem democracia. Para isso, é preciso criar as infra-estruturas necessárias ao crescimento. Ter

em conta a realidade sul-africana em que coexistem o 'primeiro mundo' e o 'terceiro mundo'."

Um caminho que não será fácil, "uma longa luta", em que a acção no governo deverá ser complementada, na opinião dos comunistas sul-africanos, pelo "ministério das massas".

"O ANC, fora do governo, o movimento social, os sindi-

catos, as organizações cívicas e de mulheres, também terão os seus poderes, e um papel muito importante a desempenhar - sublinha o porta-voz do PC sul-africano. - Teremos o poder, mas teremos que desenvolver acções para que o programa de reconstrução e desenvolvimento se torne realidade. Será uma longa e complexa luta".

O que foi o apartheid

Qual era e como funcionava a legislação que regia o apartheid (uma palavra afrikander para designar a política de segregação racial), implementada em 1948 por Malan e posteriormente reforçada pelos seus sucessores Verwoerd e Vorster?

- O apartheid foi um sistema que se dizia de "desenvolvimento separado", segundo o qual cada sul-africano estava sujeito a leis diferentes segundo a sua "raça", do nascimento à morte e em todos os domínios de existência.

- Baseava-se, na prática, em quatro "pilares" jurídicos:

- a lei sobre o registo da população, que classificava as pessoas em quatro grandes grupos: negro, branco, indiano e mestiço;

- a lei sobre a residência, que obrigava cada um a viver numa zona reservada à sua "raça" (com a proibição, para os negros, de viverem nas cidades, o que correspondia a empurrá-los para os ghettos);

- a lei sobre os bantustões, pseudo-Estados, ou reservas, onde eram concentrados os negros, assim privados da nacionalidade sul-africana.

Foram criados dez bantustões, dos quais quatro - Transkei, Ciskei, Venda e Bophuthatswana - decretados como "Estados independentes", nunca reconhecidos a nível internacional;

- a lei sobre a terra, que proíbe os negros de comprar terra fora das reservas (13% do território).

Turquia

Mais de 100 pessoas foram detidas pela polícia na Turquia quando afixavam cartazes e distribuían panfletos com apelos à participação em manifestações anti-governamentais. Os sindicatos turcos transformaram as comemorações do Primeiro de Maio, dia mundial do trabalhador, numa Jornada de contestação do recente "pacote" de austeridade económica governamental, que inclui aumentos substanciais dos preços e o despedimento de milhares de trabalhadores. A Turquia está actualmente mergulhada numa crise económica grave, marcada, nomeadamente, por uma inflação anual de mais de 70 por cento. Desde Janeiro, a lira turca sofreu uma desvalorização de mais de 100 por cento em relação ao dólar norte-americano.

Timor

Três jovens timorenses foram detidos e "torturados até à morte" pelas tropas indonésias a 5 de Janeiro em Baucau, Timor-Leste.

Estas informações constam de um relatório da frente clandestina da resistência, datado de Janeiro, a que a Agência Lusa teve acesso. No documento, a resistência afirma que as forças armadas indonésias (ABRI) fizeram uma "operação de limpeza de grande escala" que incluiu "rusgas, interrogatórios e torturas à população encontrada sem documentação".

Foi numa dessas "operações de limpeza" que, segundo a resistência, foram capturados Tomás Guterres, 29 anos, Duarte Xlmenes, 17, e Matias da Costa, 27 anos.

Sob a suspeita de pertencerem à frente clandestina, soldados do Batalhão 516 capturaram os três jovens que "foram barbaramente torturados até à morte".

Honduras

Os trabalhadores hondurenhos comemoraram o 40.º aniversário da greve de 1954 que marcou o início das suas conquistas sociais, exigindo uma verdadeira concertação nacional para enfrentar a crise económica que assola o país.

Os trabalhadores protestaram também contra a alta incontrollada de preços dos vários produtos alimentares, medicamentos, vestuário, combustíveis e outros serviços.

Por seu lado, os trabalhadores paraguaios realizaram uma greve geral, segunda-feira, para exigir melhores condições de vida e salários dignos.

Comunicado da Comissão Política do PCP

A Comissão Política do PCP saúda a vitória alcançada pelo ANC nas eleições na África do Sul.

Trata-se de um acontecimento histórico na luta libertadora do povo sul-africano contra o criminoso regime do "apartheid" e pela edificação de uma nova África do Sul democrática, não racial, orientada pelos ideais de justiça e do progresso social. Trata-se simultaneamente de um acontecimento de extraordinária importância e significado político no quadro da luta dos povos de África Austral, da África e do mundo pela sua libertação e um importante factor de estabilidade e paz nas relações internacionais.

É sintomático que forças políticas e personalidades da direita, que em Portugal silenciaram os crimes e pactuaram com o sistema racista de Pretória, se empenhem agora em minimizar o real alcance político da vitória eleitoral do ANC.

A Comissão Política considera que a realização destas eleições e a vitória do ANC são o fruto da luta confiante, abnegada e plena de sacrifícios do povo sul-africano e do papel determinante nela desempenhado pela aliança do ANC, do Partido Comunista Sul-Africano e da Confederação dos Sindicatos, a COSATU, forças com as quais os comunistas portugueses sempre foram, são e continuarão a ser activamente solidários.

Nesta hora de profunda alegria para os democratas e progressistas de todo o mundo, a Comissão Política presta sentida homenagem aos muitos milhares de trabalhadores e militantes anti-apartheid que, como o Presidente Nelson Mandela pas-

saram longos anos nas cadeias racistas, ou que, como Chris Hani, Secretário-Geral do Partido Comunista Sul-Africano, pagaram com a vida a sua devoção à causa libertadora do seu povo.

Alertando para a inevitável resistência das forças racistas e de extrema-direita, dos monopólios sul-africanos e do imperialismo internacional, à construção de uma nova África do Sul democrática e progressista e para tentativas de destabilização do processo democrático, a Comissão Política apela aos trabalhadores, ao povo português, e em particular à juventude, para que prossigam o movimento contra o racismo e o apartheid e a sua activa solidariedade para com a luta, que continua, do ANC e do povo sul-africano.

A Comissão Política sublinha a importância de os portugueses residentes na África do Sul contribuírem, ao lado do povo sul-africano, para a edificação de uma nova sociedade liberta do flagelo do apartheid e exorta o governo português a desenvolver, sem quaisquer preconceitos, uma activa política orientada para o desenvolvimento de relações de amizade e cooperação entre Portugal e a nova África do Sul.

A Comissão Política transmite aos militantes do ANC, aos comunistas sul-africanos e a todos os combatentes anti-apartheid as fraternais saudações e a confirmação da activa solidariedade dos comunistas portugueses. Saúda em especial o camarada Nelson Mandela e formula os melhores votos à sua acção futura como Presidente da nova África do Sul.

CGTP-IN saúda eleições

As eleições na África do Sul em que, pela primeira vez, todos os cidadãos deste país puderam exercer direitos fundamentais de cidadania, elegendo os seus legítimos representantes através do voto livre e universal, constituem um momento histórico para toda a humanidade.

A CGTP-IN e os trabalhadores portugueses, desde sempre activamente solidários na luta contra o ignóbil regime do apartheid, saúdam o povo e os trabalhadores deste país pela vitória alcançada e manifestam o apoio na reconstrução de uma pátria onde, a par dos direitos e liberdades resultantes de séculos de exploração de um povo por uma minoria ao serviço dos interesses dos grandes potentados económicos.

A resistência e a luta do povo sul-africano conduzida no plano político pelo ANC e no plano social pelo Congresso Sul-Africano dos Sindicatos — COSATU — demonstra à evidência que o futuro é dos que souberam e sabem compreender a dinâmica da história, tendo enfrentado, com coragem e determinação, a opressão e as humilhações de um regime desumano, baseado no racismo, na exploração dos trabalhadores e do povo.

Saudamos, fraternal e calorosamente, o ANC e Nelson Mandela pela significativa vitória que alcançaram, reconhecendo, nestes resultados, o corolário lógico desta luta, desta resistência. Eles são também e sem dúvida um importante contributo para a paz nesta região e no mundo.

A CGTP-IN saúda de uma forma especial a COSATU a quem reafirma a sua total e incondicional disponibilidade para aprofundar os laços de cooperação e amizade existentes.

Álvaro Cunhal sobre o 1.º de Maio de 1974

Seis dias depois do heróico levantamento militar do MFA em 25 de Abril de 1974, que derrubou o governo fascista de Marcelo Caetano e abriu caminho à liberdade, o 1.º de Maio de 1974, com as suas gigantescas manifestações, concentrações e comícios, nomeadamente o realizado em Lisboa, assumiu um extraordinário significado social, político e histórico. Foi, antes de mais, a primeira grandiosa e pronta expressão organizada do levantamento popular que se seguiu ao levantamento militar, não só apoiando o MFA, como também, a par do MFA, afirmando o povo, as massas populares, como uma força motora na instauração da liberdade e da democratização da sociedade. O 1.º de Maio de 1974 foi assim a irrecusável revelação de uma original realidade da revolução democrática portuguesa: a aliança Povo-MFA decisiva no processo de instauração e institucionalização do novo regime democrático.

O 1.º de Maio de 1974 teve um outro importante significado. Constituiu uma poderosa expressão da luta, da força, da organização, da unidade da classe operária, forjada ao longo de décadas de heróicos combates contra a exploração, a opressão e o terror da ditadura fascista. O 1.º de Maio revelou aos olhos do país e do mundo que os trabalhadores portugueses, arrostando a repressão fascista, criando a Intersindical, tinham lançado os sólidos alicerces de classe, unitários, democráticos, independentes, do que viria a ser a sua grande central sindical - a CGTP-Intersindical Nacional. O 1.º de Maio de 1974 revelou a contribuição essencial dos trabalhadores na luta pela liberdade e a democracia nos anos da ditadura e prenunciou o papel que viriam a desempenhar no combate a sucessivas tentativas de golpes contra-revolucionários após o 25 de Abril (17 de Julho, 28 de Setembro, 11 de Março e outros) e nas grandes transformações e conquistas democráticas.

O 1.º de Maio de 1974 traduziu, nesses dias de conquista da liberdade, a convergência dos partidos democráticos, nomeadamente do Partido Comunista Português e do Partido Socialista, que, a concretizar-se com continuidade e coerência, poderia ter assegurado não só um desenvolvimento menos irregular e acidentado da revolução, como a defesa e consolidação das suas conquistas.

O 1.º de Maio de 1974 constituiu também o reconhecimento geral da luta sem paralelo do PCP contra a ditadura fascista e pela liberdade, da sua ligação às massas e da indispensável e, em muitos aspectos, determinante intervenção que era chamado a dar para a instauração e institucionalização do novo regime democrático.

20 anos passados, o 1.º de Maio de 1974 adquire também importante significado. Muitas das grandes conquistas democráticas de Abril foram destruídas. Os trabalhadores são sujeitos a um agravamento da exploração e das condições de vida, à feroz liquidação de direitos, à degradação da situação social.

Há poucos dias, as manifestações populares do dia 25 de Abril, nomeadamente a gigantesca manifestação realizada na Avenida da Liberdade em Lisboa, ultrapassando hostilidades e obstáculos de toda a ordem com que entidades e pessoas muito responsáveis tentaram que se não realizasse, constituíram uma entusiasmante afirmação de que o 25 de Abril está vivo na consciência do povo e de vastos sectores democráticos e de que é forte a determinação de desmascarar a campanha de branqueamento da ditadura fascista, de sinistra condenação do 25 de Abril, de legitimação da actual política e do actual governo de direita, de que é forte a determinação de resistir, de lutar, de defender e retomar o caminho de Abril.

O 1.º de Maio de 1994, e particularmente as manifestações promovidas pela grande central sindical, a CGTP-Intersindical Nacional, constituirão certamente, e é necessário que constituam, uma nova demonstração e afirmação de que para a classe operária, para os trabalhadores portugueses, a luta continua. Em defesa dos seus interesses vitais. Em defesa das suas liberdades e direitos. Em defesa da democracia. Em defesa de Abril.

(Depoimento prestado à agência Lusa pelo presidente do Conselho Nacional do PCP, no dia 30 de Abril de 1994)



Lisboa



Braga



Porto

1º de Maio assinalado em todo o País

Protesto, luta e confiança para mudar de política

O Dia do Trabalhador foi assinalado pelo movimento sindical unitário com iniciativas em quase meia centena de localidades de praticamente todos os distritos do Continente e Regiões Autónomas, trazendo para as ruas muitos milhares de trabalhadores com justas razões para protestar, com determinação para lutar e com firme confiança em que é possível travar a ofensiva do Governo e do patronato, evitar a redução dos salários, sustentar os despedimentos, diminuir os horários de trabalho, fazer respeitar os direitos conquistados e conseguir uma alteração profunda na política nacional.

O forte calor que se fez sentir em Lisboa, como por quase todo o País, não teve qualquer efeito de adormecimento. Pelo contrário: o entusiasmo e a alegria marcaram o desfile desde o bairro de Santa Catarina, Santa Catarina e 31 de Janeiro, ao som de tambores e palavras de ordem. Antes, as intervenções de Vitor Ranita e outros sindicalistas tiveram lugar na hora de Cavaco para ir embora, foi das palavras de ordem mais ouvidas, e muitas vezes sucedeu que, aos carros de som que rompiam com a luta continua, Maio está na rua, os manifestantes respondiam com a luta continua, Cavaco para a rua.

As comemorações do 1.º de Maio no País terminaram com um espectáculo de Sérgio Godinho, na Praça Humberto Delgado, depois de um desfile que percorreu as ruas Sá da Bandeira, Santa Catarina e 31 de Janeiro, ao som de tambores e palavras de ordem. Antes, as intervenções de Vitor Ranita e outros sindicalistas tiveram lugar na hora de Cavaco para ir embora, foi das palavras de ordem mais ouvidas, e muitas vezes sucedeu que, aos carros de som que rompiam com a luta continua, Maio está na rua, os manifestantes respondiam com a luta continua, Cavaco para a rua.

A exigência de uma nova política que promova o desenvolvimento, crie mais emprego e melhore as condições de vida e de trabalho das populações marcou as iniciativas que tiveram lugar em Beja (onde perante um milhar de pessoas foi denunciado o aumento do desemprego e dos salários em atraso, com especial incidência nas empresas de Thierry Roussel, e foi criticada a posição dos vereadores socialistas, que recusaram atribuir à União dos Sindicatos do distrito a medalha de mérito municipal) e também em Aljustrel, Odemira e Serpa.

Em Braga as comemorações iniciaram-se com uma concentração na Avenida Central, seguida de um desfile pela Avenida da Liberdade, em ambiente de festa e ao som de palavras de ordem como «É preciso, é urgente, uma política diferente».

A juventude de Viana do Castelo começou o 1.º de Maio na noite anterior, com um baile, e marcou presença na festa e no comício que tiveram lugar, no domingo, no jardim público, onde o coordenador da União dos Sindicatos do distrito se interrogou: «Por que diabo permanece no Governo o PSD, se foi a sua política que conduziu o País à grave crise económica e social em que nos encontramos?». «Não faltam motivos para lutar, agora que a crise trouxe de novo os salários em atraso e o desemprego veio para ficar», alertou Fernando Amaro, coordenador da União dos Sindicatos do Algarve, a culminar a manifestação do 1.º de Maio em Faro, onde estiveram presentes dirigentes sindicais e trabalhadores de toda a região, onde a taxa de desemprego atingiu já uma média de 13 por cento (o dobro da taxa nacional), que no sector da hotelaria se aproxima dos 30 por cento, devido à profunda crise do turismo.



Faro



Ferrol em Lisboa



Trabalhadores da Festa, em Lisboa



Coimbra



Viana do Castelo



Música popular em Beja



Folclore em Lisboa



Porto



Carlos Carvalhas, Álvaro Cunhal e Luís Sá foram calorosamente saudados durante o desfile na Avenida Almirante Reis

Crescimento, investimento, emprego

■ Octávio Teixeira

A evolução recente das economias capitalistas mostra que pode haver crescimento económico com aumento do desemprego, devido à orientação que predominantemente caracteriza o desenvolvimento capitalista nos nossos dias.

(...)

O desemprego tornou-se uma questão estrutural intrínseca ao sistema capitalista: independentemente do crescimento da produção, o desemprego tem vindo a aumentar cada vez mais. Com todas as suas graves consequências económicas e, fundamentalmente, sociais.

Não é inevitável

Mas será o aumento contínuo do desemprego uma inevitabilidade da evolução da Humanidade e do progresso da ciência e da técnica?

Definitivamente não!

(...) Só é possível aumentar o emprego se crescer a produção. E só aumentando a produção poderá haver aumento do investimento. Por outro lado, se o emprego não aumenta e o desemprego se avoluma, então é o consumo que se retrai ou não se expande. E, se não existe o estímulo da procura pelo consumo, não aumenta a produção e, portanto, não há aumento do investimento.

Daqui resultam, em meu entender, dois corolários imediatos.

O primeiro é o de que, na perspectiva estritamente económica, o desemprego é em si mesmo um travão ao crescimento e ao investimento.

O segundo é o de que elevadas taxas de crescimento económico sustentado exigem um elevado ritmo de criação de emprego e o aumento permanente do poder de compra dos trabalhadores.

Aliás, estas conclusões são comprovadas com a evolução das principais economias capitalistas ao longo das últimas dezenas de anos: sempre as elevadas taxas de crescimento económico se encontram associadas a baixas taxas de desemprego e, inversamente, elevadas e crescentes taxas de desemprego são acompanhadas de baixas taxas de crescimento da produção, de prática estagnação económica.

(...) Mas ainda se poderá dizer que o desenvolvimento tecnológico promove o aumento da produtividade e, assim sendo, reduz o emprego e provoca o aumento do desemprego.

Mas a nível das economias nacionais e mundial isso só é verdade quando se fala na simples produtividade aparente do trabalho, isto é, quando se compara a evolução do volume de produção com o número de trabalhadores ocupados, com o factor trabalho.

Mas a produtividade efectiva da economia não depende apenas de um dos factores de produção. A produtividade realiza-se com o recurso pelo factor trabalho ao uso de equipamentos, isto é, ao uso do factor capital.

Por isso, a produtividade efectiva, aquela que realmente conta para a análise económica, tem de comparar a evolução da produção com a do conjunto dos factores de produção. E assim sendo, então a conclusão a que se chega é substancialmente diferente: é a de que o aumento da produtividade não se opõe ao aumento do emprego antes estão inter-relacionados.

Porque o crescimento da produtividade do conjunto dos factores de produção só pode ter três consequências possíveis: ou a baixa dos preços dos bens produzidos, ou o aumento dos salários, ou um aumento dos lucros.

Com a baixa dos preços e/ou o aumento dos salários resulta um aumento do poder de compra, portanto da procura e da produção e, por arrastamento, do investimento e do emprego.

Se a consequência for o aumento dos lucros, o resultado, do ponto de vista estritamente económico, será idêntico... se... se esses lucros forem canalizados para novos investimentos produtivos.

Causas do desemprego

Ora, este grande se é um dos nós górdios da evolução capitalista a que estamos assistindo. Porque, apesar destas interdependências reais entre emprego, investimento, produção e produtividade, é igualmente verdade que a evolução recente das economias capitalistas mostra que pode haver crescimento económico sem criação de emprego e com aumento do desemprego.

Mas não me parece que as causas essenciais dessa evolução recente residam em hipotéticas contradições e antagonismos entre aquelas variáveis. Essas causas devem ser procuradas, no meu entender, na orientação que predominantemente caracteriza o desenvolvimento capitalista nos nossos dias.

Cada vez mais os aumentos de produtividade obtidos com o desenvolvimento dos factores produtivos são apropriados pelo capital para engrossar os lucros. E apenas uma parte mínima desses lucros, à escala mundial, é aplicada em investimento produtivo. O grosso dos lucros crescentes do capital transnacional é aplicado na pura especulação financeira, cambial e imobiliária, parasitando a actividade produtiva, travando o crescimento e o investimento produtivos, provocando o agravamento crescente do desemprego e lançando na miséria mais abjecta centenas de milhões de seres humanos em todo o mundo.

Segundo elementos recentemente publicados num jornal francês, as aplicações especulativas diárias, só nos mercados cambiais, atingem hoje cerca de 1,3 biliões de dólares, ou seja, cerca de 400 biliões anuais, enquanto que o Produto Nacional Bruto mundial anual não ultrapassa os 24 biliões!

São igualmente crescentes, e com números não menos astronómicos, as aplicações parasitárias nos mercados financeiros e monetários para obter lucros com a especulação bolsista ou com as elevadas taxas de juro reais actualmente praticadas, nomeadamente nos países da CE.

Isto é, o capital financeiro retira da actividade produtiva elevados recursos nela gerados para lucrar com as elevadas taxas de juro reais, e esse mesmo elevado nível de taxas é, por acréscimo, um obstáculo ao investimento, ao crescimento da produção e à criação de emprego.

Esta evolução parasitária do capitalismo mundial mantém uma relação de interdependência com a crescente concentração e centralização de capitais. São a concentração e centralização que promovem a actividade especulativa e parasitária, e esta conduz cada vez mais àquela. Em 1992, duzentas transnacio-



nais detinham 27% do PNB mundial! E nos últimos dez anos, as 500 maiores transnacionais despediram em média cerca de 400 mil trabalhadores, numa liquidação massiva de postos de trabalho produtivo!

Isto é, a crescente concentração e centralização capitalista é igualmente uma das principais causas da estagnação do crescimento económico e do investimento e do aumento acelerado do desemprego.

São, ainda, a acelerada evolução especulativa da economia capitalista e a rápida concentração e centralização de capitais que impõem o processo actual da internacionalização da economia e da mundialização dos mercados com uma orientação totalmente liberalizadora e desregulamentadora.

São essas liberalização e desregulamentação que permitem ao capital financeiro especular diariamente e em simultâneo em todo o planeta. São elas, igualmente, que permitem a crescente deslocalização das actividades produtivas, em especial as actividades industriais, de uns pontos do Globo para outros.

Não em busca de maiores produtividades, mas apenas de custos mais baixos que possibilitem maior empolamento dos lucros. Desde logo na busca da redução de custos através de salários mais baixos nos países subdesenvolvidos, aumentando o desemprego nos países mais industrializados e colocando os trabalhadores destes países perante o dilema chantagista de, ou mais desemprego, ou a aceitação da baixa de salários e da redução e eliminação de direitos sociais.

Mas também na procura de menores custos para o capital. Designadamente através da obtenção de subsídios financeiros estatais a fundo perdido e da redução da fiscalidade sobre o capital, quer no âmbito das aplicações financeiras quer no da tributação dos lucros. Conduzindo, por acréscimo, a tributações acrescidas sobre o trabalho e sobre os consumidores, ou seja, penalizando acrescidamente os trabalhadores e os próprios desempregados.

O caso português é exemplar

A evolução da política económica portuguesa nos últimos anos é exemplar destas orientações gerais do capitalismo e é, simultaneamente, um espelho dos resultados económicos e sociais a que conduz.

A política macroeconómica desenvolvida pelos governos de Cavaco Silva centrou-se no controlo da inflação através da política de sobrevalorização real do escudo e de uma política monetária restritiva. As consequências foram e continuam a ser:

- por um lado, a penalização, através do escudo caro, das nossas exportações e o favorecimento das importações, em qualquer caso sacrificando a produção nacional;

- por outro lado, a manutenção de elevadas taxas de juro reais para a actividade produtiva, aumentando o custo do financiamento das empresas e reduzindo a sua competitividade;

- por último, o elevado nível das taxas de juro incentivou as aplicações financeiras especulativas em detrimento do investimento produtivo, contribuindo ainda para a forte deterioração do aparelho produtivo nacional.

Esta política macroeconómica foi acompanhada por políticas ultraliberalizadoras que abandonaram as empresas nacionais aos desígnios sacrossantos do mercado e de medidas fiscais que, favorecendo a actividade financeira e especulativa, penalizaram, em termos relativos, o investimento e a actividade produtivos. Por uma política de distribuição do rendimento que sacrifica os salários deprimindo o consumo privado. Pela completa ausência de uma política industrial e agrícola para o nosso país. Por uma política de privatizações que desarticula a estrutura produtiva e submete sectores importantes da economia nacional às estratégias e interesses de empresas estrangeiras.

Os resultados são desastrosos e igualmente conhecidos. Desde 1989 que a evolução da produção tem vindo a desacelerar rapidamente, atingindo valores negativos em 1993. A produção agrícola regista quebras consecutivas há já três anos, e a produção industrial decresce há já mais de dois anos consecutivos. Nos últimos 4 anos desapareceram 290 mil postos de trabalho na agricultura e 150 mil na indústria transformadora. O desemprego registado oficialmente atinge já 400 mil trabalhadores.

Estes resultados comprovam que não é através da liberalização das relações laborais nem da redução dos salários que conseguiremos melhorar a produtividade, acelerar o crescimento e o investimento, erradicar o desemprego.

(...) O carácter estrutural da fragilidade do nosso aparelho produtivo e do desemprego exigem outras políticas que ataquem a raiz dos problemas. Em especial: o abandono das orientações e políticas monetaristas do Tratado da União Europeia; a defesa do que resta do sector empresarial do Estado, como elemento de consolidação da estrutura produtiva nacional; a definição de uma estratégia de desenvolvimento, e em particular de uma política industrial activa visando a criação de uma base produtiva mais sólida e a modernização do aparelho produtivo de forma a melhorar a produtividade, a qualidade e o nível tecnológico das nossas produções; a alteração das políticas de educação e de formação profissional adequando-as às necessidades actuais e futuras da economia; políticas de distribuição do rendimento e fiscal que penaliza as aplicações financeiras e especulativas e beneficie o poder de compra da população e, logo, o crescimento da produção, o investimento e o emprego.

Com a manutenção das políticas actuais estaremos condenados, como publicamente o afirmou há dias um vice-presidente do PSD, a uma estratégia de sobrevivência na União Europeia.

Com a mudança das políticas e sem a União Europeia de Maastricht reabriremos os caminhos do desenvolvimento e da afirmação e soberania nacionais. (...)

(*Excertos da intervenção no encontro-debate sobre os problemas do emprego, promovido pelo PCP no dia 16 de Abril, em Lisboa. Subtítulos da Redacção*)

A plataforma

■ José Manuel Jara

1 - Convergências e conveniências

Em reflexão após as últimas eleições autárquicas, o dirigente do PS, Jorge Lacão, numa entrevista publicada no DN (18/12/93), teve considerações bem ilustrativas de alguns aspectos da tática da actual direcção do PS. Um dos processos reconhecidos para a revalorização do peso eleitoral do Partido Socialista passa pela convocação dos apelidados «Estados Gerais» para uma designada «Nova Maioria». O método a aplicar resultaria de uma «nova» relação do PS com a «sociedade civil», em atitude de «abertura ao diálogo» com «correntes de opinião». O carácter vago da proposta, concretiza-se num bom exemplo a fazer prova de eficácia: nem mais, nem menos, do que o «bom resultado da cooperação com a Plataforma de Esquerda», que Lacão diz ser desejável manter.

Os bons olhos com que este dirigente e a actual direcção do PS vê a própria PE reconhecem-se na forma como a identifica como «uma realidade também plural», resultante de «um conjunto de personalidades que, de uma forma consciente, fizeram a ruptura com o modelo tradicional do PCP». Diz Lacão.

Por sua vez, o secretário-geral do PS, António Guterres, no manifesto intitulado «Uma nova maioria para Portugal» (Jornal «Acção Socialista», 10.2.94) dá algumas achegas, também interessantes, para a compreensão desta tática eleitoral: «Estes são os grandes desafios que esperam os Estados Gerais para uma Nova Maioria. Desafio que não podem deixar indiferentes todos aqueles cidadãos e correntes de opinião inconformados com as oportunidades perdidas pelo anquilosamento da esquerda comunista».

O discurso de Guterres gira em torno de expressões como «uma nova maioria», «uma maioria diferente», ou a combinação das duas, «uma nova e diferente maioria» cuja antecâmara seriam os chamados «Estados Gerais», abertura para «um espaço de participação» e «uma outra forma de ser poder», etc.

As maiúsculas da almejada «Nova Maioria» consubstanciam a antevisão do sucesso... Quanto aos designados «Estados Gerais», fica por compreender a escolha da expressão, pois que, historicamente, no «Ancien Régime», a Assembleia de Deputados, os «États Généraux», incluía o clero, a nobreza e... o terceiro Estado. Nesta versão, pré-eleitoral e lusitana, configurará uma mistura *sui generis* de «classe política» e de «sociedade civil»?

O optimismo do líder do PS, quase sozinho, fundamenta-se nos resultados eleitorais obtidos pelo Partido Socialista em apenas 4 concelhos (Viana do Castelo, Sintra, Cascais e Covilhã), razão suficiente para julgar infundadas as alegadas vantagens das «coligações de esquerda assentes numa maioria aritmética». Guterres, ao que se vê, está mais apostado em subtrair votos à «outra» esquerda, do que em somar. É tudo aritmética...

Compete ao Partido Socialista operacionalizar esta novíssima tática. Mas as razões estratégicas foram produzidas por outrém, sem papas na língua. Barros Moura, no artigo intitulado «Federar não é mudar» (DN Magazine), pergunta a si próprio «que força se propõe assumir o governo», e responde: «Essa força terá que organizar todo um bloco social interessado na mudança (...)» «... do ponto de vista cultural, programático e da prática política. É disso que se trata e não de formar uma frente de partidos, que nada acrescenta e apenas sirva para conservar aparelhos caducos. (...) E pode ser contraproducente por falta de coerência política da maioria aritmética, daí, eventualmente resultante. (...) Para governar é necessário conquistar o centro (...). O que pressupõe um programa político... E hegemonia cultural e política sobre toda a esquerda, não deixando terrenos vagos à mediação de qualquer outro partido, nomeadamente do PCP».

Fica perfeitamente claro que o destacado platformista Barros Moura está a dar conselhos à direcção do Partido Socialista, de cátedra. Vejamos a sequência da sua lição: «É completamente falsa a ideia segundo a qual um PC forte, a falar em nome da esquerda, permitiria ao PS realizar uma política centrista que lhe facilitasse o acesso ao governo. Assim é que não. Nem alternativa, nem maioria. Só caracterização como partido de esquerda».

Imbuído de um espírito de missão, BM, líder ex-machina, apela e intima à acção urgente: «Um partido que aspira a ser governo não pode... Do que se trata é de ser o fulcro... É para isso que é preciso ter coragem para «começar de novo», não de criar um novo partido, mas um «partido novo».

O «novo» PS, «prêt à porter» por Barros Moura e PE!... Bruxelense...

A longa citação tem a vantagem de esclarecer a convergência de ideias, de termos e até de «nuances», no interior do mesmo espaço político-partidário do PS (actual orientação), com a aparência do «aliado» exterior. O ex-militante do PCP, excluído há cerca de 3 anos, personalidade PE, está funcionalmente dentro do PS, sendo mera conveniência publicitária a sua autonomia organizativa. Objectivamente é mais uma facção, uma fase de admissão.

Outra personalidade PE, Pina Moura, converge também com Lacão e Guterres, a tal ponto que ao lermos alto o que escreve na sua crónica do «Público» (26.12.93), intitulada «Uma nova maioria», confundimos a autoria: «Trata-se de construir uma nova maioria política, para não só mudar a política, mas para mudar de política». Quem? O PS, é claro!

O terceiro líder público «PE», o popular José Luís Judas, menos dado a análises profundas, mas, em compensação, mais

de elevação (II)

disponível para relações mediáticas, já se prevenira, diremos agora, que em vão, contra esta inclinação inata do seu movimento: «O novo movimento de esquerda não será escravo do PS» (DN, 4.1.92).

Nessa época distante, os platformistas falavam ainda dos «dois maiores partidos da esquerda portuguesa». Não sendo promissora e lucrativa essa versão, passaram depois a falar apenas do «principal partido da oposição», o «principal partido», o «novo», numa apologia de identificação e mimetismo. Recalam, por completo, de modo infantil, as restantes forças políticas democráticas e, nomeadamente, o PCP. Uma amnésia de conveniência e conviência.

Façamos um balanço provisório, o protocolo entre o Partido Socialista e a PE, no formato autárquico ou PE (parlamento europeu), juntaria a «classe política» do PS (e o seu peso eleitoral) aos cidadãos da sociedade civil «Plataforma de Esquerda», numa simbiose ampliadora dos respectivos espaços políticos. Do PS? Com certeza, tentando arrastar eleitorado do PCP, pela ilusão gerada pela «aliança». Espaço político para os (PE)s, personalidades carentes, ansiosas por se (re)inserirem na «classe política», ao colo do PS. Não alimentam ilusões quanto à sua influência eleitoral, não cultivam já a luta de bases (na sociedade civil), ninguém esperam persuadir com belos discursos ou «novas» ideologias. Os seus recados implícitos ou explícitos destinam-se ao poder «alternativo». Precisam de «acrescentar esquerda» (isto é, as suas pessoas) à «esquerda» (isto é, na nomenclatura PE, ao PS). Acrescentam-se ao PS, para crescerem com o PS. Cada um no seu galho, ou especialidade: para a autarquia, o populista, para o PE, o curriculado europeu, para outros poleiro(s), a(s) personalidade(s) sobran(s). Os elementos da base fazem coro ou abandonam o barco...

2 - A política do mercado e o mercado dos políticos

A rapidez com que os ex-membros do Partido Comunista, constituintes da Plataforma, se projectaram no espaço público dos *media*, até entrarem na órbita e no tempo de antena do PS, ultrapassou todas as expectativas. Para quem entendia, ainda há pouco mais de 2 anos, «reformatar» e «viabilizar» o PCP, refazendo a imagem e o discurso, não deixa de ser uma revelação, caso se tomassem à letra as suas professadas intenções. Se o projecto tivesse seguimento, por acaso, isso significaria a pura e simples liquidação e autodissolução do Partido Comunista, cujos salvados patrimoniais seriam entregues numa bandeja no Largo do Rato. A montanha de discordâncias e de críticas à direcção do PCP pelos então «comunistas renovadores», agudizadas aquando do putch de Agosto/1991 na URSS (seguido da dissolução da União) concretiza-se, afinal, numa verdade sem nenhum crédito político ou moral.

A «novíssima esquerda», a «nova e diferente esquerda», a forma inédita de fazer política, a nova política da sociedade civil, sem aparelho, aberta e participada, transferiu, sem nenhuma originalidade, os seus dotes e a sua força laboral para o capital do mesmíssimo PS. Só os puros contestatários, sem protagonismo, nem liderança, sem qualquer poder na PE, ousaram discordar e

acabaram por se manifestar num Manifesto, tornando-se novos dissidentes com rumo à «Política (Século XXI)... Uma neoplataforma de base!»

Debrucemo-nos um pouco sobre os arranjos negociais e a ideologia de referência. Pina Moura irá prestar-nos os desejados esclarecimentos, numa entrevista inserida no «Público» (em 7.5.92), cujo título em letras gordas é uma frase sua carregada de significado: «Não queremos submeter-nos a uma espécie de OPV». Pergunta a jornalista às tantas: «Vão concorrer a eleições?»

P. M.: «Vamos, provavelmente, concorrer a eleições, embora possamos ter, consoante as eleições, respostas diferentes. Nas autárquicas, penso que o nosso objectivo não será vender à força e de qualquer maneira um novo produto político chamado PE. Penso que será uma intervenção pautada... a dar força a produtos políticos que se têm revelado úteis para garantir, a nível local, uma participação dos cidadãos».

A ideologia dominante mercantil, o fetichismo da mercadoria, sem fronteiras, abrange este novo produto do nosso mercado político, em fase de lançamento e promoção. Quanto vale? Quem dá mais? O conjunto dos elementos destacados a que se chama «PE» tem, de qualquer modo, uma cotação superior, à venda, à peça, de cada um. Por junto, a organização rotulada «PE», nem partido, nem outra coisa, nem classe política, nem sociedade civil, nem aberta, nem fechada (nem, nem) tem mais valor negocial. Permite consubstanciar nominalmente um protocolo, uma chamada «aliança», como que entre «forças» e «partidos», de um lado o tal e do outro a PE... A colocação dos cidadãos elegíveis sobe uns pontos. E o PS faz uma dita «aliança de esquerda!» Estas verdades difíceis de refutar completam-se com as repetidas negações de uma má consciência premonitória. Dizia Barros Moura, ao «Jornal de Notícias» (16.5.92): «Não estamos à venda e queremos fazer um percurso pelos nossos próprios meios». Eis a questão!

Esta mesma ideologia está nitidamente retratada no documento oficial da fundação da Plataforma, «As 11 Teses para uma Esquerda com Futuro» (9 de Maio de 1992). Precisamente na 9ª tese, «Por uma Cultura política em defesa da Modernidade», o respectivo subtema 9.4, intitula-se «Difundir produtos de informação». A terminologia não é inocente! Apesar da aludida escassez de meios próprios, a PE não se pode queixar de falta de promoção dos seus produtos informativos, em que se incluem os discursos orais e escritos, tanto em jornais, como na rádio e na TV; e também a divulgação dos indivíduos-«produtos», já agora, e a própria PE/produto.

Vejamos como o nº 1 da PE entende, no «Balanço da Plataforma» («Expresso», 15.5.93) as causas do saldo positivo contemplado pelos *media*; sem dúvida, o bom trabalho da Plataforma que, nas suas palavras, «explica a atenção que, sem favor, a comunicação social (nos) tem dado: «uma presença constante, sem paralelo com qualquer das chamadas pequenas formações políticas». Leitura linear sobre os (não) favores da promoção do produto... A sociedade entendida de modo tecnocrático e unidimensional, transforma a operação de venda numa simples questão de eficácia e gestão de recursos. A política de classes, a luta ideológica e as facilidades comprometedoras, são pura e simplesmente escamoteadas. Aparecer é ser. Existir na TV é estar vivo. Os cidadãos comuns que não dão sinal de vida, existem mesmo?

Em solilóquio contra os contestatários de «dentro» da PE, argumenta assim B. Moura contra a política da «terceira área» (entre o PS e o PCP):

«Será preciso questionar sobre se, afinal, o «oportunismo» não estaria precisamente, no conformismo de uma «travessia no deserto», feita ne pele do «cidadão comum»... Será preciso afirmar enfaticamente que ninguém tem o direito de condenar os «cidadãos comuns» que nós não deixámos nunca de ser, à morte cívica e política?!» («Expresso», 15.5.93). Estas personalidades públicas, transvestidas de cidadãos comuns por conveniência tática, têm uma verdadeira aversão ao anonimato político, que confundem com a sua morte «cívica». Como se a sociedade civil fosse morta!... A sua ideologia política, em que fazem o papel de cidadão comum, é uma ideologia da (pseudo-)representação da sociedade civil, somatório de cidadãos. Daí a urgência com que vêem a necessidade de entrar e reentrar em cena. Como diz, sem falsas modéstias, J. L. Judas («Público», 10.4.93).

«Não me considero nenhuma reserva da República.»
Passar à reserva? Que desperdício! Quem iria representar o cidadão comum? As leis do mercado político, não restam dúvidas, elevam a cota aos «ex», tanto os que procuram ainda uma nova identidade, como os que buscam apenas um lugar ao sol. Porquanto, neste jogo de sombras chinesas, a projecção do perfil faz o indivíduo parecer ainda a mesma pessoa, com uma réstea do antigo prestígio, na antiga pele, antes da muda. É premiado pelos novos passos, direita volver, para que o exemplo frutifique.

(Continua)

■ Jorge André

Igreja e Solidariedade

Segundo estatísticas recentemente divulgadas pelo Vaticano, mais de 906 milhões de pessoas permaneceriam fiéis, em todo o mundo, às orientações traçadas pela confissão católica romana.

Não procuraremos, naturalmente, conferir a autenticidade desta avaliação. Ainda que claramente todos saibamos como é ingrato avaliar-se quantitativamente um credo, um movimento ideológico ou uma religião histórica e organizada. Mas seria rematada loucura nossa se tentássemos minimizar a importância do facto de que um enorme grupo de habitantes da Terra permanece atento às vozes que lhe chegam da Igreja institucional.

O Vaticano dispõe, sem dúvida, de uma extensa base social de apoio, do controlo directo de milhares de organizações confessionais, de um corpo eclesiástico ainda fortemente disciplinado, de estruturas laicas associadas aos poderes político e económico e de riquezas fabulosas dispersas pelos cinco continentes.

Nos quadros das forças que actualmente comandam a Santa Sé, todo este imenso poderio tende a integrar-se num ambicioso plano de expansão apoiada nas práticas que regem os sistemas de mercado, área complexa que um pequeno mas fortemente organizado grupo eclesial domina e conduz. Nem sequer já será arriscado afirmar-se que, a este nível, uma parte do episcopado vive com um pé na Fé e o outro pé no Lucro.

Nenhum destes traços gerais pode servir, no entanto, para caracterizar a imensa maioria do povo católico, incontável massa humana cujos estratos as estatísticas agrupam sob um mesmo rótulo, sem os distinguir. Como se não existisse uma diferença abismal entre a imagem de «Igreja» que as hierarquias cultivam e aquela que é tão querida a milhões de simples crentes: a da «Igreja da História» — compassiva, generosa e solidária.

A Igreja dos pobres

Os católicos olham os seus bispos com uma desconfiança hereditária. Ao longo dos tempos, sempre foi voz corrente e popular que os bispos eram homens que habitavam longe dos outros homens e de cuja forma de viver sempre ficava a suspeita de ser mais fácil e mais rica que as dos seus semelhantes.

Nem sempre, é claro, tal dúvida se confirmou. Houve bispos que nasceram ricos e se tornaram pobres por amor aos homens. Outros, tudo sacrificaram, incluindo as próprias vidas, em defesa de generosos ideais de solidariedade. Mas o caso é que a suspeita acerca dos bispos vem de longe e permanece viva.

Já no distante século IV, dizia S. João Crisóstomo que «nos dias de hoje, os sacerdotes de Deus acham-se na dependência da colheita e do comércio. Não há, porém, maneira de seguir o Senhor, como se deve, se não nos desprendermos de toda a preocupação material e grosseira» (*Homilia sobre o Evangelho de S. Mateus*).

Uns cinquenta anos antes, Santo Ambrósio revelara idêntica preocupação (*Carta sobre os Deveres dos Ministros*): «Quem, sem ouro, enviou os Apóstolos, fundou a Igreja sem ouro. Se a Igreja possui ouro, não deve ser para mantê-lo guardado mas para distribuí-lo e socorrer os necessitados. Não será melhor que os sacerdotes fundam o ouro que possuem e o usem para sustento dos pobres?»

Na mesma linha de pensamento cristão poderíamos citar muitos outros exemplos de posições assumidas pelos primeiros bispos da Igreja na intenção de porem cobro à confusão que sistematicamente se ia instalando entre os valores da Fé, da Religião e do Poder temporal.

Recordamos, somente e a concluir este apanhado, uma passagem de S. Bernardo, retirada do seu «Tratado sobre os Procedi-

mentos e os Deveres dos Bispos»: «Clamam os nus e os famintos que se queixam e dizem: — Pontífices, para que serve o ouro no freio? Por acaso, o ouro no freio mitiga a fome e o frio? Quando nós estamos sofrendo, para que servem tantas roupas guardadas nas arcas? O que vós esbanjais, pertence-nos. Tirais cruelmente de nós o que gastais à toa. Chegará, sem dúvida, o dia em que os pobres se erguerão e clamarão contra aqueles que os afligiram!»



Esta «Igreja dos pobres», socialmente responsável, despojada de bens materiais, solidária com os oprimidos e, à sua maneira, abertamente revolucionária, sobrevive como herança cultural no inconsciente e no imaginário de milhões de católicos e de não-católicos. Mas jamais conseguiu ultrapassar os muros do Vaticano ou projectar a sua crua luz por entre a confortável penumbra dos paços episcopais portugueses.

A Igreja dos ricos

O período heróico das igrejas primitivas, unidas em torno dos seus bispos e atentas às necessidades sociais, parece ter passado definitivamente, já lá vão catorze ou quinze séculos.

Ainda viviam alguns Doutores da Fé e a Igreja, até então dispersa por pequenos núcleos autónomos entre si, era atravessada por um poderoso movimento centralizador. As comunidades locais em expansão subalternizaram-se em benefício de Roma onde o pastor da cidade revestira as características imperiais dos pontífices. Os bispos, então, deixaram de ser democraticamente eleitos pelas assembleias de crentes e caíram na dependência

directa do governo eclesiástico sediado em Roma. A partir dessa altura, os papas assumiram a condução das operações militares contra os bárbaros e infiéis. Como quaisquer outros predadores, anexaram territórios, reduziram à escravidão, apode-

raram-se de castelos e cidades e amealharam incalculáveis tesouros.

Depois, o crescimento físico da Igreja tornou-se verdadeiramente imparável. Os teocratas romanos fundaram o Sacro Império o qual, embora de existência fugaz, continua a ser recordado como um paradigma para os fundamentalistas católicos. Os papas conduziram as cruzadas, comandaram as gigantescas movimentações exigidas pela Reconquista Cristã, castigaram implacavelmente dissidências e heresias e atravessaram a Idade Média europeia como grandes senhores aos quais imperadores e reis prestavam vassalagem.

O primeiro grande choque suportado pelo Vaticano só viria a chegar nos finais do século XV, com as reformas religiosas começadas por Lutero e prosseguidas por Zwinglio e Calvino. Mas a Igreja católica reagiu de imediato com a sua capacidade de recuperação ficou claramente expressa na Contra-Reforma cujas remotas consequências ibéricas, tantos séculos passados, continuam a fazer-se sentir. Os frutos doirados dos descobrimentos, do comércio e da conquista viriam a compensar o papado pelas perdas de prestígio e de poder resultantes da fixação das igrejas protestantes no Norte e Centro Europa.

Nos últimos quatrocentos anos, e apesar de ter sofrido graves revezes pontuais, o Vaticano não alterou a sua política de acumulação de investimento de riquezas e de estreitamento dos laços que ligam a religião ao poder temporal dominante. Neste sentido se entendem, em nossa opinião, as causas que levaram à constituição das inquisições, a identificação da Igreja com despotismos anteriores à Revolução Francesa, a intransigente luta eclesiástica por novos privilégios, as cumplicidades do fascismo, os ódios ao comunismo, as ligações perigosas que se concluíram em crimes e em fraudes, e as súbitas paixões do episcopado pelas metodologias de domínio dos mercados.

É esta, globalmente, a «Igreja dos ricos».

Acção comum é a única saída

Igreja pobre/Igreja rica, Igreja solidária/Igreja do poder, é a dupla contradição que tem atravessado todo o percurso histórico do catolicismo e continua por resolver. «As diferenças (sociais) entre as pessoas» — afirma-se no recente Catecismo da Igreja Católica — «fazem parte do desígnio de Deus que quer que precisemos uns dos outros. Essas diferenças (sociais) devem estimular a caridade» (§ 1.946, pág. 421).

Sem dúvida que muitos católicos praticantes compreendem que nesta frente vital da sua religião existe uma opção urgente que a Igreja não tomou. Mas, quase sempre, esses católicos tendem a remeter as responsabilidades de uma decisão correcta para os seus bispos distantes e velados, para os «homens que habitam longe dos outros homens».

Não será com essa atitude que a fé removerá montanhas. Para combater as injustiças e abrir novas estradas para um mundo melhor, só a acção solidária de católicos e não católicos poderá representar um instrumento eficaz. Pondo de lado todas as atitudes de exclusão. Suprimindo, de mútuo acordo, debates estéréis que a nada conduzem.

Recordemos, em conclusão, as palavras de Karl Marx quando o autor de «Economia Política e Filosofia» declarou, sem peias nem preconceitos: «Apenas no campo social o subjectivismo e o objectivismo, o espiritualismo e o materialismo, a actividade e a passividade, perdem as suas oposições e, conseqüentemente, a sua razão de existir. Torna-se evidente que a solução das oposições teóricas só é possível a partir da intervenção prática do homem na sociedade».

Orientação em que se enquadra a «Igreja dos pobres».

A organização social do crime

■ Zillah Branco

Hoje já estão amplamente denunciadas as redes internacionais que controlam a produção e a comercialização de drogas, prostituição e crimes de todos os matizes. O nível de organização e integração das fases de produção, divulgação e colocação no mercado dos seus macabros produtos corresponde ao de uma moderna indústria transnacional. São identificados a «polvos» gigantescos de cuja estratégia fazem parte as escolas do crime, os seus instrutores disseminados por toda a sociedade, os agentes contratadores ou sequestradores, os transportes, habitações e locais de comercialização, os vínculos de relações públicas com autoridades e instituições legais, a elaboração de imagens e ideias a serem difundidas através da comunicação social. As especializações dos produtos diversificam-se: produtos naturais ou químicos alucinógenos, incentivo à prática da prostituição em adolescentes ou crianças dos dois sexos, tráfico de crianças para a venda de órgãos, contratação clandestina de trabalhadores emigrantes, etc. A acompanhar, e como estrutura de apoio a esse tipo de acção, estão os mercenários treinados e as armas mais sofisticadas.

Em alguns países do Terceiro Mundo calcula-se que o movimento financeiro da indústria do crime é muito superior ao produto nacional global. Num prestigiado jornal de Lisboa, em Dezembro de 1992 divulgava-se: «A droga

vale entre 400 e 500 biliões de dólares por ano»... «É mais do que o mercado das armas, incluindo a aviação. Há notícia de que alguns respeitáveis bancos e multinacionais tiram parte dos seus lucros do branqueamento desse dinheiro». E, acrescenta, «jamais um produto deu um lucro de dois mil por cento entre a refinaria ou o laboratório e o consumidor. Acabar com a droga seria a revolução nos circuitos financeiros internacionais». Não será necessária muita imaginação para identificar as principais fontes de corrupção de sectores políticos e empresariais.

A história da droga como instrumento de dominação colonial ou imperial é antiga. O presidente da «Aliança contra a toxicomania», Gabriel G. Nahas, em entrevista a um diário francês em 1993, chamou a atenção para factos históricos: «Em meados do século passado, os britânicos obrigaram pela força a China a legalizar o tráfico do ópio. Cinqüenta anos depois, 90 milhões de chineses haviam caído nas malhas da droga. No começo deste século, a China, arruinada, conseguiu levantar-se nacionalmente. Graças à sua recusa cultural da droga e ao apoio da comunidade internacional, naquela época movida pelos Estados Unidos, os chineses venceram essa epidemia. Mas foram necessários 50 anos. Depois da Segunda Guerra Mundial, os japoneses, com métodos análogos, puseram fim a uma epidemia de utilização intravenosa de anfetaminas. Singapura interrompeu uma epidemia de heroína com uma política de interdição do tráfico e pela reabilitação obrigatória dos toxicod dependentes. A Coreia e Taiwan adoptaram política semelhante. Na mesma altura a Itália e a Espanha legalizaram o uso e a posse da droga ilícita. Estes dois países têm, na Europa, a taxa mais elevada de consumo de heroína e de cocaína, assim como o maior índice de mortalidade por overdose. Ao contrário, a Suécia, com uma política de interdição, passou a ter uma fraca taxa de toxicod dependência.»

Nas diferentes cidades e cantões suíços presenciaram-se os efeitos da liberalização ou da interdição da droga. Zurich apresenta uma imagem de degradação galopante com a sua histórica beleza pejada de jovens drogados à beira da morte. Se fosse possível traduzir em imagem igualmente simples e clara a degradação dos ambientes familiares de onde sai em número cada vez maior aquela jovem população suicida, teríamos um quadro dantesco que ameaça ser o futuro da humanidade.

Inconsequência ou convivência?

Todas as denúncias já referidas e muitas mais têm alcançado respostas insignificantes, muito localizadas, pontuais e efémeras. Quase sempre só despertam a atenção dos poderosos meios de comunicação social e dos próprios políticos em véspera de eleições. Depois o assunto fica entregue aos «carolas» de sempre que carregam os seus ideais humanitários e as suas tarefas como a cruz de um calvário inevitável para a salvação das almas.

A World Media em Paris divulgou um importante debate entre Alvin Toffler e Edgard Morin sobre as perspectivas possíveis para o planeta. Reconhecem que no fim do século XX o Mundo estará sob o controlo real da informação e do conhecimento, transformado num extraordinário mecanismo de poder que ultrapassa todas as fronteiras. Toffler, ao afirmar que as grandes instituições são orga-



nizações de pessoas mas também de conhecimentos, onde a cúpula teoricamente deveria saber mais que as bases e os dirigentes deveriam definir o que as bases devem saber, reconhece que com as mudanças muito rápidas tem-se tornado impossível manter esta relação hierárquica do poder. Por isso fala-se tanto agora em «delegação de poder» e em tornar mínimos os centros de controlo

do poder. Morin refere a situação dos que produzem o conhecimento submetidos aos que controlam a utilização dos produtos desse conhecimento, acrescentando: «carecemos de um pensamento capaz de enfrentar a complexidade dos problemas, quer dizer, de reconhecer as relações e as interações entre o que a nossa forma de dividir o conhecimento separou».

Ao pensamento frio e mecânico de Toffler, que reconhece o perigo de «que uma série de grupúsculos controlem as armas do conhecimento, e inclusive paralise as grandes nações», agora em que os países mais desenvolvidos saíram da era industrial para viverem a era tecnológica, Morin contrapõe as suas considerações acerca das «necessidades mitológicas, religiosas e comunitárias que vão além da vontade de industrialização»... «as paixões humanas, as loucuras colectivas da nossa história». Ao apontar este possível caos, a que ambos chamam a barbárie a ameaçar «a democracia que conhecemos», surge a velha receita da educação dos povos para que saibam comportar-se. Curiosamente nenhum dos dois famosos pensadores referiu a ética a ser cobrada aos donos do poder e aos meios de comunicação que reconhecem como um instrumento antidemocrático. Preocupam-se com a defesa de uma situação mundial baseada na injustiça social, na exploração e domínio das nações mais pobres e preconizam o fortalecimento de um poder centralizado acima das diversidades nacionais planetárias. E, como vimos em recente programa televisivo em Portugal, Morin já define o direito de ingerência na vida dos povos a partir dos conceitos de democracia e de justiça elaborados por esse superpoder planetário.

Muito se aprende ao ouvir os grandes pensadores que o poder internacional acarinha. Mas, se temos por eles algum apreço, fica a amargura de se perceber o distanciamento que os afasta de mais de 4/5 da população mundial não só pelo que comem e vestem mas sobretudo pelo que pensam ser a humanidade. Permanece na minha lembrança o sorriso infantil do pequeno «menino de rua» no Brasil (que representa milhões em todo o Terceiro Mundo), mas também o olhar desesperado dos desempregados que na Europa rica já somam 35 milhões e mais toda essa multidão que em todo o planeta produz com as mãos, com as máquinas, com a mente e que não pode concordar com os devaneios altamente intelectualizados dos ilustres pensadores do nosso tempo. Nosso? De quem?

Dias Loureiro Uma vitória na secretaria

O Ministro da Administração Interna (MAI), Dias Loureiro, pode reivindicar um palmarés invejável de contribuições ao exercício cavaquista do poder, que nada deslustram o Primeiro-Ministro e que o têm caracterizado como um homem de grande versatilidade e múltiplos recursos.

Não se fala aqui de desapego do poder, qualidade que aliás não consta dos mínimos obrigatórios nem é recomendada no almanaque ético do cavaquismo e que, a existir, já teria obrigado o actual MAI a concretizar a tal demissão diversas vezes anunciada em momentos de conveniência e nunca assumida nas horas da verdade.

Não se fala dessa «imposição de remodelação» sempre adiada na gaveta entreaberta da secretária de Dias Loureiro e que, de quando em vez, se faz antever em duas ou três palavras, numa gestão ensaiada de barão perfilado em candidatura à liderança do PSD, se e quando Cavaco deixar ou for indispensável ao know how de gestão de interesses do grande capital.

Trata-se apenas do aproveitamento, nestas lides de Administração Interna, da velha trapaça conhecida na gíria por «vitória na secretaria» e que consiste em substituir a derrota real por uma pretensa vitória administrativa, pseudo fundamentada por qualquer paleio de circunstância.

Neste caso concreto trata-se de, por via do Relatório de Segurança Interna, referente a 1993, ter transformado o completo falhanço da política prosseguida pelo seu Ministério, no que respeita aos índices de criminalidade e insegurança e respectiva evolução, em «ponto de viragem na contenção da criminalidade em geral».

Ou seja, o MAI, perante o aumento brutal dos aspectos mais preocupantes da criminalidade - droga, delinquência juvenil, criminalidade violenta, crimes contra pessoas e criminalidade organizada - somou tudo com os cheques sem cobertura e o simples consumo de droga; os pequenos delitos em redução por alteração de legislação, ou inacção das Forças de Segurança, juntou mais uns pozinhos mágicos para diminuição das participações - o fecho de Esquadras e afastamento da Polícia das populações - e o resultado é um aumento de ocorrências de apenas 0.8%.

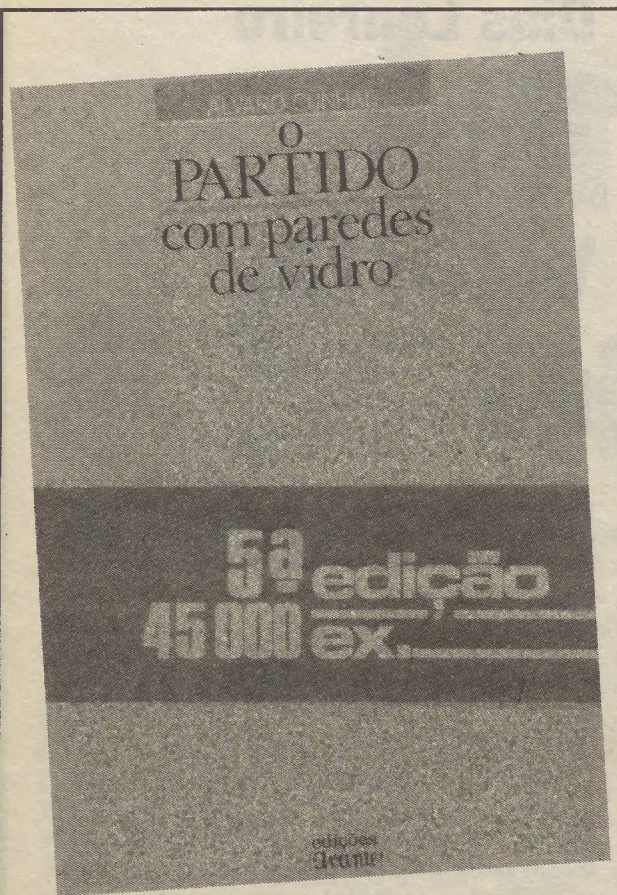
Assim se convertem em sucessos índices 92/93 de mais 30% na criminalidade juvenil (PSP), decorrente dum enorme aumento do consumo de drogas (que o Governo desvergonhadamente afirma também em contenção), mais 15% (PJ) ou mesmo mais 100% (GNR) de processos por tráfico de droga, mais 20% de roubos armados (PSP), duplicação em dois anos do rapto de menores (PJ), aumentos muito sensíveis nos «crimes de maior violência e sofisticação» e com engenhos explosivos (PJ), etc.

Assim se esconde que os governos do PSD e especificamente o MAI Dias Loureiro conduziram os portugueses ao mais baixo índice de confiança nos serviços de segurança pública da Europa Comunitária, de tal forma que apenas 26% dos crimes são participados às autoridades.

Assim se escamoteia que, na Administração Interna, a verdadeira preocupação que move este Governo e o seu Ministro, e que ressalta com toda a clareza da leitura do dito Relatório, é a actividade das forças sociais e políticas que se opõem legitimamente à sua política. Contra esses cidadãos e esses protestos, bem como na fabricação de bodes expiatórios de racismo e xenofobia e na promoção do ideal Schengen (sic), aí sim, eis que Dias Loureiro empenha o melhor dos esforços e capacidades do respectivo Ministério e das forças e serviços de segurança dele dependentes.

Dias Loureiro é de facto um Ministro de grande utilidade a Cavaco Silva, não porque resolva os problemas do país, que se vão agravando, mas, para este Governo isso é obviamente irrelevante.

■ Carlos Gonçalves



Álvaro Cunhal

O Partido com Paredes de Vidro

Preço: 682\$50

«O PCP não é e nem será tal como o anticomunismo e o oportunismo quereriam, mas tal como os seus militantes e toda a sua história determinaram que fosse. E só na base do que o Partido é se pode formar a sua verdadeira imagem. Com este livro, cuidamos ter contribuído para a formação da verdadeira imagem do PCP. Não porque fosse este o objectivo do trabalho. Mas apenas porque em todo ele falámos com inteira verdade.»

edições
Avante!

A autonomia madeirense

■ Rui Nepomuceno

A consagração da **Autonomia Política na Constituição da República Portuguesa**, pela qual da esquerda à direita tanto se bateram os nossos antepassados, foi uma das consequências mais marcantes da **Revolução do 25 de Abril**. Tão importante, que pela primeira vez na história da Madeira conseguimos uma Assembleia com poderes para legislar sobre todos os assuntos e matérias específicas regionais; a regionalização dos serviços periféricos da Administração Pública, excepto os Negócios Estrangeiros, as Forças de Segurança internas e externas, os Tribunais e a criação de moeda; conseguimos ainda um **Governo Regional** com amplos poderes e competências, para dirigir livremente os nossos destinos e interesses. E, por fim, enquanto no passado muito mais de metade das receitas aqui geradas serviam o Continente, hoje tudo fica na Madeira e ainda vêm verbas do Orçamento Geral do Estado; o que significa um autêntico «maná» de milhões e milhões de contos ao inteiro dispor dos governantes madeirenses.

Assim, podemos resumir que, com o **25 de Abril**, os madeirenses muito justamente obtiveram o reconhecimento constitucional de que as condições peculiares da ilha, a sua história, a sua cultura e problemática específica; além dos meios financeiros, necessitavam de modalidades locais de Governo, fortemente descentralizadas e com competências que permitissem decisões políticas e administrativas, tomadas onde se verificam os problemas e com a rapidez necessária à sua solução.

Infelizmente, os nossos governantes não souberam aproveitar as enormes potencialidades e a grande riqueza que a **Autonomia** abriu.

Mas, antes de desenvolver esta tema, queria invocar alguns dos nossos queridos antepassados, que têm sido vergonhosamente esquecidos, pela ânsia dos senhores do PSD em arvorarem-se como da **Autonomia Política Regional**.

Ora, a **Autonomia** nada deve ao PSD, pois desde os finais do Séc. XIX foi concebida, desenvolvida e completamente doutrinalizada por ilustres madeirenses. Já em 1893 o professor José Júlio Rodrigues realizava conferências sobre a **Autonomia** no Teatro de São Carlos, em Lisboa, embora mais ligado ao projecto açoriano. Depois, em 1920, o presidente da Junta Geral do Funchal, dr. Fernando Tolentino Costa, aproveitando a vinda à Madeira do Presidente da República, voltou a definir e reivindicar a **Autonomia Política** para a Região.

A partir desse momento, seguiu-se a iniciativa de associar a campanha autonómica às comemorações do Quinto Centenário do Descobrimento da Madeira, tendo-se salientado a acção doutrinadora dos drs. Pestana Reis, Manuel Passos Freitas, Luís e Henrique Vieira de Castro, José Varela, Vasco Gonçalves Marques, Manuel Pestana Júnior, Quirino de Jesus; do capitão Carlos Frazão Sardinha, do comerciante José Maria Teixeira e do padre católico Fernando Augusto da Silva.

E em plena convulsão fascista, outros madeirenses, com quem me orgulho de ter colaborado e de que saliento os drs. Brito Câmara, Sales Caldeira, Fernando Pais, António Loja, Paulo Sá Brás, e os padres católicos Cruz e Rufino, tiveram a coerência e a coragem de reivindicar a **Autonomia** para a Madeira. Para todos, o mais profundo respeito e a nossa homenagem e gratidão de madeirense.

Mas ia dizendo que hoje, a maioria da população está desencantada com os resultados da **Autonomia**; pois continua adiada a esperança de uma Madeira livre, desenvolvida, democrática, justa e solidária.

Desde logo e pela primeira vez na nossa história, o processo autonómico começou por ser inquinado por bombismo e violências separatistas associado a cruzadas anti-socialistas e anticomunistas e de confronto com as instituições da República.

A Assembleia Regional, através da maioria PSD, transformou-se num dócil instrumento do Governo Regional, abafando a própria fiscalização da acção governativa ou qualquer tentativa de participação da oposição. As coisas chegaram ao ponto de dificultarem a realização de inquéritos, assegurando a impunidade de grandes escândalos, como, por exemplo, o célebre caso das viagens dos deputados.

As próprias instituições de controlo da legalidade, como o Tribunal de Contas, o Tribunal Constitucional e até o ministro da República, são encarados como inimigos e acusados de «forças de bloqueio» à **Autonomia**.

Mas o mais preocupante é que tudo isto vem aliado à escandalosa mancebia entre o PSD e toda a vida e poder regional.

Nada escapa aos Senhores laranja! São as contínuas ingerências do Governo, nas Autarquias e nos Órgãos de Comunicação Social. É o controlo absoluto dos serviços da agricultura, das pescas, da pecuária, das florestas, das indústrias, das obras públicas, energia, transportes e turismo. É a direcção dos Hospitais, as Delegações de Saúde e até dos serviços escolares. Não há nomeação de funcionário público ou das autarquias, sem a benção dos senhores do PSD. Não há adjudicação de obras públicas onde eles não estejam envolvidos. Os gestores e



directores são escolhidos, não por mérito próprio, mas por razões de conveniência política. E até os clubes e associações desportivas, desde o Marítimo ao União e ao Nacional, não escapam à manipulação dos caciques do PSD.

De resto, quem não está acarneirado, quem não exhibe o cartão laranja, arrisca-se a ter problemas. A sobrevivência e a promoção nas carreiras depende da habilidade de não ter iniciativas, nem opinião própria, pois há que calar e servir cegamente o chefe. E o resultado está à vista. A mediocridade é premiada e o servilismo significa promoção!

Mas o défice democrático não é apenas político, mas também económico, social e cultural.

Apesar de tantos fundos, todo o sector produtivo madeirense continua estagnado e mesmo os serviços, nomeadamente o turismo, têm tido um crescimento irregular, perdendo parte da tradicional qualidade e prejudicando o ambiente em certas zonas, como no Lido.

Mas, o problema mais grave é a situação das Finanças, minada por uma monstruosa dívida pública, da ordem dos 150 milhões de contos, ou seja, mais do que o produto interno bruto. Esta situação de falência obrigou o Governo Regional a negociar com o Governo Central um Protocolo de Ajuda e Controlo Financeiro, com o qual saiu pela janela muito da **Autonomia** que as portas de Abril abriram.

Na área social, enquanto meia dúzia de senhores ligados ao PSD enriquecem meteoricamente, a grande maioria da população vive com grandes dificuldades, aumentam as franjas de miséria e cada vez mais a juventude está sem perspectivas de emprego e futuro. Nos próprios bairros sociais proliferam quadros, arranjistas e políticos e exibem-se carros de luxo; enquanto os mais pobres e necessitados vivem em furnas e tugúrios semelhantes. De resto, os principais meios de produção continuam na posse e ao serviço do enriquecimento do grande capital, agora aliado e até subsidiado pelo Governo Regional, ao mesmo tempo que o povo insular assiste, impotente, à perpetuação de fortes carências económicas e culturais.

Daí que muitos madeirenses apregoem que, apesar de algumas transformações de Abril, assistimos a pouco mais do que à substituição do Centralismo do Terreiro do Paço pelo Centralismo da Quinta das Angústias... e que a luta continua...

Plano Hidrológico de Espanha

Uma versão inaceitável

■ António Murteira

1. Interdependência luso-espanhola nos recursos hídricos

A água é indispensável à vida. Com a «explosão» demográfica no Planeta, a água, a sua qualidade, quantidade e armazenamento, constituem cada vez mais opções estratégicas de políticas modernas e de desenvolvimento sustentado.

Portugal dispõe de recursos hídricos suficientes desde que racionalmente aproveitados. Contudo, a distribuição é irregular no espaço e no tempo. No Alentejo os consumos são superiores às disponibilidades. Situação que poderá ser resolvida com o empreendimento de Alqueva, no rio Guadiana.

Precisamos, por isso, de definir uma política nacional de recursos hídricos, que privilegie uma gestão e planeamento por bacia hidrográfica, designadamente nos rios internacionais que partilhámos com Espanha.

«Em Portugal, cerca de 40% dos recursos da água superficiais provêm de Espanha, através das bacias hidrográficas dos rios Minho, Lima, Douro, Tejo e Guadiana». Cerca de 2/3 do território português é abrangido por bacias hidrográficas internacionais.

«Em Espanha é já muito elevado o número de albufeiras com elevado índice de regularização específica (1070 albufeiras), criando capacidade de armazenamento global superior a 50% do escoamento médio anual global.

Espanha com o Plano Hidrológico prevê a criação de 600 mil novos hectares e a construção de 2000 novas barragens nos próximos 20 anos.

Portugal está atrasado e «possui apenas 95 grandes barragens com armazenamento útil total de 5100 milhões de m³, o que corresponde apenas a 9% do escoamento médio anual».

A grande obra que permitirá a Portugal armazenar mais de 4000 milhões de m³, no sul, aproveitando o troço do Guadiana que pelo Convénio de 1968 pertence a Portugal é o empreendimento de Alqueva.

Alqueva, empreendimento estratégico para Portugal, não pode, de forma alguma, ser posto em causa pela incúria de governos portugueses, ou por decisões unilaterais de governos espanhóis, designadamente através da utilização de água do Guadiana que pertence a Portugal, para regadio em Espanha, ou através do Plano Hidrológico Nacional de Espanha, cujos impactos no nosso país só agora começaram a ser conhecidos.

Grave é também que, só agora o país seja informado de que, nos últimos 20 anos, os rios Douro e Tejo perderam cerca de 1/4 dos caudais que vinham de Espanha e o rio Guadiana perdeu 55%, ou seja, mais de metade da água que chegava de Espanha.

Com o Plano Hidrológico Nacional de Espanha (PHNE), os aumentos previstos de consumo naquele país, sobretudo com os novos regadios, até ao ano 2012, o rio Douro perderá 22% da água que vem de Espanha; o rio Tejo 15% (melhorando a partir do ano 2012) e o rio Guadiana sofrerá nova redução de caudal da ordem dos 23%.

A situação é ainda mais preocupante, quanto os «elementos disponíveis» no Plano Hidrológico Nacional de Espanha não permitem avaliar todos os impactos sobre as bacias hidrográficas destes rios, particularmente em anos secos.

A não serem resolvidas estas situações e alterado o Plano Hidrológico de Espanha, a situação seria grave para Portugal e teria repercussões negativas no empreendimento de Alqueva e no Plano de Rega do Alentejo; impactos imprevisíveis nos ecossistemas, com acentuar dos processos de erosão e desertificação, podendo pôr em perigo o futuro de 1/3 do território nacional.

3. Contributos para uma política nacional de recursos hídricos

Os recursos hídricos constituem, em Portugal, a seguir aos recursos humanos, os mais importantes recursos de que dispomos.

Não serve a política governamental de «legislação avulsa» que conduziu à grave situação que acabámos de referir.

O País precisa de uma nova política nacional de recursos hídricos.

— Discussão e definição de uma política nacional de recursos hídricos.

— Elaboração de uma Lei da Água;

— Elaboração do Plano Hidrológico Nacional de Portugal;

— A adopção do conceito de planeamento e gestão integrada por bacia hidrográfica e coordenação a nível das bacias hidrográficas internacionais;

— Adopção de uma política de planeamento e gestão descentralizada e participada, também a nível das instâncias de deci-

são, não só pela administração central, mas também pelas autarquias, utilizadores, comunidade científica e técnica, associações de defesa do ambiente e populações;

— Que Alqueva continue a ser considerado objectivo nacional e prioritário;

— Disponibilização de meios financeiros, científicos, técnicos, de fiscalização, formação e informação suficientes e adequados, para soluções dos graves problemas de poluição dos recursos hídricos;

— Assinatura de novos Convénios Luso-Espanhóis que defendam os interesses nacionais.

4. Propostas apresentadas na Assembleia da República

Participámos no debate sobre recurso hídricos, que teve lugar na Assembleia da República a 21 de Abril de 94.

Durante o debate, apresentámos os contributos do PCP para uma nova política de recursos hídricos e propusemos que a Assembleia da República organize 3 debates nas áreas das Bacias Hidrográficas dos rios Douro, Tejo e Guadiana.

Propusemos também, na Comissão Parlamentar «Luso-Espanhola», que a questão dos recursos hídricos seja prioritária para discussão na III Cimeira Parlamentar «Luso-Espanhola», que decorre em Lisboa a 4, 5 e 6 de Maio de 1994, proposta que mereceu aprovação.

Ainda ontem, em Estrasburgo, por iniciativa de dois deputados da Coligação de Esquerda, um de Espanha e outro de Portugal, na sequência de uma visita de trabalho à região do Vale do Tejo, realizou-se um encontro para troca de opiniões e sugestões e adopção de eventuais iniciativas.

Nota Final

Irresponsabilidade e falta de visão dos governos portugueses e a tomada unilateral de decisões por parte dos governos espanhóis, em matéria de rios internacionais, conduziram à actual situação, muito grave para Portugal.

Os factos obrigam-nos a concluir que o Governo, pela irresponsável política praticada e pela política que desenha para o futuro, não está em condições de conduzir e defender os interesses nacionais nas negociações com Espanha e em matéria de política de recursos hídricos.

É indispensável que a opinião pública e as mais diversas entidades — autarquias, sindicatos, associações de defesa do ambiente, associações de agricultores, comunidades científica e técnica, partidos políticos — exijam uma política de firme defesa e correcta gestão dos recursos hídricos nacionais quer no plano interno, quer nas negociações com Espanha, quer junto da Comunidade Europeia.

2. Portugal não pode aceitar o Plano Hidrológico Nacional de Espanha na sua actual versão

Os impactos conhecidos do PHNE, nas bacias hidrográficas portuguesas dos rios internacionais, são graves e é preciso que o País os conheça e reaja.



A falta de espaço e a multidão de assuntos em que o mundo dos nossos dias se mostra fértil, obrigam-nos a tratar rapidamente algumas das matérias que, de outra maneira, analisaríamos com mais detalhes. Assim...

Capitalismo planetário

Capitalismo de palheiro

■ Manoel Lencastre

1. A tomada do controlo da «Time Communications, Inc.» pela «Bell Atlantic» (30 000 milhões de dólares) constituiu a maior transacção jamais realizada em Wall Street. Mas o negócio foi anulado, a 23 de Fevereiro. Era a primeira vez que uma das grandes operadoras telefónicas de longa distância se aventurava no mercado da informática e das operações cabo/fibras ópticas para a realização de vendas pelo telefone. O cancelamento do «take-over» pelas autoridades financeiras americanas registou-se porque, segundo as mesmas, a «Bell Atlantic» iria imobilizar o equivalente a 2 anos do seu total volume de negócios «pelo prazer de desenvolver um sistema futurista cujos contornos, ritmos de crescimento e mercado não conhecem».

Mas os analistas do sector disseram já que muitos biliões de dólares aguardam a respectiva aplicação em «take-overs» das empresas «cabo» (TV) pelas telefónicas, sem que se saiba se o mercado das vendas de cultura pelo telefone realmente existe. Eles lá sabem...

2. Os mais poderosos grupos do negócio das telecomunicações globais sofreram um golpe rude quando o ministro chinês para as questões daquela actividade decidiu negociar apenas com dois ou três dos referidos grupos, e não com 12. No fim, as preferências do ministro parecem ter ido para a firma francesa «Alcatel-Alsthom, SA», o que explica a visita de Monsieur Balladur a Pequim.

3. O capitalismo, que descobriu a Ásia, só investe em negócios oportunistas, rápidos e seguros, de resultados quase instantâneos e à vista. Não tem tempo para perder com grandes projectos. Para onde, então, vai o dinheiro? Nós explicamos: para os Tapei Business Bank, China Trust, China Development, Chang Kwa Bank, Hua-Nan Commercial Bank, First Bank, Finance One, Cathay Life — tudo na ilha Formosa (Taiwan).

4. As operárias imigradas da indústria de confecções do estado da Califórnia (cerca de 100 000 — salário: 4 dólares/hora) só se convenceram de que eram exploradas pelos respectivos patrões quando viram nas montras dos estabelecimentos de S. Francisco aquilo em que mal podiam acreditar: peças de vestuário por elas próprias fabricadas, mas a preços que rondavam a média de 150 dólares cada.

Decidiram, então, aderir à luta da AIWA (Asian Immigrant Women Advocates) e exigiram substanciais aumentos de salários. Pelo menos, ficaram a conhecer melhor o mundo para onde foram viver.

5. O governo indiano decidiu abrir as portas do país ao investimento estrangeiro. Uma sábia decisão, se se tiver em conta que a Índia carece de desenvolver-se mais para que, na corrida global para o desastre, não fique pelo caminho. Mas quem foi, logo, a correr, instalar-se no país? Os «Pizza-Hut», os «McDonalds», a «Kellogs», a «Adidas» a «Benetton», a «Reebok» e a «Coca-Cola». A indústria da moda também quis estar presente e procedeu à invasão de Bombaim através das «Pierre Cardin», «Gianfranco Ferre», «Hugo Boss». Finalmente, a «Mercedes» e a «BMW» resolveram mandar lá apertar alguns dos seus parafusos. Não surpreende, portanto, que muitos milhares de trabalhadores indianos houvessem organizado poderosos protestos nas ruas de Nova Deli em defesa da produção nacional e contra a invasão do país pelos grandes nomes dos negócios não produtivos do mercado mundial.

Mas foram atacados pela polícia que viu, naqueles protestos, movimentos de oposição à modernização do país. A Índia, dizem os capitalistas, é a primeira democracia do mundo.

6. Nada menos de 120 Bancos haviam evitado o pior, na «Mettalgesellschaft AG», ao «meterem lá» mais 2 milhões de dólares. A «Euro-Disney», também falida, foi salva apenas porque os mesmos Bancos se decidiram a «meter lá», também, outros 1,800 mil milhões de libras. O «Crédit Lyonnais», bem conhecido em Lisboa, foi retirado do caminho da falência porque despediu 38 449 funcionários e porque o ministro francês, Monsieur Edmond Alphandery, decidiu «meter lá» mais 5000 milhões de francos, além de transferir para contas mortas garantidas pelo Estado mais 40 000 milhões, valor de empréstimo anteriores.

Agora, o «Deutsche Bank» acaba de sofrer um profundo golpe ao descobrir que se acha exposto à perda dos valores dos empréstimos que concedera ao grande império da construção, o grupo «Schneider» cujo presidente fugiu — trata-se de uma soma que ainda não está quantificada mas que já se designa como na região dos «multi-biliões de dólares». Disse um dos operários que trabalhava nas obras do «Bartels Hof», em Leipzig: «Aqui estávamos nós, pensando que o grande senhor vindo do Ocidente chegaria com dinheiro e com muitos trabalhos para fazer da nossa cidade um grande lugar. Veja-se, agora, o que sucedeu...»

O que surpreende mais é que este operário se tenha confessado tão admirado.

Não há nada, na verdade, como a experiência das coisas, ao vivo.

7. O director de operações do «The Wall Street Journal» chama-se Joaquim Ferreira da Silva. Uma das jornalistas das páginas de Economia do «Evening Standard», de Londres, chama-se Susana Antunes. Os nomes portugueses, como se vê, estão na moda.

8. Ao local, recentemente visitado pelo novo embaixador dos Estados Unidos, onde milhares de mexicanos acorrem, na esperança da obtenção de vistos de entrada no território americano, dá-se o nome de palheiro.

9. O novo «Litri» foi o grande triunfador, na «Maestranza», da Feira de Sevilha. Mas o presidente do governo, Felipe Gonzalez, e o seu partido socialista (?) conheceram horas amargas, ao mesmo tempo, no Parlamento madrileno. Horas de angústia, hoje, semanas e meses de delírio e dor surgindo já no horizonte, eis o dia-a-dia da vida de Felipe Gonzalez, o maior dos «trionfadores» socialistas (?). A corrupção em Espanha vai dar que falar. E todos nós sabemos que os espanhóis (e as espanholas) têm uma maneira de ser bastante especial: falam muito e falam alto.

A caminho da vitória

Abril, quando a primavera surgia e o esforço de guerra soviético se acercava do auge, produziu momentos de alta importância. A Ucrânia e a Crimeia estavam no caminho da libertação total. Com efeito, a 15 de Abril, o Exército Vermelho entrava em Odessa e, a 9 de Maio, a heróica Sebastopol era finalmente investida por forças da 4.ª frente ucraniana apoiadas por unidades de fuzileiros navais e da esquadra do mar negro. A 12, toda a Crimeia é terra soviética libertada.

Entretanto, o avanço para a libertação da Bielorrússia compreendia o lançamento de três ofensivas principais: a 1.ª Frente do Báltico e a 3.ª Frente Bielorrussa atacariam na direcção de Vilnius, a capital da Lituânia; a 1.ª Frente Bielorrussa (Konstantin Rokossovski) atacaria Baronevithci; a 2.ª Frente Bielorrussa (Zakarov) com o flanco esquerdo da 3.ª e o flanco direito da 1.ª, avançariam sobre Minsk. Mas esta, sob ocupação nazi, transformara-se numa cidade fantasma — morta, sem alma, como sempre acontece nas circunstâncias...

Emigrantes com problemas

(Parte XIII)

O restaurante «A Pérola do Atlântico» passou para a nova gerência. Cipriano Guerreiro e a mulher fizeram as malas e regressaram a Portugal. Ficou-lhes na memória, mas também no coração e no sangue, a cidade de Montreal, um marco indestrutível nas suas novas existências. E Lisboa, que há muitos anos haviam deixado, aparecia-lhes, agora, bem na frente.

O prédio da Rua Dr. António Granjo era, de facto, um bom edifício. Com rapidez venderam todos os andares, menos um do rés-do-chão onde passaram a residir. E o espectro da falência e da miséria, que ameaçadoramente os visitara, já se perdia na distância do tempo. Era preciso, agora, reorganizar a vida. As condições mostravam-se favoráveis. Na realidade, a venda dos andares, em Algés, tal como a do edifício da Rue du Vaugirard, em Montreal, libertara-os, financeiramente, deixara-os em posição próspera. Mas, como viam os olhos argutos e experimentados de Cipriano e de Mariana, a nova Lisboa e o novo Portugal que o 25 de Abril havia criado?

«Não achas os portugueses tão modernizados?», perguntava Mariana quando, sentados no salão principal do apartamento de Algés, enfrentavam a televisão. Cipriano não respondia. Mas a mulher insistia nas suas observações quanto ao Portugal novo.

«E elas? Não reparas nas raparigas que passam nas ruas de Lisboa? Tudo diferente, Cipriano. Nada como no nosso tempo. Não se consegue um táxi, nesta terra. Os restaurantes estão cheios. As pessoas comem bifinhos, preguiños, sopinhas, ao balcão. E o trânsito, Cipriano? Estará rico, finalmente, o nosso Portugal? Não há ninguém que não possua carro. E há tantas religiões novas...»

Cipriano atirou fora o jornal. Tirou a gravata, esticou-se no sofá e rugiu com total desdem. «Religião sempre cá tivemos muita», explicou. E perguntou, dando-se ares filosóficos e recolhendo o jornal uma vez mais: «Não é o nosso país uma terra de santos? Lisboa, não te esqueças, é a terra do bispo Soeiro...»

«Cipriano! Lisboa está cheia de estrangeiros. Não os vês? Às vezes até me julgo nos «boulevards», ou no velho Montreal.»

«Dou-te a minha opinião: esta cidade está conquistada pelos novos bárbaros, mulher. Da antiga maneira de ser do povo de Lisboa, não vejo nada. Só querem imitar os de fora. Perdem as suas próprias qualidades. É tudo superficial, mulher. O que é preciso é ir-se ao encontro das realidades do País. Não vês que só se fala em dinheiro? Portugal está escravizado.»

«Não te percebo...» E Mariana dispunha as chávenas para o café, sobre uma pequena mesa. Ele elevou, de repente, o tom da voz: «Não percebes? Olha, digo-te isto: já começo a estar farto. Até parece que fui reformado. Vim enterrar-me aqui, eu, um homem que viveu no Canadá e conheceu as grandes pradarias, que trabalhou na construção de intermináveis estradas, no Saskatchewan, que fez progressos... Já vi tudo, mulher, tudo! A cidade é pequena. Portugal é pequeno.»

Mariana, uma das chávenas na mão, mal compreendia. Perguntou:

«Já esqueceste aquilo que sofremos recentemente? Não era o teu grande sonho regressar a Portugal? Para isso também fiz sacrifícios. Tive de vender o casaco de peles.»

«Escuta! Meteram neste país um sentir estrangeiro. Não vais às lojas? Todos os produtos são de fora. Então os portugueses já não sabem fazer as suas coisas? Eu, por mim,

para estrangeiro, regresso ao Canadá. Não quero viver na minha terra a atmosfera dos outros. Na televisão é tudo americano. Na rádio só dão música sem sentido. E a juventude vai atrás disto! O que é feito, mulher, do 25 de Abril? A que ficou reduzida essa data em que pela primeira vez senti orgulho em ser português? Sabes, Mariana, que os estrangeiros tiveram medo, muito medo, do nosso 25 de Abril?»

O 25 de Abril em Luanda

■ Henrique Mota

Seriam cerca de 9 horas da manhã quando a minha companheira, ao tempo funcionária da Refinaria de Petróleos em Luanda, me telefonou anunciando que tinha havido «qualquer coisa» em Lisboa, porquanto alguns geólogos belgas em serviço na dita Refinaria haviam escutado uma emissão de rádio francesa, que sem precisar, falava num levantamento militar na capital portuguesa.

É evidente que fiquei alvoroçado e de telefonema em telefonema nada mais apanhei de outros camaradas, alguns dos quais nem sequer haviam ouvido falar em tal. Nessa manhã, esperei ansiosamente pela emissão das 12.30 horas da Rádio Brazzaville, escuta obrigatória para quem tinha necessidade de manter viva a esperança no evoluir da luta dos nacionalistas do MPLA pela libertação da Pátria Angolana.

A vida em Luanda continuava com o bulício do costume e nem uma rápida visita ao camarada Felizberto da «LELLO» nos deu qualquer nova, o que nos levava a pensar que certamente e na melhor das hipóteses o que teria havido não seria mais do que uma 2ª edição do levantamento das Caldas, abortado no mês anterior.

Às 12.30 h de ouvido no rádio, escutámos as vozes inconfundíveis da Maria da Graça Pessoa e do José Abreu que, através das antenas da Rádio Brazzaville, nos iam dando conta do evoluir da luta na parte Leste do Território, e de Portugal, a insípida informação de que em Lisboa entre boatos e meias verdades teria havido um levantamento militar não lhes sendo possível naquele momento adiantar mais. Foi a decepção. No entanto, lá bem no fundo do nosso imaginário, íamos arquitetando as mais variadas hipóteses onde a PIDE ia saindo vencedora com maior ou menor dificuldade. O tempo que nos separava da emissão das 17 horas da Rádio Moscovo pareceu-nos uma eternidade.

Durante a tarde, procurámos a amigos novas informações, mas nada. À hora solene do sempre desejado «Fala Moscovo» eis que nos chegam as primeiras e precisas notícias sobre o glorioso Movimento dos Capitães. Naquele instante, o impacto foi tão grande que, apesar de não ser ainda conhecida a rendição do Governo e da PIDE, apetecia-nos rir e chorar, tal a comoção. À nossa mente começaram a aflorar, sempre num fluxo crescente, as mais variadas ideias, onde entravam o Zé Mingas, o Lisboa, o Hermínio Escórcio e tantos outros patriotas que, prisioneiros nos confins do território, pagavam pelo «crime» de serem Angolanos ávidos pela libertação da sua terra; naquela noite o quadrante da telefonia era um céu aberto à ânsia de saber mais e mais notícias do que por Portugal se ia passando.

*
* *

O dia 26 foi de contactos com outros camaradas que por canais diferentes iam recebendo notícias do 25 de Abril; no entanto, uma dúvida persistia — e a PIDE? Será que não irão desmantelar a Polícia Política?

Com o passar das horas e a precisão das informações, dos contactos em segredo, passámos a falar mais abertamente e até a Emissora Oficial na noite de 26 transmitiu o «Grândola Vila Morena» como a indicar que as coisas iam de feição em Lisboa.

Mas a PIDE/DGS, essa, não desarmava, e o nosso receio começava a fundamentar-se no comportamento de numerosos colonos que desde longa data sonhavam com uma Angola independente «tipo Rodésia». Seria a negação da luta armada, com o perpetuar da exploração.

A 27 e 28 de Abril as notícias começam a percorrer a capital angolana; desde fugas de pides a reuniões de ultras, passando pela crescente alegria da população anónima que via na Revolução Portuguesa a abertura para uma Angola nova.

A 29, pela manhã, o Felisberto informa-me que «os colonos» iriam manifestar-se nessa tarde no Largo Afonso Henriques, junto à «Casa Americana», em apoio ao Governo da Província, agora representado por Soares Carneiro, já que o titular havia sido chamado a Lisboa. Falámos demoradamente sobre os interesses dos adeptos de uma Angola «à Ian Smith». Nessa tarde entre o ir «espreitar» a manifestação dos colonos e ir treinar ao Estádio dos Coqueiros, optámos pela segunda solução já que estávamos em vésperas de mais um «Moçambique-Angola» em atletismo, o que veio a acontecer a 6 de Maio na capital moçambicana.

Decorria o treino na costumada normalidade quando à pista nos chegam os clamores de uma multidão que, defronte do Palácio do Governo, a pouco mais de 200 metros, se manifestava, dando vivas a Portugal e a Angola portuguesa. Era o culminar da manifestação iniciada no Largo Afonso Henriques e que os seus promotores entenderam dever prolongar às Portas do Governo Geral.

Rapidamente recolhemos às cabinas e sem sequer tomarmos o necessário banho, decidimos ir dar uma espreitadela à dita «manif.» embora aquela não fosse de facto a da «nossa gente». Íamos a sair do Estádio e os vivas ao governador e a Portugal a entrarem-nos nos ouvidos. Então, apercebemo-nos o que tudo aquilo significava e decidimos passar de «observador» a «interviente». Fomos à Associação de Atletismo que funcionava por debaixo da Bancada Central e convencemos o «Velho Rato» (Elvino Tadeu Bastos de seu nome) a emprestar-nos o megafone que era utilizado

para as provas da modalidade. O Velho Benguelense ainda nos atirou com um: — cuidado com eles!, a lembrar-nos que a estrutura da PIDE/DGS continuava de pé com a sede a menos de 300 metros do largo onde decorria a manifestação.

*
* *

O largo fronteiro ao Palácio estava literalmente cheio de uma multidão ruidosa composta maioritariamente por europeus. De mãos e calças sujas do barro vermelho da Barrosa que acabava de escalar, dificultado pelo transporte numa das mãos do megafone, ainda cheguei a tempo de

ouvir os últimos versos de «A Portuguesa» com que a multidão «brindou» o encarregado do governo Soares Carneiro que de uma das varandas agradecia, após tão «patriótica» manifestação de portuguesismo.

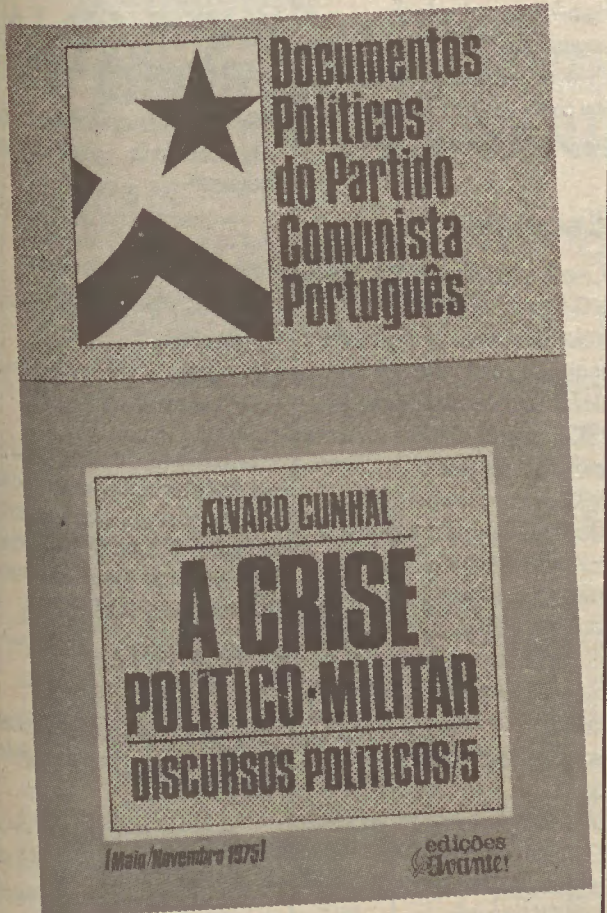
Num relance, fácil foi entender onde estavam os que, embora portugueses, ansiavam por uma Angola livre e sem exploradores.

Foi junto a esse grupo de gente conhecida (estou a recordar-me da Raquel Constâncio, agora na Marinha Grande) que utilizando o megafone de que dispunha, comecei a lançar apelos ao então coronel Soares Carneiro para que voltasse à varanda. Então, o que até ali havia sido uma manifestação de «fervor patriótico», transformou-se num firme apelo à «Autonomia do Povo Angolano», à «Liberdade imediata dos presos políticos», ao «Abaixo a ditadura».

O nosso grupo foi engrossando, e o entusiasmo foi subindo com a adesão de mais e mais manifestantes; agora, os angolanos, como que surgindo do chão, se nos juntavam aplaudindo a nossa (sua voz); faziam a diferença.

O coronel Soares Carneiro voltou à varanda, obrigado que foi pelo entusiasmo daquela gente a ouvir o que de facto era importante e urgente.

Apelou-se, exigiu-se, e no fim quando os europeus «amantes da saudosa senhora» começaram a dispersar, aque-la nossa gente, anónima, cheia de dor no corpo e na alma, deu as mãos e gritou a sua alegria pelo nascer do sol, cantado nos versos de Agostinho Neto e Viriato Cruz. Era o 25 de Abril em Luanda.



Álvaro Cunhal

A Crise Político-Militar

(Discursos Políticos/5)

Preço: 577\$50

Os discursos de Álvaro Cunhal traduzem os esforços incansavelmente desenvolvidos pelo PCP para uma solução política da crise que ameaçava o prosseguimento da revolução portuguesa. A sua intervenção na Reunião do Comité Central em 10 de Agosto de 1975, neste livro publicada pela primeira vez integralmente, é um claro desmentido das insinuações, deformações e calúnias propagandeadas, ontem e hoje, por todos aqueles que estão apostados em deter e fazer retroceder a marcha do povo português para a democracia e o socialismo.

edições
Avante!



Invariavelmente

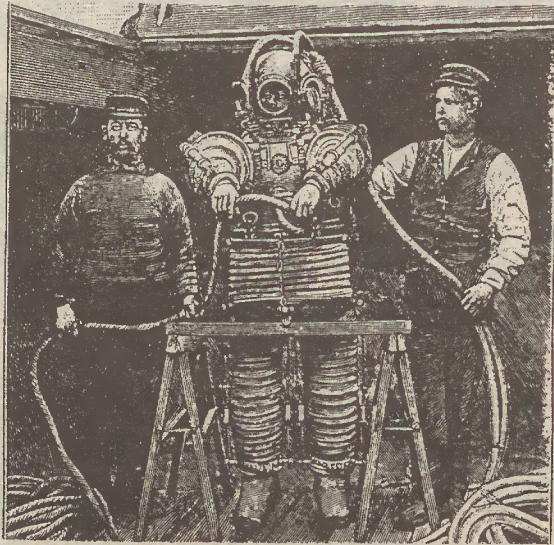
Escrevia um dia destes Miguel Sousa Tavares, em artigo no "Público": "De Cuba do Alentejo a Saint-Denis, um PC português é absolutamente inconfundível: tem, invariavelmente, mais de 50 anos, veste-se como se tivesse um conflito pessoal com as roupas e, excepto se estiver só entre eles, não consegue disfarçar um ódio entranhado por tudo o que o cerca, desde as pessoas ao mundo que o rodeia". Em contrapartida,

Miguel Sousa Tavares demonstra um ódio tão entranhado pelos comunistas, que vai ao ponto de raciocinar como se tivesse um conflito pessoal com a inteligência. Imagine-se o estado a que chegará quando tiver, invariavelmente, mais de 50 anos!

Mudanças

José Eduardo Moniz vai sair da RTP numa maneira curiosa: empunhando um contrato milionário, passa a trabalhar em exclusividade para a televisão do Estado mas... de fora para dentro, ou seja, como "privado" em "colaboração exclusiva". Mas a grande surpresa veio com quem o passa a substituir no topo da informação da RTP: imagine-se que se trata de um jornalista da delegação do Porto

PONTOS CARDEAIS



conhecido por ser... um indefectível do PSD! E esta, hein?

Pontes

Ainda a ponte Montijo-Lisboa não começou a ser construída e já o escândalo a ameaça. O consórcio derrotado no

concurso para a sua construção e exploração (a Pontejo) considera que o relatório oficial que deu a vitória aos seus adversários (a Lusoponte) enferma de "erros grosseiros estranhos", nomeadamente porque a sua proposta previa portagens cerca de 7% inferiores e o prazo de

concessão poderia ser mais curto do que o dos seus adversários. Pelos vistos, muita água ainda vai correr debaixo desta ponte, mesmo antes dela lá estar...

Escutas I

Com surpreendente celeridade, o Governo PSD desatou a anunciar pedidos de inquérito a torto e a direito sobre o Serviço de Informações de Segurança (SIS), quando estalou o escândalo das escutas telefónicas na Procuradoria Geral da República, o qual já teve novos desenvolvimentos com outras alegadas escutas e vigilâncias feitas ao Procurador da República na Madeira. Sabendo-se que o SIS depende directamente do Governo, será interessante saber quem escuta quem. Mas antes disso iremos ver se o Governo "escuta" os seus próprios pedidos de inquérito... e os faz executar.

FRASES da SEMANA

"Se Cavaco se candidatasse na Escandinávia perdia as eleições."

(João Salgueiro - «Semanário», 30.04.94)

"Não sou a ministra da Educação da Suécia."

(Manuela Ferreira Leite - «Semanário», 30.04.94)

"Ao escolher a via da concorrência com as estações privadas, e ao sair da direcção num momento em que a RTP perde audiências, José Eduardo Moniz sai como um derrotado."

(Editorial - «Expresso», 30.04.94)

"No futuro, os grandes comunicadores vão ser independentes das empresas."

(Freitas Cruz, Presidente do CA da RTP, a propósito da rescisão «amigável» de José Eduardo Moniz, citado em «Expresso», 30.04.94)

"Final, era contra a subversão comunista que agia a DGS e está por fazer o balanço isento dos seus proclamados excessos ou violências."

(Silva Resende - «O Dia», 28.04.94)

"Manuel Brito, um editor, denunciou, alarmado, no PÚBLICO do dia 14, o perigo que corria a educação dos seus filhos por causa do programa. O comovido desta carta só tem paralelo com a emoção do inspector-adjunto Oscar Cardoso a falar da sua mãe."

(José A. Salvador, autor do programa «PIDE/DGS, Polícia sem Lei» - «Público», 29.04.94)

"Oscar Cardoso é inspector reformado da Administração Pública Portuguesa e, entre os qualificativos que o jornalismo audiovisual ainda exige, o de inspector era, em meu entender, o mais ajustado. Se tivesse de moderar de novo o mesmo debate, adoptaria exactamente a mesma postura e o mesmo tratamento."

(Emídio Rangel - director de informação e programas da SIC - «Público», 29.04.94)

"A estação de televisão que difundiu essas peças prova, mais uma vez, que existe como veículo informativo que actua apenas por critérios de interesse jornalístico e no mais estrito respeito pela verdade histórica."

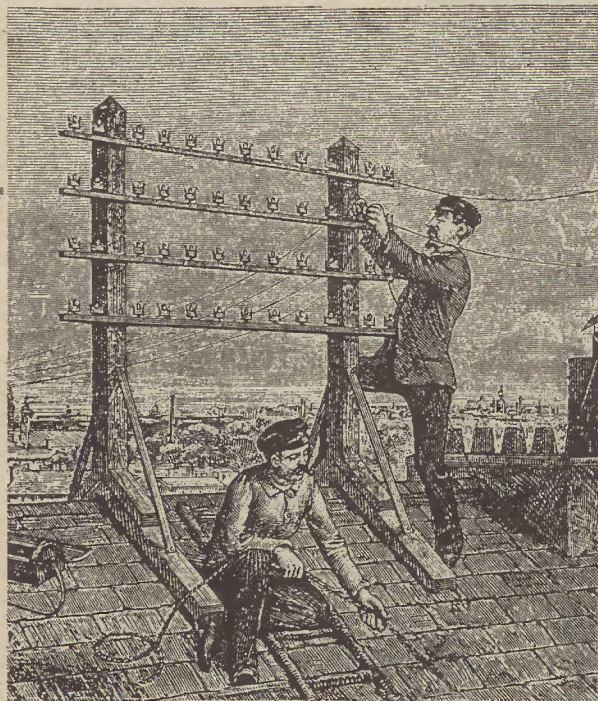
(idem)

"Existe uma razão simples para esta orgia de emoções. Ninguém ignora que o 25 de Abril foi celebrado pela última vez."

(Vasco Pulido Valente - «O Independente», 29.04.94)

"Quanto aos toiros (...) o que tinha "trapio" não tinha bravura e o que teve bravura não tinha "trapio", visto que do lote só o bisco teve som."

(Domingos Costa Xavier, crónica «Sobre Toiros» - «Público», 1.05.94)



Teatro Rapidinho

Chapéus

Ministro — A nossa democracia vive em plena segurança.

Secretário — Gozamos de completa liberdade.

Subsecret. — Tudo fazemos pelo seguro. Podeis dormir.

Sec. Adjunto — Liberdades e garantias, tudo garantimos.

Um Deputado — Isto é tudo gente séria!

Todos (em coro) — Ó liberdades! Ó garantias! Vai tudo bem, vai tudo bem. Podemos dar a nossa palavra. Podemos até dar todas as palavras. E se alguém não concordar conosco, faça o favor de se levantar!

Acto II

Ministro — Bem, escusavam de se levantar todos. Bastava um. Não queríamos que se incomodassem. Infelizmente, só um pode falar, embora evidentemente todos tenham essa garantia. Diga lá.

Espectador — Há muito tempo que se apresentam indícios de vigilância sobre os cidadãos. Estudantes, sindicatos, outras organizações.

Ministro — Pura especulação!

Espectador — Temos agora o caso do microfone na Procuradoria.

Ministro — Espere um pouco. Está a insinuar que os serviços secretos fazem escutas ilegais...

Espectador — O microfone estava lá.

Ministro — Vamos provar que em Portugal não existem escutas. Atenção ao terceiro acto.

Acto III

Primeiro actor no palco — Sou pasteleiro e declaro que o meu telefone não está sob escuta.

Segundo actor — Sou florista. O meu telefone não está sob escuta.

Terceiro actor — Sou vendedeira na praça. Ao telefone digo tudo o que me apetece.

Quarto actor — Peço esmola na igreja de S. Domingos e declaro que o meu telefone não está sob escuta. Aliás, nem tenho telefone.

Ministro — Estes testemunhos são mais que suficientes para provar as liberdades e garantias. O microfone do Procurador? Ora, ora! Microfones há muitos, como os chapéus do Vasco Santana!

PONTOS NATURAIS

Crónica

Teleportugal

Na Alemanha, a economia começa a ficar de rastros. São escuros os tempos que se aproximam, há cortes substanciais na Saúde, na Assistência.

A Suécia atravessa o pior período da sua História, com o desemprego a saltar a fasquia dos 14 por cento.

Na Espanha, em cada 100 trabalhadores, 24 estão sin trabajo. Na Inglaterra, as coisas pareciam melhorar, mas, de repente, as coisas começaram outra vez a dar para o torto.

Em França, o chomage é uma desgraça. E em Itália? Na Itália, minha mãe, aquilo é um sufoco.

A Bélgica está à beira de um ataque de nervos. Na Holanda, anda o diabo à solta. Só mesmo os diques e as dunas se vão aguentando.

E em Portugal? Em Portugal, uma criança matou o pai. A mãe matou o filho. O marido matou a mulher e enterrou-a ao pé da porta de casa. A velhinha é maltratada num lar para idosos. O choque em cadeia de treze automóveis, por causa do granizo. Cavaco esteve em. Guterres afirmou. Monteiro declarou. Liberato disse. Fora isso, tudo bem.

Na pista da memória

Poema

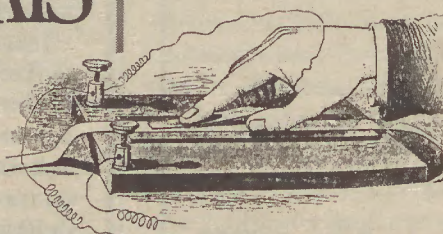
Traz tanto ódio dentro do vagão do amor tanto tédio alimenta a raiz da alegria que é natural, amor, que a tristeza demore sobre o nosso telhado, uma nuvem sombria.

Nem um dia sequer, nem no dia mais negro, se encerrou para nós a janela da esperança: era impossível ser, com tantos olhos, cego e, tendo tantas mãos, perder a confiança.

Mas vem sempre atrasada a palavra devida: tão agreste este chão, tão fechado este céu... que «é noite» diz por vezes a canção, e a vida vai a estrofe no meio, amanheceu.

(Vasco da Costa Marques, «O Mundo é Possível», que a PIDE apreendeu em 1961)

Mário Castro



Escutas II

Consta que o Governo encomendou a centros de investigação portugueses um projecto de equipamento que permita codificar as chamadas telefónicas e a transmissão de faxes entre os organismos e as entidades mais "sensíveis" do Estado, pondo-as ao abrigo de escutas.

Vamos lá a ver quem é que, desta vez, "escutou" isto.

O bom e o vilão

Os Estados Unidos da América são peritos a fazer ídolos e construir lendas, normalmente por morte mais ou menos accidental, como aconteceu com James Dean e Marilyn Monroe, ou mesmo por assassinio, como sucedeu com John Kennedy e Che Guevara. A novidade surgiu agora com a morte do ex-presidente Nixon, que havia sido tornado numa lenda de corrupção e malvezes democrática quando do escândalo de Watergate e agora, depois de morto, se está a transformar num poço de virtudes, na boca dos laudatórios oficiais. É caso para se dizer que o conhecido maniqueísmo norte-americano está a ir longe de mais. Não bastava elevarem aos paroxismos da fama tanto os "bons" como os "maus" eleitos pelas voltas da sua história, como agora até reúnem tão definitivas e antagónicas classificações na mesma pessoa!

Reuniões e plenários

CASCAIS

Reunião dos militantes do Partido que trabalham na Câmara e Serviços Municipalizados, para discussão da situação política e na Câmara e Jornada de Luta de 19 de Maio: terça-feira, dia 10, às 16.30, com a participação do vereador Carlos Sota.
S. Domingos de Rana - Plenário de militantes, para discussão da situação social e política e das eleições para o Parlamento Europeu: domingo, dia 8, às 15.30, no Centro de Trabalho de Tires, com a participação do camarada Euclides Pereira.

LISBOA

2ª Assembleia da Zona Norte de Freguesias de Lisboa: sábado, 7, a partir das 15.00, no Centro Cultural João das Regras (sede da JF de S. Domingos de Benfica), com a participação do camarada Aurélio Santos.

Freguesia dos Prazeres - Convívio, com exibição do filme "A Fuga", de Luís Rocha. Debate. Na Sociedade "Ordem e Progresso" (R. do Conde, 77, 1º), sexta-feira, dia 6, a partir das 21.00.

Freguesia de Santo Condestável - Almoço-convívio na Filarmónica Verdi (R. Arco do Carvalhão): sábado, dia 7, às 13.00. Participa o camarada José Tavares.
Encontro dos eleitos do PCP na freguesia de Campolide com a população de Cascais e de Bela Flor: domingo, dia 8, às 10.00 junto ao "Santana", às 11.30 junto ao "Casalheira".

OEIRAS

Queijas - Plenário dos militantes do PCP residentes na freguesia, com a participação do camarada António Dimas: sábado, dia 7, às 15.00, no Centro de Trabalho.

Linda-a-Velha - Almoço-convívio promovido pela Organização de Freguesia no Centro de Trabalho de Algés: sábado, dia 7, com a participação do camarada Carlos Chaparro.

Carnaxide - Almoço-convívio no Centro de Trabalho: domingo, dia 8.

TORRES VEDRAS

Plenário de militantes das freguesias de S. Pedro e Sta. Maria para discussão da situação política e social e preparação da próxima Assembleia da Organização: sexta, dia 6, às 21.30, no Centro de Trabalho de Torres Vedras.

AMADORA

Encontro do Secretário-Geral do PCP
CARLOS CARVALHAS

com a população
da BRANDOA

Sábado, às 11h, no Largo 1º de Maio

GUIMARÃES

5ª ASSEMBLEIA

DA ORGANIZAÇÃO CONCELHIA

1. Relatório de Actividades e perspectivas de trabalho para os próximos dois anos
2. Eleição da Comissão Concelhia

Sábado, 7 de Maio, a partir das 15.00,
na Esc. Prep. Prof. João Meira
com a participação do camarada

Agostinho Lopes

Sexta-feira, dia 6, às 20.00
no Centro de Trabalho Vitória

Jantar-convívio do Sector de Transportes de Lisboa

com a participação do camarada
ÁLVARO CUNHAL

AVEIRO

O AMBIENTE NO DISTRITO

Reunião Distrital promovida
pela DORAV

Sábado, dia 7, 15h, Hotel Meia-Lua - Ovar

com a participação de

António Murteira

PORTO

"Segurança Social - direito
constitucional para todos"

Debate promovido pela DORP com a
participação de

Maria do Carmo Tavares
Emídio Ribeiro

Sexta-feira, dia 6, JF Sto. Ildefonso

BELMONT

Colóquio
**CONSEQUÊNCIAS
DO GATT
NOS LANIFÍCIOS
E VESTUÁRIO**



com

Sérgio Ribeiro - António Lopes - Armando Morais
Manuel Freitas - Carlos Vale - Luís Garra
Prof. Dr. Luís Lourenço

Junta de Freguesia de Belmonte - Sábado, às 17h.

GAIA

Sessão pública da CDU

"O Parlamento Europeu e os interesses locais"

com a participação de

Honório Novo

Sábado, dia 7, às 15h, na Sala da Liga das Ass. de Socorros Mútuos
(R. Marquês Sá da Bandeira, 344)

FIGUEIRA DA FOZ

Joaquim Miranda

No próximo fim de semana - sábado e domingo - o actual deputado e também candidato da CDU ao próximo Parlamento Europeu participa em várias iniciativas ligadas às áreas da agricultura e pescas. No programa de trabalho, incluem-se as seguintes manifestações públicas: no sábado, sessão pública sobre Pescas no Largo dos Pescadores, em Leirosa (às 17.30) e debate sobre as eleições para o PE no Hotel Costa de Prata, na Figueira da Foz (às 21.30); no domingo, Joaquim Miranda participa num colóquio subordinado ao tema "Que Futuro para as Pescas no quadro da União Europeia", a realizar, às 11.00, na Junta de Freguesia de Buarcos, e num almoço de Matança do Porco que terá lugar no Centro Recreativo e Associativo de Sto. Amaro da Boiça.

Excursão

BALEIZÃO

organizada pela Com. de Freg. de Arrentela
por ocasião da homenagem a Catarina Eufémia
(dia 22 de Maio)

Inscrições no CT de Arrentela

CPPC - Conselho Português para a Paz e Cooperação



EXCURSÃO A CUBA

EMBAIXADA DE PAZ E DE SOLIDARIEDADE
JULHO, AGOSTO E SETEMBRO
15 dias

Viagem organizada em colaboração com o Movimento Cubano para a Defesa e Soberania dos Povos, que proporcionará um programa cultural e político

Viagem de avião Lisboa/Havana/Lisboa,
regime de meia pensão em
Hotéis de *** e ****
deslocações internas autopulman

Visitas a Havana, Cienfuegos (ou outra cidade na região),
Trinidad e Varadero (zona balnear)

Inscrição prévia e outras informações:

Casa da Paz
Rua Rodrigo da Fonseca, 56 - 2º 1200 LISBOA
Telef. 3863375 - fax 3863221

RALI PAPER

da célula do BPA



PROGRAMA

- 9.30 - CONCENTRAÇÃO/ CENTRO SUL
- 9.45 - PARTIDA DO 1º CONCORRENTE
- 13.15 - ALMOÇO EXPO e CLASS. DOS BOLOS EM CONCURSO.
- 15.00 - 1º DESFILE DE AVENTAIS UNISERO -AVENTAL "D'ORO 94"
- CAMPEONATO MATRAQUILHOS
- 18.00 - FINAL DO CAMP. MATRAQUILHOS
- PASSAGEM FINAL D' AVENTAIS
- 18.15 - DISTRIBUIÇÃO DE PRÉMIOS

Sábado, 7

Meta e confraternização:
Q. da ATALAIA

PROGRAMAÇÃO

Quinta, 5

CANAL 1

- 08.00 Rua Sésamo
- 08.30 Informação
- 08.35 Grandes Tormentos
- 09.00 Bom Dia
- 11.40 Culinária
- 12.05 Perigosas Peruas
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Kung Fu
- 14.30 Vizinhos
- 15.00 Ponto por Ponto
- 15.45 Clube Paraíso
- 16.15 Crime, Disse Ela
- 17.00 Edera
- 18.00 Caderno Diário
- 18.10 Ana Raio e Zé Trovão
- 19.00 Lotaria Nacional
- 19.05 Com a Verdade m' Enganas
- 19.50 RTP - Financial Times
- 20.00 Telejornal
- 20.30 Mandala
- 21.30 Fera Ferida
- 22.30 Isto... Só Vídeo
- 23.05 Os Inocentes
- 23.35 Caloiros

Sexta, 6

CANAL 1

- 08.00 Rua Sésamo
- 08.35 «Mad Dog Gang»
- 09.00 Bom Dia
- 11.40 Culinária
- 12.05 Perigosas Peruas
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.40 Kung Fu
- 14.30 Vizinhos
- 15.00 Ponto por Ponto
- 15.45 Clube Paraíso
- 16.15 Crime, Disse Ela
- 17.05 Edera
- 18.10 Ana Raio e Zé Trovão
- 19.00 Com a Verdade m' Enganas
- 19.50 RTP/Financial Times
- 20.00 Telejornal
- 20.30 Mandala
- 21.30 Fera Ferida
- 22.30 Concurso "1, 2, 3"
- 24.00 24 Horas
- 00.40 Picasso Trigger
- (ver «Filmes na TV»)

TV 2

- 12.00 Infantil
- 12.50 África Viva
- 13.50 Regresso à Natureza
- 14.40 Segredos do Mundo
- 15.00 Infantil
- 16.00 Caça ao Homem
- (ver «Filmes na TV»)

Sábado, 7

CANAL 1

- 08.00 Programa Infantil/Juvenil
- 12.20 Luta Livre Americana
- 13.00 Notícias
- 13.10 Parlamento
- 14.00 Clube Disney
- 15.25 Emoções Fortes
- 16.00 Os Assaltantes do Tempo
- (ver «Filmes na TV»)
- 17.35 Beverly Hills 90210
- 17.45 Made in Portugal
- 18.20 Palavra Puxa Palavra
- 19.45 Totoloto
- 20.00 Jornal de Sábado

Domingo, 8

CANAL 1

- 08.00 Programa Infantil / Juvenil
- 12.30 Sem Limites
- 13.00 Notícias
- 13.10 Blossom
- 13.40 Top +
- 14.30 Dinossauros
- 15.00 Missão Impossível
- 15.45 Os Ases do Oeste
- (ver «Filmes na TV»)
- 16.45 Você Decide
- 18.45 Simpsons
- 19.15 Eu Tenho Dois Amores
- 19.45 Joker

Segunda, 9

CANAL 1

- 08.00 Rua Sésamo
- 08.35 Grandes Tormentos
- 09.00 Bom Dia
- 11.40 Culinária
- 12.00 Informação
- 12.05 Perigosas Peruas
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.40 Kung Fu
- 14.30 Vizinhos
- 15.00 Ponto por Ponto
- 15.45 Clube Paraíso
- 16.15 Crime, Disse Ela
- 17.05 Edera
- 18.00 Caderno Diário
- 18.10 Ana Raio e Zé Trovão
- 19.00 Com a Verdade M' Enganas
- 19.50 RTP - Financial Times
- 20.00 Telejornal
- 20.30 Mandala
- 21.35 Fera Ferida
- 22.30 A Filha da Cornélia



«Histórias de Ópera», uma série notável, meio perdida na hora do almoço de quarta-feira. Na TV2

Terça, 10

CANAL 1

- 08.00 Rua Sésamo
- 08.35 Grandes Tormentos
- 09.00 Bom Dia
- 11.40 Culinária
- 12.05 Perigosas Peruas
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.40 Kung Fu
- 14.30 Vizinhos
- 15.00 Ponto por Ponto
- 15.45 Clube Paraíso
- 16.15 Crime, Disse Ela
- 17.00 Edera
- 18.10 Ana Raio e Zé Trovão
- 19.00 Com a Verdade M' Enganas
- 19.50 RTP-Financial Times
- 20.00 Telejornal
- 20.30 Mandala
- 21.30 Fera Ferida
- 22.30 A Filha da Cornélia
- 23.45 As Teias da Lei
- 00.40 24 Horas
- 01.20 Missão de Ataque
- (ver «Filmes na TV»)

TV 2

- 12.00 Infantil
- 12.50 Para Além do Ano 2000
- 13.50 Regresso à Natureza
- 14.40 Dossier Terra
- 15.05 Infantil
- 15.35 Corpo Sem Alma
- (ver «Filmes na TV»)
- 17.05 Um, Dó, Lí, Tá
- 18.05 Irei para Longe
- 19.10 Magazine «Viver com Saúde»
- 19.40 Rotações
- 20.45 Futebol: União da Madeira-F.C.Porto
- 23.00 TV2 Jornal
- 23.30 Financial Times
- 23.40 Eureka
- (ver «Filmes na TV»)
- 01.45 Remate
- 02.00 O Mestre e Margarida
- 02.55 Amazónia

SIC

- 12.00 E o Resto é Conversa
- 13.00 Notícias
- 13.10 Sassá Mutema
- 14.00 Os Donos da Bola
- 14.15 Futebol
- 16.15 E o Resto é Conversa
- 17.05 Notícias
- 17.20 O Mapa da Mina
- 18.55 Praça Pública
- 19.25 O Juiz Decide
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.40 Mulheres de Areia
- 21.30 Pronto a Vestir Paris 94
- 21.40 Cenas de Um Casamento
- 22.30 20 Anos - 20 Nomes
- 23.35 Último Jornal
- 23.55 Os Donos da Bola
- 01.05 Família do Senador
- 01.35 O Detective Americano

QUATRO

- 12.00 Esquadrão Classe A
- 12.50 Telhados de Vidro
- 13.20 Olá, Cristina!
- 13.30 Dama de Rosa
- 14.30 Uma Casa na Pradaria
- 15.15 Encontro
- 15.50 Um Dia a Casa Cai
- 16.40 A Casa do Tio Carlos
- 17.25 Quem Sai aos Seus
- 17.50 Topázio
- 18.30 Estrela
- 19.25 Informação Quatro
- 20.00 O Justiceiro
- 20.55 Pedidos e Achados
- 21.30 A Contagem Final
- (ver «Filmes na TV»)
- 23.30 Anúncios do Outro Mundo
- 00.25 Informação
- 00.25 Na Mira do Crime

Quarta, 11

CANAL 1

- 08.00 Rua Sésamo
- 08.30 Informação
- 08.35 Grandes Tormentos
- 09.00 Bom Dia
- 11.40 Culinária
- 12.05 Perigosas Peruas
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Kung Fu
- 14.30 Vizinhos
- 15.00 Ponto por Ponto
- 15.40 Clube Paraíso
- 16.10 Crime, Disse Ela
- 17.05 Edera
- 18.00 Caderno Diário
- 18.10 Ana Raio e Zé Trovão
- 19.00 Com a Verdade M' Enganas
- 19.50 RTP-Financial Times
- 20.00 Telejornal
- 20.30 Mandala
- 21.30 Fera Ferida
- 22.30 Vamos Jogar no Totobola
- 22.40 Ricochete
- (ver «Filmes na TV»)
- 00.25 24 Horas
- 01.05 Fogo da Vingança
- (ver «Filmes na TV»)

TV 2

- 12.00 Infantil
- 12.50 Opera Stories
- 13.50 Regresso à Natureza
- 14.40 O Mar e a Terra
- 15.10 Infantil
- 16.10 Perigo nas Sombras
- (ver «Filmes na TV»)
- 18.00 Um, Dó, Lí, Tá
- 18.50 Irei para Longe
- 19.45 Realce
- 20.15 Domingo Sangrento
- 21.15 Desenhos Animados
- 21.30 TV2 Jornal
- 22.00 RTP/Financial Times
- 22.10 Grande Noite
- 23.10 Remate
- 23.20 Quem Fala Assim
- 00.15 Amazónia
- 01.00 Magazine «Ver Artes»

SIC

- 12.00 E o Resto é Conversa
- 13.00 Notícias
- 13.10 Sassá Mutema
- 14.00 Os Donos da Bola
- 14.15 Futebol
- 16.15 E o Resto é Conversa
- 17.05 Notícias
- 17.20 O Mapa da Mina
- 18.55 Praça Pública
- 19.25 O Juiz Decide
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.40 Mulheres de Areia
- 21.30 Pronto a Vestir Paris 94
- 21.40 Perdoar-me
- 22.40 A Brincar, a Brincar
- 23.10 De Boca em Boca
- 23.45 Último Jornal
- 00.05 Os Donos da Bola
- 00.15 Internacional Sic
- 00.45 O Detective Americano

QUATRO

- 12.00 Esquadrão Classe A
- 12.50 Telhados de Vidro
- 13.20 Olá, Cristina!
- 13.30 Dama de Rosa
- 14.30 Uma Casa na Pradaria
- 15.15 Encontro
- 15.50 Um Dia a Casa Cai
- 16.40 A Casa do Tio Carlos
- 17.25 Quem Sai aos Seus
- 17.50 Topázio
- 18.30 Estrela
- 19.25 Informação Quatro
- 20.00 O Justiceiro
- 21.00 Passados dos Carretos
- 21.40 Queridos Inimigos
- 23.40 Telemotor
- 00.10 Informação
- 00.35 Na Mira do Crime



Quase tantas quanto os concursos, as séries «Jovens»...

Júlio Pereira num espectáculo do ano passado no S. Luís: sexta à noite na TV2

- 00.25 24 Horas
- 01.05 Passagem para a Glória
- (ver «Filmes na TV»)

TV 2

- 12.00 Infantil
- 12.50 Os Caminhos da Arte
- 13.50 Regresso à Natureza
- 14.40 A Caminho com Ulisses
- 15.10 Infantil
- 16.30 Aquila, o Sol
- (ver «Filmes na TV»)
- 17.50 Um, Dó, Lí, Tá
- 18.50 Irei para Longe
- 19.40 Magazine «Ecologia/Ciência»
- 20.15 O Clima de Mudança
- 21.15 Desenhos Animados
- 21.30 TV2 Jornal
- 22.00 RTP - Financial Times
- 22.10 Ideias com História
- 23.00 Remate
- 23.10 Terra Instável
- 23.40 «Riding The Tiger»
- 00.35 Amazónia

SIC

- 12.00 E o Resto é Conversa
- 13.00 Notícias
- 13.15 Sassá Mutema
- 14.00 Os Donos da Bola
- 14.15 Futebol
- 16.15 E o Resto é Conversa
- 17.05 Notícias
- 17.20 O Mapa da Mina
- 19.00 Praça Pública
- 19.30 O Juiz Decide
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.40 Mulheres de Areia
- 21.40 Minas e Armadilhas
- 22.50 Casos de Polícia
- 23.55 Último Jornal
- 00.15 Os Donos da Bola
- 00.45 Tostões e Milhões
- 00.55 Histórias do Além

QUATRO

- 12.00 Esquadrão Classe A
- 12.50 Telhados de Vidro
- 13.20 Olá, Cristina!
- 13.30 Dama de Rosa
- 14.25 Uma Casa na Pradaria
- 15.30 Caixa de Perguntas
- 15.55 Um Dia a Casa Cai
- 16.40 A Casa do Tio Carlos
- 17.15 Quem Sai aos Seus
- 17.40 Topázio
- 18.30 Estrela
- 19.25 Informação Quatro
- 20.00 O Justiceiro
- 20.55 Pedidos e Achados
- 21.35 Ficheiros Secretos
- 22.30 Artur Albarra
- 00.30 Saia do Parlamento
- 01.00 Informação

- 17.55 Um, Dó, Lí, Tá
- 18.50 Irei para Longe
- 19.45 Médicos Escritores
- Portugueses
- 20.15 Antevisão do Campeonato Mundial de Futebol
- 21.15 Desenhos Animados
- 21.30 TV2 Jornal
- 22.00 RTP/Financial Times
- 22.10 Sinais do Tempo
- 23.10 Remate
- 23.20 Júlio Pereira no S. Luís
- 00.20 As Piores Intenções
- 01.15 Amazónia

SIC

- 12.05 E o Resto é Conversa
- 13.00 Notícias
- 13.10 Sassá Mutema
- 14.00 Os Donos da Bola
- 14.15 Futebol
- 16.15 E o Resto é Conversa
- 17.05 Notícias
- 17.20 O Mapa da Mina
- 18.55 Praça Pública
- 19.30 O Juiz Decide
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.40 Sete à Sexta
- 21.15 Mulheres de Areia
- 22.15 Mini Chuva de Estrelas
- 23.15 Último Jornal
- 23.35 Os Donos da Bola
- 23.45 Playboy
- 00.45 A Batalha dos Anjos
- (ver «Filmes na TV»)

QUATRO

- 12.00 Esquadrão Classe A
- 12.50 Telhados de Vidro
- 13.20 Olá, Cristina!
- 13.30 Dama de Rosa
- 14.30 Uma Casa na Pradaria
- 15.15 Encontro
- 15.50 Um Dia a Casa Cai
- 16.10 Animação
- 16.40 A Casa do Tio Carlos
- 17.25 Quem Sai aos Seus
- 17.50 Topázio
- 18.30 Estrela
- 19.25 Informação Quatro
- 20.00 Marés Vivas
- 20.55 Top 25
- 21.30 Luzes da Ribalta
- 23.00 Informação
- 23.25 A Rapariga do Baloço Vermelho
- (ver «Filmes na TV»)

- 20.30 Na Paz dos Anjos
- 21.40 Parabéns
- 23.25 «The Calender Girl Murders
- (ver «Filmes na TV»)
- 01.00 Delícias Turcas
- (ver «Filmes na TV»)

TV 2

- 09.00 Universidade Aberta
- 12.00 Get Back, O Filme
- (ver «Filmes na TV»)
- 13.30 Tauromaquia
- 14.30 Musical: «Richard Marx»
- 15.30 Um Cão na Família
- 16.00 TV2 Desporto
- 22.15 De Lisboa, Com Amor
- 22.30 Irmãs
- 23.20 Sexualidades
- 23.55 Eu, a Condessa
- (ver «Filmes na TV»)
- 01.50 Uma Questão de Consciência

SIC

- 11.30 Programa Infantil/Juvenil
- 13.15 Portugal Radical
- 13.30 Melrose
- 14.30 Hannie Caulder
- (ver «Filmes na TV»)
- 16.15 Curvas Perigosas
- 17.05 Uma Mulher dos Diabos
- 17.55 Gladiadores Americanos
- 18.45 Batman
- 19.10 Nunca Digas Banzai
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.40 Balada de Nova Iorque
- 21.40 Caça ao Tesouro
- 23.10 Último Jornal
- 23.30 O Falhado Amoroso
- (ver «Filmes na TV»)
- 01.10 Água na Boca

QUATRO

- 10.00 Animação
- 10.30 A Casa do Tio Carlos
- 11.30 Do Fundo do Coração
- 12.00 Contra-Ataque
- 13.35 Estrela
- 17.15 O Segredo do Planeta dos Macacos
- (ver «Filmes na TV»)
- 19.30 Informação Quatro
- 20.00 Marés Vivas
- 20.55 O Jogo do Ganso
- 23.30 Informação
- 00.45 ... E Justiça para Todos
- (ver «Filmes na TV»)

- 20.00 Jornal de Domingo
- 20.30 Casa Cheia
- 21.15 Na Paz dos Anjos
- 22.30 Sozinhos em Casa
- 23.00 Tramas de Seda
- 23.55 Como o Céu se Enganou
- (ver «Filmes na TV»)

TV 2

- 09.00 À Mão de Semear
- 09.25 Caminhos
- 10.00 Novos Horizontes
- 10.30 Made in Barcelona
- 11.00 Missa
- 11.50 70 x 7
- 12.20 Forum Musical
- 13.20 Regiões
- 14.00 Lisboa 94
- 14.30 O Espírito da Cor
- 15.00 TV2 Desporto
- 23.45 Gala da Revista «Dona»
- 02.25 Uma Questão de Consciência

SIC

- 11.30 Programa Infantil/Juvenil
- 13.15 Portugal Radical
- 13.30 Vida Selvagem
- 14.30 O Dinheiro dos Pobres
- (ver «Filmes na TV»)
- 16.15 Tudo pelas Notícias
- 17.15 Obras em Casa
- 17.45 Bom Domingo
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.30 Pronto a Vestir Paris 94
- 20.40 Os Trapalhões
- 21.40 O Labirinto
- 22.10 Desaparecido em Combate II
- (ver «Filmes na TV»)
- 00.20 Último Jornal
- 00.40 Em Nome de Uma Criança
- 01.40 Histórias do Além

QUATRO

- 10.00 Animação
- 10.30 A Casa do Tio Carlos
- 11.30 Informação Religiosa
- 12.00 Vaticano em Directo
- 12.15 Missa
- 13.30 Coisas de Família
- 14.05 Vamos ao Circo
- 15.00 Sozinha em Casa (Telefilme)
- 17.10 Estrelas de Miami
- 18.00 Moda
- 18.30 Modelo e Detective
- 19.30 Informação Quatro
- 20.00 Marés Vivas
- 20.55 Trocado em Miúdos
- 21.35 O Turno da Noite
- 23.30 Passaporte
- 00.30 Últimas Notícias

Por isto e por aquilo...

Mãos Perigosas

(Quinta, 16.15, TV 2)

Primária e ridiculamente anticomunista, este thriller de Samuel Fuller - um dos mais talentosos representantes dos filmes da série B - tem precisamente a vantagem de se desmascarar logo de início, pelo que resta aquilo que na carreira do realizador ficou como mais assinalável: a sua habilidade artesanal em construir de forma rápida um fio condutor em que as personagens evoluem sem grande credibilidade mas com inegável eficácia fílmica. E tanto Richard Widmark como Thelma Ritter não estão ali para outra coisa.

Passagem para a Glória

(Quinta, 00.05, Canal 1)

O título original - *Sweet Bird of Youth* - poderia fazer enganar o espectador mais desprevenido. É que não se trata, infelizmente, da obra-prima de Richard Brooks, imortalizada por Geraldine Page e Paul Newman nos anos 60, mas de outra versão mais recente (data de 1989) e realizada para a televisão por Nicholas Roeg com argumento extraído por Gavin Lambert da célebre peça teatral de Tennessee Williams. Desta vez é Elizabeth Taylor que faz o papel da actriz em decadência e Mark Harmon o do seu jovem amante que tenta explorá-la e viver à sua custa. Mas o resultado final, independentemente da qualidade das interpretações, fica-se apenas pela mediania que Roeg não foi capaz de ultrapassar.

Caça ao Homem

(Sexta, 16.00, TV 2)

O destaque aqui fica, apenas como aviso face à inevitável decepção que constitui o alimentar de falsas esperanças em relação a um filme protagonizado por um grande actor - Steve McQueen. É que este foi o seu último - e certamente o pior - com uma história que apresentava à partida enormes potencialidades, mas que acabaram por ser frustradas através de um argumento e uma planificação que verdadeiramente decepcionam.

Dois Amigos em Apuros

(Sexta, 22.05, Quatro)

Intérprete de mais de quatro dezenas de filmes e realizador de nove, Sidney Poitier é uma das personalidades mais interessantes e multifacetadas do cinema americano, com uma carreira recheada de fartos êxitos. Este *Dois Amigos em Apuros* constituiu a sua sexta experiência atrás das câmaras e os resultados são plenamente satisfatórios, já que Poitier encena aqui uma história repleta de comicidade e que tem como elementos centrais dois maduros que, após terem sido despedidos, decidem empreender uma viagem pela Califórnia para sair dos apuros em que estão metidos - mas acabam envolvidos numa série de sarilhos que os levam à prisão. Nos principais papéis, Gene Wilder e Richard Pryor arrancam, competentemente, risos fartos.

A Rapariga do Baloço Vermelho

(Sexta, 00.25, Quatro)

Uma jovem e bela bailarina, Evelyn Nesbitt, é cortejada por um célebre banqueiro nova-iorquino, Stanford White, mas acaba por casar com um jovem rico, Harry Thaw, motivado pelo ciúme. Ciúme que, apesar do casamento, não abranda e que leva o jovem a disparar um tiro sobre o banqueiro, matando-o, acto que tem como consequência a sua prisão. Mas a jovem bailarina, para o salvar da pena de morte, atribui as culpas a si própria, confessando o seu pretenso envolvimento amoroso com o banqueiro, contribuindo assim para a libertação do marido que dela se divorcia e a despreza, levando-a a procurar trabalho num teatro de *music-hall*. Uma reconstituição de época, encenada com a habitual competência (mas desta vez sem grandes rasgos) por Richard Fleischer, num filme cujo argumento se baseia num caso verídico que abalou a opinião pública norte-americana no princípio do século e cuja montagem final passou por alguns problemas com a censura.

A Batalha dos Anjos

(Sexta, 00.50, SIC)

Mais um argumento com origem em Tennessee Williams (este já uma vez adaptado por Sidney Lumet nos finais dos anos 50, sob o título *The Fugitive Kind*): um emigrante italiano, numa localidade do sul dos Estados Unidos, desperta tórridas paixões numa mulher de meia-idade. Mas, embora se trate de um filme realizado para a televisão por cabo, os resultados são surpreendentemente muito mais eficazes do que a sua primeira versão para o cinema, sobretudo em virtude da brilhante adaptação que Peter Hall (reputado encenador teatral britânico) fez a partir da sua própria encenação teatral que já havia constituído um tremendo êxito nos palcos de Londres e de Nova Iorque.

O Falhado Amoroso

(Sábado, 23.30, SIC)

Primeiro filme realizado por Mel Brooks, *O Falhado Amoroso* (desadequado título português, que em nada corresponde ao original - *The Producers*) é um dos seus maiores êxitos, tendo-se transformado numa espécie de filme de culto, já que representa uma antevisão de todas as qualidades (entre as quais a saudável loucura) e de todos os defeitos (de que o frequente mau gosto não é o menor) que os seus posteriores filmes viriam a revelar. Brooks põe aqui em cinema a história de um produtor que, arruinado por uma carreira de insucessos, decide encenar uma opereta verdadeiramente louca e impossível, intitulada *Primavera com Hitler*, tão absurda e tão inve-



Vanessa Redgrave e Kevin Anderson, intérpretes principais de «A Batalha dos Anjos», de Tennessee Williams-Peter Hall



Um fotograma de «O Falhado Amoroso», o primeiro filme realizado por Mel Brooks, com Gene Wilder e Zero Mostel

rosímil que acaba por constituir um tremendo êxito... Nos principais papéis, Zero Mostel e Gene Wilder são tão irrepreensíveis quanto irresistíveis e o filme, embora desigual e em alguns aspectos (sobretudo nos enquadramentos) revelando o «amadorismo» do seu autor, provoca momentos de farta diversão, como tantos outros que Brooks posteriormente realizaria.

... e Justiça Para Todos

(Sábado, 00.00, Quatro)

Também aqui, os prestigiados nomes de Al Pacino, seu intérprete principal, ou de Norman Jewison, seu realizador, são um engodo justificador das mais amplas expectativas, que este destaque procura de certo modo abrandar. É que esta história de um advogado impulsivo que se revolta, isolado, contra a corrupção dos meandros da justiça é tão sublinhada pelos efeitos laterais, pleonásticos ou demasiado carregados nas suas tintas fortes, que acaba por retirar eficácia à denúncia e provocar certa repulsa e enfado no espectador.

Como o Céu se Enganou

(Domingo, 23.55, Canal 1)

Uma mulher perde o seu marido num desastre de automóvel nos anos 60 e nunca mais volta a apaixonar-se ou a casar porque a memória do seu primeiro amor é mais forte do que todas as tentações que lhe vão surgindo na vida. E é então que, anos mais tarde, encontra um estudante de Yale (colega da sua filha) cujo espírito é, nem mais nem menos, do que a alma do seu falecido marido, agora reciclada no corpo deste jovem... Comédia de romance e fantasia,



Dirk Bogarde e Cyril Cusack, membros de um comando inglês em «Perigo nas Sombras», um filme de guerra britânico de Michael Powell e Emeric Pressburger

este filme é um daqueles muitos cuja génese reside na *reincarnação* e, como tal, a história é tão idiota e tão inverosímil como qualquer outra! O que a diferencia da banalidade do género é precisamente o empenho dos intérpretes, que actuam como se acreditassem na história e, assim, transportam para o filme a sedução indispensável para o tornar aceitável ao espectador. Nem mais nem menos nos tem a propor este filme, que tem em Cybill Shephard e Robert Downey, Jr. os protagonistas à altura.

Corpo sem Alma

(Terça, 15.35, TV 2)

Mais uma vez um destaque que se destina a prevenir o espectador: a participação de Joan Crawford ou de Michael Wilding, por respeitável que possa ser (sobretudo em relação à primeira), não significa automaticamente que o filme mereça qualquer atenção mais relevante do que apenas passar o tempo, se não houver mais nada para fazer - e, por isso mesmo, pode constituir um evitável desperdício. É que este melodrama de uma actriz do teatro musical envolvida com um pianista cego é tão ridículo e tão canhestamente posto em cena que, em vez de vibrantes comissões, o que por vezes provoca é fortes gargalhadas - o que certamente não estava nos planos dos intervenientes...

A Contagem Final

(Terça, 21.30, Quatro)

O porta-aviões nuclear *Nimitz* é apanhado, em 1980, no meio de uma terrível tempestade e, subitamente, regressamos a 1941, às vésperas do ataque japonês a Pearl Harbour... O comandante do navio vê-se, então, perante a patética alternativa de, antecipando-se ou não, à iniciativa japonesa, poder vir a alterar o curso da História. Mas eis que nova tempestade irrompe, transportando-nos de novo para 1980 - e o problema do nosso herói fica resolvido... Assim contada, esta história de ficção científica parece, no mínimo, idiota. Mas o facto é que o filme, embora encenado com todos os clichés simplistas próprios dos telefilmes (mas com meios



Cybill Shephard e Robert Downey, Jr., os dois intérpretes de «Como o Céu se Enganou», de Emile Ardolino

de produção muito mais avultados) acaba por minimamente entreter o espectador - se as suas expectativas forem moderadas...

Eureka

(Terça, 23.40, TV 2)

Parece uma constante nos «destaques» desta semana - mas o facto é que a notória e generalizada baixa de qualidade da programação cinematográfica nas nossas televisões justifica todas as reticências. Mais uma vez isso acontece perante este filme de Nicholas Roeg (o segundo que encontramos nesta recensão) que nos conta a história de um rico garimpeiro do Canadá que se refugia nas Caraíbas, obcecado pela filha e pelo seu casamento com um playboy francês (que sempre procurou contrariar), acabando por ser barbaramente assassinado. Um filme extremamente violento e destrutivo (que nem sequer é salvo por Gene Hackman ou Theresa Russell - seus principais intérpretes) e que significativamente foi «congelado» desde a sua produção (1981) até à sua fracassada estreia (1985).

Perigo nas Sombras

(Quarta, 16.10, TV 2)

Filme de guerra, com argumento situado no segundo grande conflito mundial, *Perigo nas Sombras* narra a odisseia de um comando inglês que rapta em Creta um general alemão e o transporta pelas montanhas, ultrapassando o constante cerco do exército nazi que seguia as pistas deixadas pelo oficial capturado. Com banda sonora de Theodorakis, uma excelente interpretação de Dirk Bogarde (bem secundado por um punhado de bons secundários) e a realização eficaz de um par de cineastas famosos no cinema britânico, o filme constitui hora e meia de tenso e bem congeminado entretenimento.

O Fogo da Vingança

(Quarta, 01.05, Canal 1)

Absurdamente colocado num horário definitivamente marcado pelos mais chocantes subprodutos fílmicos, *O Fogo da Vingança* é um dos filmes para televisão mais altamente classificados nas principais obras de referência, tendo alcançado várias nomeações para os Emmy. Farrah Fawcett tem aqui uma surpreendente interpretação na pele de uma mulher que é obrigada a matar o marido após anos de violência, sofrimento e humilhação.

■ Correia
da Fonseca

O pseudónimo

Corria o ano de 1935 quando Mussolini (cuja reabilitação política está a ser agora tentada em Itália, o que talvez convenha confrontar com o que ocorre entre nós quanto ao fascismo-que-nunca-existiu) decidiu cometer uma das maiores cobardias da História deste século: lançou as suas forças militares modernizadas contra a paupérrima e primitiva Etiópia. Foi então que jornalistas europeus assistiram, desconcertados, ao confrangedor espectáculo de ver os guerreiros etíopes a dispararem flechas contra os caças italianos que os metralhavam e, obviamente, os dizimaram.

Lembrei-me disto (e também, entenda-se, de que no fim de tudo os fascistas italianos perderam a guerra e a fácil «glória» que Mussolini quisera inventar para eles) a propósito, ou não, das reacções indignadas que surgiram na Imprensa perante a pretensamente «secreta» recuperação do fascismo português a pretexto dos 20 anos passados sobre o seu derrube. Porque querer contrariar com artigos e cartas em jornais o efeito intoxicante de uma ofensiva infame na Televisão é como disparar flechas contra aviões de combate. Mas serve, como serviu para os guerreiros etíopes, para cumprir o dever cívico de resistir, de estar do lado do que é justo. Na convicção, de resto, de que, mesmo tendo pelo seu lado um grande desequilíbrio de poder-de-fogo informativo, também neste caso a iniquidade «não passará».

«Solução final»

Convém, aliás, registar, e com a ênfase adequada, que nem tudo o que as TV's deram em matéria mais ou menos comemorativa do 25 de Abril esteve contaminado pelos vírus da distorção, da falsificação, da impostura por afirmação ou omissão: nesta mesma página do próximo «Avante!» se dará conta de algumas excepções havidas à regra geral da mistificação praticada pelas três estações de Televisão portuguesa. Poder-se-á dizer, e talvez com alguma razão, que é falarmos durante tempo de mais de um aspecto particular das programações de TV nos tempos mais recentes. A questão, porém, é que o 25 de Abril não é um tema como qualquer outro, e que no momento em que as direitas políticas, mesmo quando não extremas, parecem ter-se entusiasmado com a ideia de aplicarem uma espécie de «solução final» ideológica ao sonho antigo de uma sociedade mais justa, parece adequado não lhes deixar mais que o espaço de manobra tornado inevitável pelas circunstâncias.

Por isso, ainda desta vez regressa a tentação de referir aqui mais uma ou outra das mais destacadas enormidades que «os debates de Abril» produziram, embora sempre fiquemos a grande distância de um levantamento exaustivo. Talvez haja muitos a suporem que toda ou quase toda a manipulação residiu no que se chamou «a tentativa de branqueamento da PIDE». Não foi assim: o caso da PIDE foi apenas, isso sim, o mais desavergonhado, o mais evidentemente falsificado, o que mais indignações suscitou. Por mim, entendo que outras viciações, menos acaloradamente rejeitadas pela opinião pública, podem ter sido mais eficazmente impeditivas de uma visão lúcida da História. Por exemplo: a tese sustentada por Miguel Sousa Tavares no decurso da entrevista que fez a Mário Soares. Segundo ele, os povos de Angola e Moçambique não teriam direito à independência porque as forças armadas portuguesas estariam à beira de ganhar a guerra. Quer dizer: o direito à libertação nacional é contingente, e depende das relações de força militar no terreno. É uma completa imoralidade, pois claro, além de que a miragem de uma vitória do coloniza-

dor em guerra colonial é de todo mistificatória. Mas receio que tenha constituído para alguns uma sedutora tentação.

Os subsídios invisíveis

Nem tudo, porém, são misérias ou peçonhas na Televisão portuguesa: embora possa haver quem mal acredite, muitas vezes, o mérito acontece, ou porque assim o quis quem construiu o programa ou até quase apenas por acaso. Por exemplo, e ainda a propósito da tentada reabilitação da ditadura, cite-se de «Tostões e Milhões» em que estiveram o sindicalista Manuel Lopes e o empresário Sebastião Alves, entrevistados pelo economista Nicolau Santos. De Sebastião Alves fiquei com a ideia, entre outras, de que terá servido de modelo inspirador a alguns cartoonistas (Siné, talvez Wolinsky, lembrem-se?) para desenharem a figura do capitalista típico: é certo que lhe falta o tradicional chapéu alto que de resto talvez use no seu gabinete quando recebe trabalhadores, mas lá estão o sorriso em amplo arco que se alarga de orelha a orelha, os dentes que parecem apostados em sugerir gula, os olhos miúdos mas atentos. O pior de Sebastião Alves, porém, é que a sua tipicidade também reside no que diz. E lá veio, na sua intervenção, a invocação agora muito na moda de que o fascismo foi óptimo no plano económico pois as taxas de crescimento nas décadas de 50 e 60 aí estiveram para o testemunhar.

Foi então que Manuel Lopes explicou o reverso trágico de tão reluzente moeda. Falou dos salários de miséria,

dos nenhuns direitos laborais, da penúria extrema de esquemas de solidariedade social. Lembrou os quase dois milhões de portugueses que tiveram de sair do País para fugir à desgraça que sobre eles se abatia. Foi relativamente breve mas explícito, e de tal modo que o próprio Nicolau Santos, especialista em economias não apenas de agora, pareceu surpreendido pelo que ali estava porventura a descobrir: que os agora tão falados êxitos económicos do «Estado Novo» haviam sido afinal pagos pelos trabalhadores portugueses, e não apenas em sentido figurado ou simbólico, mas sim mediante subsídios invisíveis mas tragicamente reais. E, contudo, ele já devia ter ouvido falar em apropriação de mais-valias, da imposição pelo terror (policia política, mordças censórias, o possível despedimento sempre usado como arma repressiva) de insuportáveis condições de trabalho. Ali, ouvindo Manuel Lopes dir-se-ia que o entendimento do economista se abria mais luminosamente para o que se passara há décadas e, embora em tom menor e sob novas formas, agora tende a repetir-se.

Tudo isto se passou, porém, bem para lá da fronteira da meia-noite e em véspera de dia de trabalho, o que significa que não terão sido muitos os que puderam esclarecer-se com as palavras do sindicalista. O pior da Televisão, das Televisões, é mesmo capaz de ser este: colocar os contravenenos nas prateleiras mais altas, menos acessíveis, de modo que são relativamente poucos os que podem chegar-lhes. Há quem diga que tem de ser assim, que são as leis do Mercado que o impõem. Há quem pense que Mercado é pseudónimo do senhor Sebastião Alves. Ou de outros como ele.



o DESESPERO
DA LAGARTA



de FOICE Mendigos

A mendicância, em Lisboa, deixou de ser um fenómeno com geografias tradicionais para se transformar num drama que se instalou em toda a cidade. Passados são os tempos em que os túneis do metropolitano, as portas das igrejas e as artérias movimentadas constituíam o roteiro previsível de quem estendia a mão à caridade na capital do País. Hoje, os pedintes deambulam nas ruas e nos cruzamentos, à porta das pastelarias e dos ministérios, no labirinto dos centros comerciais ou no sossego dos jardins, no meio do bulício ou nas esquinas desertas, alastrando, incontáveis, do "chic" cosmopolita da Baixa às asperezas do subúrbio.

A par da quantidade surge uma diversidade não menos impressionante de indigentes: crianças de todos os tamanhos, jovens de todos os aspectos, homens e mulheres de todas as idades engrossam esta multidão que em toda a cidade aflora.

Neste quadro, estilhaçada está a cínica tipificação que identificava o pedinte com estratos socioeconomicamente marginalizados.

Com eles e para além deles é já a representação de um povo que desponta nesta seara de miséria.

Uma miséria que já não cabe no passivo estender da mão à caridade, porque quem, cada vez mais numerosamente, nela mergulha, luta ainda por uma sobrevivência com dignidade, oferecendo serviços que ninguém pede, comerciando artigos inverosímeis, exibindo habilidades inesperadas ou coreografando expedientes delirantes.

Na retaguarda do drama, mas já à boca de cena, deambulam dezenas de milhares de desempregados perseguindo o biscate, numa mancha de angústia que alastra, inexorável, por toda a sociedade, irmanando licenciados sem saída profissional e operários despedidos, trabalhadores veteranos e jovens em busca do primeiro emprego, homens e mulheres de todas as idades.

Numa segunda linha estrebucham outros tantos, ou mais, no desempenho de profissões, tarefas e responsabilidades mal remuneradas, sem proteções sociais e prescindindo de direitos elementares, encurralados por uma política que cauciona o arbítrio e a exploração desenfreada.

Esta miséria que sai às ruas deixa um rasto cada vez menos escondido. Já se pode vê-lo, a olho nu, apontando às casas e às pessoas, às povoações e ao País. A fome, em Portugal, deixou de ser um excesso de retórica para se instalar como um drama nacional, a par duma política cujo sucesso mais palpável consiste na instauração de relações de produção e de distribuição de riqueza típicas do capitalismo selvagem.

Aliás, a filosofia governamental do Executivo de Cavaco Silva tornou-se evidente na obra realizada: consiste no enxerto, em Portugal, dum reaganismo seródio ladainhado com orações democráticas aprendidas à pressa.

Como nada acontece por acaso, nas complexas relações de poder das sociedades humanas, não admira que, em tal quadro, prolifere o subdesenvolvimento cultural nos grandes veículos de comunicação. Daí que as amigas olgas e os jogos do ganso, as telenovelas cor-de-rosa e a gula dos concursos se imponham, com crescente naturalidade, aos grandes auditórios, perseguindo a imposição de outra escala de valores, onde a alienação individual afogue a consciência colectiva dos grandes princípios, direitos e conquistas.

Pondo as pessoas a olhar, sem revolta, a exploração e a miséria.

E esqueçam que é a solidariedade que liberta, não a caridade.

■ HC

Calamidade em Trás-os-Montes e Beira Interior Geadas queimam milhares de contos à lavoura

Parte substancial das culturas hortofrutícolas de muitas regiões do Centro e Norte estão perdidas devido aos períodos de frio e geada que no final do mês passado se fizeram sentir: entre os distritos mais afectados contam-se Vila Real, Bragança, Viseu, Guarda, e Castelo Branco onde as culturas da fruta (maçã, pêsego, pêra e cereja), da batata e da Vinha (Douro incluído) estão comprometidas em mais de 70 por cento e, em alguns concelhos, quase a 100 por cento.

Milhares de contos de prejuízo que atingem milhares de agricultores e cooperativas agrícolas, como foi divulgado pela CNA - Confederação Nacional da Agricultura - que em comunicado refere estar-se «a agravar ainda mais uma situação que já era, antes, de grandes dificuldades financeiras».

A CNA e as suas organizações filiadas nas regiões afectadas reclamaram já junto do Governo que este mande avaliar rapidamente os prejuízos e, junto com as organizações regionais da lavoura e com a CNA, estabeleça, de uma forma correcta e transparente, os critérios, os montantes e formas de pagamento das respectivas indemnizações.

Por outro lado, pede-se que o Governo apresente, «sem demora», à CEE um pedido de auxílio extraordinário, «por exemplo, no âmbito dos programas comunitários específicos para as calamidades naturais».

Revisão dos seguros de colheitas

A CNA lembra entretanto que é necessário rever, «de alto a baixo», o actual sistema dos seguros de colheitas que, tal como estão, «caríssimos e desadequados», são praticamente inacessíveis aos agricultores.

«Torna-se indispensável que, entre outras medidas, o Governo estabeleça bonificações ou compensações para embarcecer os custos dos seguros agrícolas», refere a nota da Confederação.

A CNA vai também comunicar aos eurodeputados portugueses dos vários partidos a situação vivida na região «e reclamar que estes, no âmbito das suas funções e competências, e antes do já próximo encerramento do Parlamento Europeu, também tomem iniciativas no sentido da Comunidade disponibilizar importantes recursos financeiros para acudir a mais esta desgraça que se abateu sobre a lavoura».



Mais uma «desgraça que se abateu sobre a lavoura» diz a CNA



«O Lugar da Assembleia da República no Sistema Político», uma obra de carácter académico e científico escrita por Luís Sá lançada na terça-feira

A Assembleia da República no sistema político

«O Lugar da Assembleia da República no Sistema Político» é um livro da autoria de Luís Sá - membro da Comissão Política do PCP e 1.º candidato da CDU às europeias - lançado na terça-feira à noite na Biblioteca Municipal de São Lázaro, em Lisboa. Uma obra com carácter «académico e científico e não propriamente político», como frisou o autor, que elaborou um trabalho que tenta ultrapassar a mera constatação e enumeração abstracta de causas da crise do parlamentarismo para antes «analisar os fenómenos com base nos dados concretos, para verificar em que medida existe a crise e em que se traduz».

Entre numerosa assistência podiam ver-se vários membros da

Comissão Política e do Secretariado do PCP. Usaram da palavra Carlos Brito e João Amaral que se referiram à importância e actualidade do estudo de Luís Sá, agora disponível nos escaparates incluído na colecção universitária da editorial Caminho.

Luís Sá, num dos exemplos que deu, explicativos do alcance deste trabalho, referiu-se ao papel da Assembleia da República em matéria de apreciação de legislação produzida pela Comunidade Europeia: «um papel praticamente nulo», referiu, como um dos exemplos da forma como a integração europeia «inevitavelmente» prejudica a influência dos parlamentos nacionais, facto que em Portugal é mais agravado que noutros países.

Europeias Pré-campanha já arrancou

Está a decorrer desde ontem em todo o País uma jornada de propaganda da CDU que marca o arranque da pré-campanha das próximas eleições para o Parlamento Europeu.

Durante a jornada, que se prolonga até ao próximo dia 10, centenas de activistas percorrem o território nacional afixando pendões da CDU e jornais de parede onde se vêem os cinco primeiros candidatos da coligação ao PE. Estão igualmente a ser distribuídos milhares de folhetos com a apresentação da lista completa de candidatos da CDU e como os principais compromissos eleitorais.

A CDU apela a todos os seus activistas para que participem na pré-campanha integrando-se nas equipas já constituídas a nível local.

Caravana parte dia 18

Um enorme camião-palco vai estar na Praça da Figueira na próxima quarta-feira, dia 18, com um espectáculo de Jorge Lomba que assinala o arranque da caravana nacional da CDU.

Até ao encerramento da campanha, a 10 de Junho, a caravana vai passar por todos os distritos do País, servindo de suporte aos maiores comícios e festas da CDU.

Lista para Assembleia Metropolitana de Lisboa

A lista PCP-PEV-UDP candidata à eleição da Assembleia Metropolitana de Lisboa, a realizar-se no próximo dia 19 de Maio, foi apresentada na terça-feira. Dar «expressão à acção conjunta e à cooperação existente entre as forças que integram a CDU e a UDP em numerosas Assembleias Municipais e outros órgãos autárquicos na Região de Lisboa» é a razão para esta apresentação, a cumprir o regimento existente para esta eleição. Para além dos candidatos dos partidos, fazem parte da lista membros da Intervenção Democrática e outros candidatos independentes.

A lista é liderada por José Manuel Maia (Assembleia Municipal de Almada), seguindo-se João Amaral (Lisboa).

